Utopia

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVENÇÃO

19

5,00 Euros



DIRECTOR Mário Rui Pinto

COLECTIVO EDITORIAL

Alice Bonilha, Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil, José Luis Félix, J. M. Carvalho Ferreira, Ilídio Santos, Manuel de Sousa.

COLABORADORES

Alberto Hermano, Alicia Zarate, Antoni Castells, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Díaz, Claire Auzias, Christian Ferrer, Edson Passeti, Eugénia Gomes, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jorge Silva, José Janela, José Tavares, Luciano Lanza, Luís Chambel, Maria Oly Pey, Mimmo Pucciarelli, Quin Sirera, Roberto Freire.

CAPA

José Maria Quadros "Ossos e Caridade"

Arranjo Gráfico Alice Bonilha

PROPRIEDADE

Associação Cultural A Vida Publicação semestral registada no Ministério da Justiça com o nº118640

IMPRESSÃO

Gráfica 2000 - Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ASSINATURAS

Apartado 2537-1113 Lisboa Codex - Portugal

e-mail: culturalavida@sapo.pt

INTERNET

http://www.utopia.pt

Sumário

Editorial - 2

Aveso do Avesso - 8

ODossier trabalho

21 teses sobre o trabalho - 12 José Tavares

O mundo do trabalho - 21 Ilídio Santos

Eles atacam o inatacável: Tempos mistificados - 27

Os malefícios do trabalho na sociedade do espectáculo e da mercadoria - 31
Atila Toukrour

O planeta de bairros de lata - 35

Philippe Godart

O paradigma daqueles que morrem a trabalhar e a agonia daqueles que procuram trabalho - 45
José Maria Carvalho Ferreira

Da natureza subversiva ao anarquismo histórico á sua acomodação contemporânea - 63 Manuel de Sousa

Comunicado - 69 Abduf Affi

Parecer - 72

Teses sobre a visita do Papa - 75

Fátima: A empresa da Cova de Iria - 79 Tomás da Fonseca

Como o embuste de Fátima foi sendo elaborado - 85

Clevelâdia: Uma Sibéria no Brasil - 87

Manuel Firmo: Um sindicalista Ibérico - 96

A "mais antiga" da C.I.R.A. já não atende ao telefone - 97 Pietro Ferrua

Rebuliço no Passadiço - 98 Vladimir

Jean Vigo: A Câmara da vida - 102 Mario Rui

livros & leituras - 107

Errata Luise Michel - 114

Publicações Recebidas - 116

EDITORIAL

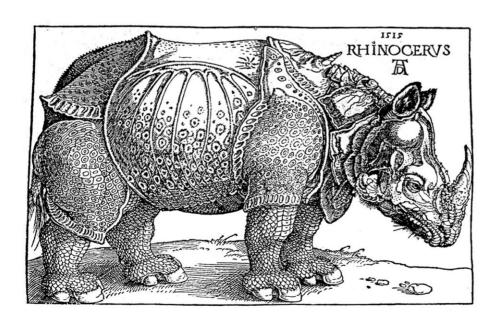
O Papa morreu. Se fossemos católicos diríamos: viva o Papa! Mas, como somos ateus incorrigíveis, dizemos: Abaixo o Papa. Quando falamos do Papa não nos estamos a referir a um velhinho mais ou menos simpático, cordial e conservador, como convém a qualquer octogenário, que vive em Roma bem instalado. O Papado é, desde o Imperador Constantino, um Poder e nunca o deixou de ser, apesar da crise porque passou no século XIX. Um poder político, moral e religioso. A Igreja Católica Apostólica Romana é a principal, e mais poderosa instituição religiosa do mundo, pois é uma instituição hierarquizada, centralizada, com um projecto claro para o ser humano e para o mundo. O Papa é dentro dessa instituição o vértice, o centro todo poderoso, que determina doutrinal e politicamente o papel dessa instituição na sociedade.

João Paulo II, neste contexto, foi essencialmente um factor de congregação das forças conservadores e reaccionárias do mundo católico, as suas posições em moral ou em política reflectem sem sombra de dúvida isso mesmo, embora o seu papel na desagregação do sistema autoritário e burocrático do Leste Europeu tenha sido mitificado. Afinal, a derrocada a Leste foi resultado de um processo de exaustão do sistema que tinha atingido o limiar de sustentabilidade social e económica e onde os membros das elites não possuíam já um projecto e interesses comuns. O Papa, se desempenhou algum papel, foi de apoio, como sempre acontece, aos sectores sociais católicos da Polónia na luta contra o poder do Partido Comunista.

Mas, diga-se o que se disser nestes tempos de unanimidade, se olharmos o último século, a Igreja católica não teve nenhum papel libertador, pelo contrário colaborou activamente, na instituição de todas as ditaduras no mundo ocidental: foi cúmplice do nazismo e do fascismo e comprometeu-se com todas as ditaduras. De Portugal a Espanha, do Brasil ao Chile, bem como nos restantes países da América Latina. Colaborou também na empresa colonial e só marginalmente denunciou os seus crimes. E, se passados 500 anos da Inquisição, ou 50 anos do holocausto, faz um mea culpa parcial, isso

só aconteceu quando todos esses factos eram já reconhecidos universalmente. Mas o seu compromisso com políticas criminosas não parou ainda, o caso da SIDA é o mais flagrante: centenas de milhares de pessoas morrem em países pobres por responsabilidade directa da Igreja católica que combate activamente as campanhas de uso de preservativo nos lugares mais recônditos de África e da América Latina onde é uma das poucas instituições presentes. Daqui a cem anos pedirão certamente perdão por tal crime, mas para trás ficarão as centenas de milhares de mortos resultantes desta obstinação ideológica.

Do ponto de vista moral a Igreja mantém-se activamente reaccionária, basta pensar nas suas posições sobre a mulher, sexo, aborto, homossexualidade, suicídio assistido e eutanásia, mas mantém também sua cumplicidade aberta com o sistema social que determina a miséria e a morte de milhões de seres humanos. O surgimento de uma corrente religiosa, nos anos 60/70, de alguns sectores católicos que queriam mudar a Igreja numa direcção mais próxima do cristianismo primitivo, de um "evangelho dos pobres e oprimidos", foi esmagada autoritariamente pelo Papa João Paulo II que, com todo o seu poder, política, doutrinal e administrativamente, liquidou a teologia da libertação, proibindo teólogos de



falar e escrever, como nos bons tempos da Inquisição! No que toca a Portugal, João Paulo II desempenhou também um importante papel legitimador de Fátima, o maior embuste religioso do século XX, a empresa da Cova, como lhe chamava Tomás da Fonseca, ganhou assim um novo alento.

A eleição do grande Inquisidor Joseph Ratzinger como novo papa só vem confirmar a ofensiva reaccionária da hierarquia católica, e de grupos como a Opus Dei, que pretendem reassumir um papel activo de pressão sobre os Estados e a Sociedade numa regressão à época anterior ao Iluminismo, em que a religião impunha suas regras morais e padrões sociais. A caricata cruzada da igreja de Timor, a propósito de uma inócua reforma escolar, é uma demonstração onde nos pode levar o novo reaccionarismo clerical.

No entanto, aos anarquistas, a religião, como crença individual, embora possa ser discutida do ponto de vista filosófico, e o seu papel de alienação do ser humano nunca é demais ser denunciado, pouco importa, cada um é livre de acreditar no que quiser. O que jamais deixarão de combater é o Poder da Religião e a Religião do Poder. É importante recordar tudo isto na contra-corrente das lamentações unânimes pela morte de João Paulo.

No meio de uma crise social e económica assistimos a mais umas eleições antecipadas, em que o regime tentou restaurar a sua credibilidade. Neste contexto, e após o governo desastroso da direita mais retrógrada, não poderia dar outro resultado: o Partido Socialista conseguiu a maioria absoluta.

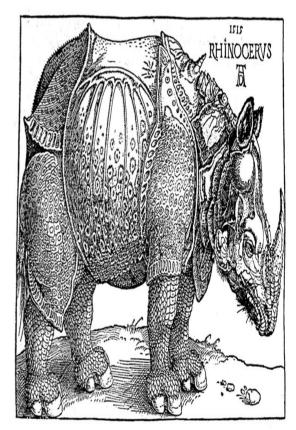
Este resultado, já esperado, diz mais sobre a insatisfação dos cidadãos-eleitores do que da sua esperança numa alternativa real ao que aí está. O PS foi a bóia de salvação do pragmatismo realista dos portugueses incapazes de lutarem, ou sequer sonharem com qualquer mudança profunda da sociedade após 30 anos de uma revolução impossível. Não fosse assim e a esquerda teria enchido as ruas para comemorar a sua vitória sobre a direita no velho estilo de umas décadas atrás. Só que hoje, ninguém, excepto os porta-bandeiras e os candidatos a emprego no novo governo, saiu às ruas para manifestar o seu entusiasmo pela vitória eleitoral.

Se olharmos para os 35% de abstencionistas, mesmo após uma insistente campanha pela participação, temos de reconhecer que esse é o maior «partido» português, resultado da descrença, insatisfação e desconfiança de uma parte importante da sociedade portuguesa em relação ao sistema político. É certo que os abstencionistas não são uma força social homogénea, nem muito mais esclarecida ou decidida sobre os caminhos do futuro que os demais eleitores que ainda insistem em acreditar que podem decidir sobre as suas vidas votando. O que não se pode dizer é o contrário: que os mais esclarecidos, combativos e decididos sejam os eleitores dos partidos ou mesmo os eleitores dos partidos de esquerda... Reconhecer a irrelevância do voto no contexto actual e aperceber-se de que não existem realmente alternativas dentro do sistema monopartidário vigente, onde as duas facções de gestores se sucedem no Poder, e entender que as decisões que importam realmente não são tomadas pelo governo de Lisboa, pode ser o primeiro passo para buscar formas de combater

pelos nossos interesses. Por isso é que o fenómeno da abstenção e do voto nulo ameaça a credibilidade e legitimidade do sistema.

Após estes trinta anos de democracia em que vimos o PS gerir a crise capitalista e ser o partido da restauração que trabalhou para desmantelar todas as conquistas sociais resultantes de lutas dos trabalhadores portugueses; e a direita, alternando, abrir o caminho para todas as negociatas do Capital, ao mesmo tempo que pretendia restaurar a moral e os valores tradicionais da época salazarenta, qualquer cidadão deveria depositar nas urnas não um voto, mas um vómito

Uma conclusão pode-se tirar: a sociedade portuguesa persiste nas suas ilusões sobre o papel dos partidos e do Estado, incapaz de buscar na auto-organização a forma de lutar e impor a sua vontade. A tradição associativa portuguesa é, desde há muito, os ranchos folclóricos, as bandas filarmónicas e os grupos desportivos e recreativos. Mas onde estão os grupos ecologistas, de mulheres, de negros, de imigrados, de



desempregados, de insatisfeitos? Um aqui, outro acolá. Esta incapacidade de associação é algo que vem de longe e determina, em grande medida, o poder do Estado e a capacidade dos grupos dominantes, em decidir o nosso destino. Apesar do meio milhão de desempregados, do emprego precário generalizado, um inúmero grupo de jovens à procura do primeiro emprego e de todos os assalariados vivendo sob ameaça de despedimento, espera-se sempre do governo a solução!

Se isto não mudar, e não é só, nem principalmente, o discurso dos anarquistas que fará mudar tal situação, veremos uma eleição depois da outra, com mais ou menos abstencionistas, mas uma submissão total da sociedade às ilusões do espectáculo político, sem que seja capaz de gerar no seu seio as forças da oposição e da ruptura radical, que seriam as únicas que poderiam determinar um destino diferente para os portugueses.

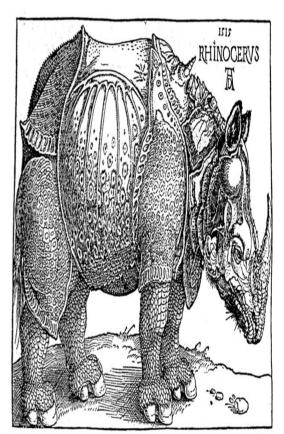
Nos últimos meses sucederam-se também inumeráveis desastres naturais: cheias, terramotos, furações, secas, o que vem acentuando uma polémica, que se arrasta já há alguns anos, sobre o que é causa natural e o que é consequência da acção humana em tudo isto. Independentemente das, ainda pouco conclusivas, hipóteses científicas sobre, por exemplo, o aquecimento global, o que é certo é que o modelo de desenvolvimento que o capitalismo moderno vem impondo por todo o mundo leva, inevitavelmente, a uma delapidação dos recursos naturais, uma destruição dos ecossistemas e alterações irreversíveis da paisagem, do meio ambiente dos próprios equilíbrios físicos do globo. Quando olhamos para um território minúsculo como o de Portugal com os seus ecossistemas arrasados pela desordenada ocupação urbanística do litoral e do interior transformado em monoculturas de eucaliptos e pinheiros, os rios e recursos hídricos contaminados e fedendo por obra de esgotos industriais e urbanos, sem que nada seja feito, podemos entender a cumplicidade activa do poder político com o poder empresarial e de como a sociedade, mais uma vez, é passiva na defesa dos seus próprios interesses. Se olharmos então para os países do Sul, desde logo o Brasil, submetido à lógica de devastação de imensas áreas de florestas, para criação de gado e plantação de grãos para exportação para o primei-

ro mundo, é fácil concluir que a ecologia só pode ser social e global, caso contrário andaremos sempre atrás de corrigir os erros de um modelo de desenvolvimento, que tem na sua lógica fundadora o princípio do lucro e da acumulação capitalista, ao qual tudo está submetido, seja o ser humano ou a natureza.

Finalmente, para terminar e resumindo um pouco esta Utopia, ela fala do trabalho, o fenómeno humano que sustenta a política e a religião, e que vem sofrendo mudanças substanciais nas últimas décadas, muitas das quais ainda difíceis de analisar e prever em todas as suas consequências. A religião, como não podia deixar de ser, com o espectáculo fúnebre da Irmã Lúcia e do Papa, tem também um destaque especial neste número em que, de faca nos dentes, o poeta António

José Fortes na contra-corrente da lamúria beata ataca o Papa e Tomás da Fonseca denuncia a empresa da Cova de Iria. As megalópoles, como oposto da cidade à escala humana que, um pouco por todo o mundo, juntam, numa escala nunca vista, desespero, miséria, riqueza, loucura e solidão são também analisadas. A linguagem dos libertários, o cinema de Jean Vigo e a mais recente ocupação de casa em Lisboa são alguns dos outros textos que publicamos.

Na próxima número, no aniversário de 10 anos de Utopias, falaremos de arte, criação e liberdade, espaços onde o imaginário, o desejo e a fantasia humana se distanciam desta realidade cinzenta e miserável que faz o dia-a-dia de todos nós, os eternos insatisfeitos e propõem outros mundos transformados, possíveis ou impossíveis, mas construídos segundo um desejo radical de justiça, mas também lúdico e de prazer onde a vida das mulheres e homens pudesse ser vivida de forma criativa e apaixonada.



O avesso do avesso

Liberdade a mais!

Ao que parece fizeram uma pesquisa entre estudantes americanos do ensino secundário, que custou um milhão de dólares e durou dois anos, e concluíram que os jovens acham que têm liberdade a mais, inclusive liberdade de expressão de sobra. É curioso que os filhos e netos daquelas gerações que nos anos 50 e 60 lutaram para ampliar o espaço de liberdades civis na América, contra a guerra, o imperialismo e o racismo, venham agora dizer que afinal os pais lhes conseguiram mais liberdade do que desejavam. Falta saber se os seus pais também estão ou não arrependidos da sua militância juvenil ou é um simples complexo edipiano que provoca uma luta de gerações. Sinal dos tempos!!!



Ex-chefe dos Informadores Portugueses lamenta-se

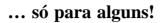
O Dr. Daniel Sanches, ex-informador-mor cá da terrinha, promovido a ministro do interior do defunto governo, e que agora voltou à iniciativa privada, lamentou-se numa entrevista a um jornal, nos últimos dias do seu ministério, nos seguintes termos: «cabe na cabeça de alguém que um serviço de informações que tem de actuar contra o terrorismo, contra a espionagem, não possa utilizar um agente infiltrado ou não faça escutas sobre controlo judi-

cial (...) nem possa fotografar um eventual terrorista num átrio de hotel?». Tem razão o ex-ministro, em qualquer uma das duas hipóteses: ou os empregados do hotel não deixam fotografar «eventuais terroristas» e não são bons patriotas, ou o seu colega, ministro das finanças, na excitante missão de controlar a despesa pública, não mandou comprar as máquinas fotográficas dos informadores, nem que fosse uma dessas descartáveis de 5 euros, e é um burocrata sem visão política. Assim não há informadores que possam trabalhar, até porque já quase acabaram as tabernas e cafés onde podiam calmamente sentar-se todo o dia a escutar os boatos da oposição e do reviralho! Por isso é que Portugal está cheio de terroristas e espiões. Assim não se pode dormir descansado.



Trabalhar para aquecer...

Um estudo divulgado recentemente confirma que Portugal tem os custos laborais mais baixos da União Europeia dos quinze, ficando apenas acima dos países da Europa de Leste. De acordo com o relatório, os custos laborais em Portugal correspondem a • 18,889, ficando atrás da Grécia (* 29,176), Finlândia (* 26,191), Áustria (• 28,612) e Espanha (• 29,176). Aquilo que todos sabemos é-nos recordado pelas pesquisas oficiais: em Portugal, como diz o povo, trabalhamos para aquecer. Apesar disso, ainda ficam os políticos - que não trabalham, como sabemos – e os empresários – que vivem do trabalho dos outros - a dizerem que temos de fazer sacrifícios e aumentar a produtividade porque senão... senão são obrigados a «deslocalizar» as suas negociatas, pois os brasileiros, tailandeses ou mesmo chineses podem fazer esse mesmo trabalho a • 1,99.

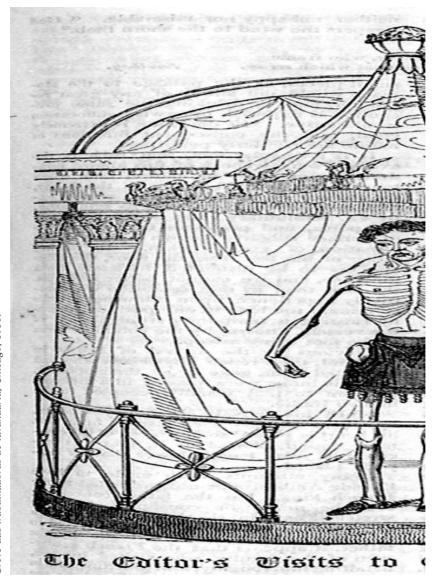


O Wall Street Journal revelou que os prémios atribuídos em 2004 aos CEO (Chief Executive Officer, vulgo Presidente Executivo) das 100 maiores empresas norteamericanas cresceram 46,4% em relação a 2003, sendo a média de 1,14 milhões de USD, qualquer coisa como 880 mil euros. Nada mau para um ano de "duro trabalho"... Enquanto isto acontece no topo, os rendimentos de 8 em cada 10 norte-americanos estagnaram ou caíram e 80% dos trabalhadores viram o seu salário semanal médio, após compensação do efeito da inflação, baixar 18%. (Fonte: US Bureau of Statistics)

Terrorismo Nuclear

Os ideólogos do sistema vêm há dois anos a fazer chantagem do medo contra os aterrorizantes células islâmicas que podem a curto prazo, espalhar a morte com armas nucleares ou bacteriológicas. Entre as indigestões, os cidadãos pacatos dos países ricos assustam-se. É a velha política do medo tão útil aos estados. Só que agora soubemos pelas Nações Unidas que afinal o terrorismo nuclear já aconteceu, mas contra a população pobre da Somália. O tsunami do dia 26 de Dezembro de 2004, no sudeste asiático, pode ter espalhado resíduos nucleares, depositados nas costas da Somália, as ondas gigantes podem ter quebrado barris e espalhado os resíduos depositados pelas empresas especializadas que se livram do lixo nuclear e perigoso dos países ricos, depositando-o no quintal dos países pobres. Afinal o terrorismo nuclear sempre existe!

Dossier: Trabalho



Greve das trabalhadoras de lavandaria, Chicago, 1930.

21 Teses sobre o Trabalho*



JOSÉ TAVARES

1º

Nunca se trabalhou tanto como hoje. Por todo o mundo, dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, multidões de indivíduos gastam todo o seu tempo a trabalhar ou a procurar trabalho, o que constitui outra forma de trabalho. Os enciclopedistas já tinham definido o trabalho como a ocupação diária a que o ser humano está condenado por obrigação. Mas a maioria dos indivíduos não são senhores do tempo e daquilo em que se ocupam; as necessidades a que estão condenados são criadas e fomentadas exclusivamente pelos lucros que as mercadorias oferecem àqueles que são donos do trabalho.

2º

Por trabalho, entenda-se uma forma determinada de alteração da actividade humana, intrinsecamente ligada ao sistema mercantil e ao processo de hierarquização na relação entre os indivíduos.

3°

Na origem da palavra trabalho encontra-se um instrumento de tortura, tripalium. Mas é preciso revelar a sua função precisa. Âmago da sociedade, ele revela a verdade do mundo; em breve a sua única função será de natureza policial, isto é, resultante da necessidade de manutenção da ordem social, podendo resumir-se nesta questão: como ocupar as mulheres e os homens quando o emprego para todos se tornou não lucrativo ou impossível? Esta é a razão pela qual a sociedade da ordem e da norma está na iminência de realizar este outro milagre: que o cidadão esteja simultaneamente no cume do entusiasmo e no cume da passividade.

O trabalho, aqui e agora, não pode ser concebido como uma propriedade particular do indivíduo reduzido à condição de trabalhador, ou uma habilidade que pudesse exigir um preço e por si mesma constituísse um valor. Não é nada disso. O trabalho, na sociedade da ordem e da norma, não se averigua pela habilidade ou competência pessoal, nem exclusivamente pelo tempo, pelo tempo socialmente necessário para a produção de mercadoria, mas sim pela grandeza da submissão ao modo de produção compulsiva, intrinsecamente ligada à alienação da força individual e colectiva açambarcada pelo Estado. Esta enunciação denuncia de imediato as ilusões daqueles que vêm nas mercadorias um valor em si mesmas, separado das relações de poder, da forma social de organização da humanidade – o Estado. Também não podemos considerar a acumulação da mais-valia ou qualquer outro dos conceitos da economia como coisa exterior ao processo de hierarquização nas relações entre os indivíduos. Por detrás da moderna diarreia de mercadorias está um instrumento de tortura que, desde a denominada Idade Média, reserva grande parte do nosso tempo ao sofrimento e aos tormentos. Por detrás dessa máscara é necessário denunciar o processo de submissão à Autoridade – ou seja, a coerção.

5°

Longe de ser origem de unidade e factor de mudança, o Estado não é mais do que uma forma derivada das estruturas económicas, reproduzindo, na política, as hierarquias constituídas no seio da economia. Nomeando-se a si próprio como árbitro universal e obrigatório de todas as relações sociais, a soberania do Estado tornou-se absoluta. A noção instintiva de justiça, que cada indivíduo transporta dentro de si, somente se pode manifestar perante o Estado.

6°

O denominado neo-liberalismo não significa o desaparecimento do Estado mas, através da extensão da lógica do mercado a todas as actividades, foi e é um sistema de redistribuição das funções e atribuições entre o Estado e o Capital. Por vezes, a fronteira esbate-se e o Estado limita-se a tarefas de controle, de vigilância e à adopção de medidas que pretendem promover a competitividade nos seus territórios.

UTOPIA 19 13

Enquanto a actividade humana, escravizada ao trabalho, for um instrumento de tortura, ela há-de realizar-se segundo as regras da compulsão, da desigualdade e da hierarquia. E os governos, seja qual for a sua forma, reproduzirão o modelo autoritário e simbolizarão as relações de subordinação. Uma vez que o Estado assenta sobre a escravidão do trabalho.

80

Para os moralistas, especialistas e donos do trabalho, este significa honra e alegria porque significa bons lucros; para os outros, é um exercício monótono, repulsivo e que nunca será bem pago. Por todo o lado, aquilo que o trabalho consubstancia são produtos nocivos, defeituosos, falsificados, bem como irresponsabilidade, ganância, corrupção, poder, embrutecimento. Não é o sal da vida. O trabalho tornou-se uma máquina que dilacera e mutila os seres humanos; que os desumaniza estruturalmente. Aprender a desumanizarmo-nos é o resultado final da proposta de «acção inteligente do homem sobre a matéria» (definição canónica do trabalho), que, segundo os pensadores do poder, «distinguiria o ser humano dos animais». O trabalho revela-se assim uma manipulação robótica, uniforme, monótona, elementar, sem génio, sem vida; uma relação que provoca sofrimento, suplício e miséria.

9°

Os conceitos fundamentais da economia (mercado, valor, moeda, capital, etc.) são expressões aparentes cuja realidade tem de ir descobrir-se noutro sítio, nas relações de poder. Como todo o poder exercido sobre outrem pressupõe alguma forma de escravidão do ser humano, a divisão da humanidade em classe superior e inferior é uma das primeiras condições da sua existência. Impõe-se a hierarquia para organizar a coerção e impõe-se a coerção para que exista a hierarquia.

10°

Este instrumento de tortura dilacera a humanidade em dois campos distintos que se encontram necessariamente dependentes um do outro, pondo obrigatoriamente o torturado contra o torturador. A unidade do instrumento de tortura é a uniformidade destas antíteses.

Os torturadores não devem ser definidos unicamente pelo facto de serem os donos do instrumento de tortura, nem os torturados pelo facto de o não serem. Os torturadores devem ser definidos pela manha que possuem para pôr o ser humano a trabalhar, isto é, a ser torturado e os torturados pelos suplícios e tormentos de que são vítimas, através de uma qualquer moral masoquista. O torturador identifica-se aqui com o torturado, e vice-versa.

12°

Todos os nossos direitos baseiam-se naquilo que cada qual faz para satisfazer as necessidades e os desejos da economia, dos seus donos e ideólogos. O trabalho, a tortura compulsiva, cria o valor e o valor mede-se pela tortura compulsiva. Ou seja, os sofrimentos e as dores que sofremos uns pelos outros são tortura compulsiva de utilidade geral. Cada qual deve ser aos olhos dos outros um torturado. Aquele que compulsivamente padece sofrimentos sem fim numa tarefa útil não é dispensável. Por outras palavras: os torturados são imprescindíveis. Se o torturado é digno da sua sorte, que a sorte seja digna dele.

13°

Apesar de tudo, não podemos negar que a tortura compulsiva produz poderosos efeitos, aos quais a economia política, a sociedade do trabalho, não pode renunciar. Trata-se para ela de conciliar os pontos de observação com os princípios absolutos do sistema governamental, logo, capitalista. Ora, este problema resolve-se pelos diferentes modos de adesão e composição que o trabalho suscita. Vejamos, sem grandes preocupações com o que dizem os especialistas, as três categorias de trabalhadores hoje existentes:

- a) Os trabalhadores que trabalham de modo consciente para perpetuar o mundo tal qual ele é. Convencidos que o mundo não pode ser outra coisa senão luta e fadiga, não têm tempo para mais nada a não ser trabalhar, o que os leva a imporem aos outros as mesmas condições de trabalho dos seus afins. Vivem em permanente competição e concorrência.
- b) Os trabalhadores que através de um qualquer estratagema fizeram coincidir a sua paixão com o seu trabalho. Para estes o tempo não conta, encontram prazer na fadiga. Deste modo, quando a situação o exige e a moral o impõe, e sem disso se darem conta, entram na categoria a). Trabalhadores das artes e da «comunicação», bem como os especia-

UTOPIA 19 15

listas atrás referidos, encontram-se nesta situação.

c) Os trabalhadores contrariados, os mais numerosos, que acompanham sem interesse nem paixão uma tarefa repetitiva, aborrecida e desesperante, muitas vezes totalmente inútil e nociva. Pertencem também a esta categoria os excluídos, os indivíduos sem qualificações, os desempregados, os precários.

14°

Não é possível acreditar que a atitude de respeito pelo trabalho, difundida no século XIX, continue a existir, uma vez que a relação com o trabalho foi radicalmente alterada, transformando as pessoas em seres dominados pelas suas próprias obrigações, ou seja, torturados pelo instrumento de tortura.

15°

Hoje, os sindicatos, as organizações que dizem defender os trabalhadores (de tudo menos do trabalho!), são parte integrante do processo de reprodução do capitalismo e do sistema hierárquico. Mesmo afirmando oposição, os sindicatos, bem como o cidadão comum de «ideias progressistas», põem de lado a crítica ao capitalismo pela necessidade de produzir. Estão limitados à luta pelo aumento de salários, que se esvai mal aumenta o custo de vida. Convertidos em intermediários, os sindicatos dedicam a maior parte da sua acção à negociação de múltiplos acordos, contratos e projectos. Com esses limites e condicionamentos agravados pela dependência financeira em que os sindicatos se encontram perante o Estado, os desapossados afastaramse destes advogados. Advogados de interesses alheios aos problemas quotidianos de vários e largos estratos da população, em crescente paralisação por via da imobilidade desamparada em que se encontram.

16°

O trabalho, terreno falseado e pantanoso da actividade humana, é um fomentador de patologias. Não só as que se vêem a olho nu nas conhecidas rubricas oficiais das «doenças do trabalho» e «acidentes do trabalho» - que todos os dias ceifam vidas ou as mutilam – mas também as que parecem invisíveis por não serem quantificadas. As que levam à depressão lenta, ao desespero contido e incomunicável onde os cancros se alojam, ao à loucura que não pode manifestar-se.

A «patologia industrial» provoca a idolatria do tecnicismo, a divisão do trabalho e exprime-se quer no empobrecimento psíquico e intelectual do trabalhador, transformando-o em autómato, quer na ameaça à existência da própria Vida.

18°

Os bens comuns, como a terra, a água, o ar, convertem-se em mercadoria onde impera a lei da escassez. Esta apropriação particular dos recursos naturais para os transformar em mercadorias foi ganhando terreno na sociedade até à monetarização da vida presente.

19°

Para acabar com a injustiça da economia, gestão do escasso em benefício do capital e da hierarquia, não é solução desenvolver as forças produtivas a fim de chegarmos ao «mundo da abundância». A experiência deste últimos cento e cinquenta anos diz-nos que o produtivismo enriquece o valor-trabalho-mercadoria à custa da destruição de valores que a natureza nos oferece para vivermos autonomamente, deixando as pesso-

as perante uma autêntica escassez de meios para procurar a vida. Obrigados a vender o seu trabalho, os seres humanos «proletarizam-se», não para adquirir «consciência revolucionária» ou um qualquer sentido de elevação moral, mas para aumentar a dependência à economia. Nesta sociedade que tudo consome e tudo destrói, o salário é a droga dura por excelência.

20°

Não existem «os méritos do trabalho», por conseguinte, nada de novo no mundo se pode edificar com eles. Agora, trata-se de eliminar uma vez por todas o trabalho, - a droga dura - actividade compulsiva, degradante, destruidora e repressiva. O dogma do trabalho tornou-se na negação da liberdade, num fluxo de morte.

Assim, o complexo industrial e o desenvolvimento tecnológico não trouxeram a libertação prometida, mas causaram a degradação das condições de vida social e biológica ao nível planetário. Não se trata mais de procurar uma via para a sua reapropriação (resta muito pouco que valha essa reapropriação), mas de derrubar esse sistema de valores e falsas necessidades — no preciso momento em que saibamos o que produzir e como.

* Pesquisa e reflexão in progress. O presente texto revisto e aumentado foi inicialmente publicado com o título "Enunciações sobre o tripalium" no Coice de Mula n.º 5, 2002.



EDITORA INDEX LIBRORUM PROHIBITORUM





Index Jibrorum Prohibitorum

Caixa Postal 4147 – São Paulo – SP – 01061-970 - Brasil indexeditora@hotmail.com - www.indexeditora.hpg.com.br

Index 6 - Julho 2002 - 1ª. Edição



O mundo do trabalho

ILÍDIO SANTOS

Uma experiência e evolução da profissão tipógrafo

Iniciei a aprendizagem da profissão de tipógrafo no ano lectivo de 1957/1958 através do Curso Industrial de Artes Gráficas na Casa Pia de Lisboa. O atraso verificado na minha iniciação deveu-se ao facto de ter perdido o 1.º ano do Curso Comercial e transitei, conforme era norma, para o curso industrial.

Terminado o curso, iniciei a minha actividade como compositor manual nas oficinas gráficas da Papelaria Fernandes com um salário de 32\$ diários. Trabalhei durante cerca de três meses e pedi aumento de salário para 50\$. Como só me queriam aumentar para 34\$, rescindi o contrato.

Só em 1964, em Moçambique, depois de várias experiências de trabalho como escriturário da Função Pública, trabalhador no INE (Instituto Nacional de Estatística) e Desenhador de Construção Civil, é que voltei à minha profissão não como compositor manual, mas já como compositor linotipista que era a última posição de carreira nas oficinas gráficas, para além da chefia que sempre recusei.

As tipografias, como eram então designadas as oficinas de artes gráficas, possuíam como ferramentas imprescindíveis de trabalho de que o compositor manual fazia uso: dois ou três componedores individuais (de vários tamanhos) onde se dispunham os caracteres móveis segundo uma determinada medida de linha; uma regreta (régua) com as diversas medidas dos corpos (geralmente dos corpos 6, 8, 10, 12); vários tipos de galé (objectos planos em que se executavam e conservavam os trabalhos) onde se acomodavam um ou vários trabalhos para a impressão, após a qual eram distribuídos (material branco e os diversos tipos usados); um prelo para tirar provas com dois ou três rolos manuais para passar tinta; uma «pulga», uma Heidelberg ou várias (de acordo com a dimensão da oficina); uma guilhotina manual.

Para além destes artefactos, existiam muitos outros que exigiam operários especializados nas diversas operações. A manipulação das ferramentas de trabalho requeria muita sensibilidade e extremo cuidado a

Era com uma caixa assim defronte dos olhos e um componedor nas mãos que nós montávamos as chapas com os diferentes formatos a fim de serem entregues ao impressor gráfico (tipógrafo) para executar a reprodução, ou seja, a impressão.

Existiam cavaletes em que eram guardadas estas caixas, contendo os corpos das letras que iam do corpo 6 ao 24, salvo erro segundo os diversos tipos: cursivo, normal, itálico, negro, fino, fantasia, etc. Tínhamos, também, uma regreta, espécie de régua mas com a divisão por corpos, que servia para efectuarmos as medidas e regularmos a bitola. Os corpos eram divididos por pontos.

Torna-se um pouco complicado dar-se uma visão geral, para o leigo, de como era constituída uma oficina. Havia o aprendiz, o aprendiz de 5.º ano (era o meu caso), os oficiais (meio oficial, oficial), em que eram considerados os anos de ofício e o pessoal menor, serventes.

Na primeira oficina em que trabalhei já existiam Linotypes, onde era executada a composição a quente, enquanto que a composição manual era considerada como composição a frio. Entre as diversas especialidades que fazi-

SINDICATO NACIONAL BUS TIPÓGRAFOS, LITÓGRAFOS E OFICIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONTUNI PROFESSIONIL 1942

am parte da tipografia havia pouca mobilidade. Dentro da tipografia, também era comum existirem algumas máquinas de impressão, sendo a mais comum a «pulga» (uma máquina de impressão movida manualmente) que era utilizada para pequenas tiragens e pequenos trabalhos, como cartões de visita, facturas, recibos, etc.

Depois de ter passado por diversas profissões, voltei à profissão de tipógrafo como operador linotipista que era a evolução normal de um compositor de bancada a frio. Como tinha adquirido alguma experiência na Linotype que existia na oficina da Casa Pia de Lisboa, máquina eléctrica de dimensões consideráveis que comportava uma série de armazéns com os respectivos tipos (matrizes de latão em que o topo era aberto em V com dentes que corriam num sem-fim para serem distribuídas nos canais do armazém e assim ficarem disponíveis para outras utilizações) os quais, depois de compostas (juntas) a máquina ejectava através de um molde (6, 8, 10, 12 ou mais pontos, de acordo com o corpo da letra). O chumbo que se liquefazia através de um sistema eléctrico com termostato era conservado numa caldeira acoplada na parte traseira da máquina,

> aquecido até liquefazer-se e no processo de ejecção solidificava dando origem às linhas que, depois de juntas na montagem seguiam para a impressão a fim de ser reproduzido. O chumbo que servia para a formação das linhas era constituído por uma liga de chumbo, antimónio e estanho. Deste chumbo formavam-se as barras que iam alimentar a caldeira da linotype. Esta liga de chumbo gozava da propriedade de solidificar em poucos segundos de forma a que o linotipista podia aperceber-se de algum erro e efectuar a sua emenda, o que implicava voltar a executar todo o proces-

O trabalho persistente com o chumbo dava origem a uma enfermidade chamada saturnismo, combatida com leite que, geralmente, as oficinas disponibilizavam para os seus operários.

Havia, também, toda uma parafernália de utensílios para uso dos tipógrafos: desde a regreta e o componedor; galés de vários tamanhos; material dito branco que servia para justificar os trabalhos; uma prensa manual que servia para tirar provas dos trabalhos executados, de forma a poderem-se fazer as emendas, antes de passar-se à fase de impressão propriamente dita.

Após a impressão dos trabalhos, estes eram distribuídos nos sítios habituais de modo a ficarem aptos para novos trabalhos. As oficinas, com uma certa dimensão, englobando todas as secções (composição a frio, composição a quente, montagem, distribuição, encadernação, expedição, revisores), exigia bastante mão-de-obra tornando-se, assim, num local cheio de vida.

Tudo isto, numa tipografia vulgar ou de maior dimensão em que se imprimiam jornais, era executado por inúmeros profissionais. Hoje, com a adopção das novas tecnologias, já quase não existem operários e as relações entre os trabalhadores tornaram-se quase obsoletas.

Tenha-se em atenção o seguinte: Antigamente, o trabalho, certo trabalho, exigia capacidade de execução e saber e o trabalhador/a envolvia-se com a sua obra a qual seguia do princípio ao fim. Modernamente, com as novas tecnologias, tudo está programado. A parte criativa, embora ainda exista, tornou-se quase supérflua.

O/A trabalhador/a embora colha alguma motivação, a satisfação de execução de um trabalho ou especialidade tornou-se remota e muito supérflua. Está tudo programado. O indivíduo quase se limita a apertar um botão ou

a premir algumas teclas e o resto do tempo passa a vigiar a máquina de forma a prevenir as avarias.

As novas tecnologias trouxeram benefícios para o patronato que as adoptou mas, em contrapartida, empobreceram a criatividade e satisfação do trabalhador com as sequelas daí emergentes e a profissão de tipógrafo à moda antiga está em recessão com tendência para desaparecer, encontrando-se, hoje, a maioria dos profissionais a engrossar as listas de desemprego.

Depois, com a natural evolução das artes gráficas, foi adoptado o modelo de *off-set* que, sem dispensar os dois tipos de composição, revolucionou a secção de impressão com a adopção de novas máquinas e a criação da secção de montagem em papel.

A adopção da linotype e de impressão offset representou um avanço extraordinário para a execução do trabalho, diminuindo o número de trabalhadores e tornando o trabalho mais limpo e leve. Não se compara com a revolução que se verificou com a adopção do computador (informática). Antes deste, houve diversas máquinas que substituíram a linotype aquando da adopção da impressão off-set e, pode-se dizer, que foram o início da oficina computadorizada.

Hoje, o tipógrafo à moda antiga, morreu. As regras que éramos obrigados a aprender como, por exemplo, fazer um deitado de 4, 8, 16, 32, 64 páginas, de forma que a numeração subsequente tivesse a ordem normal, já não é necessário pois que já existem programas para ordenar os deitados.

A realidade, hoje, está circunscrita aos programas. Está tudo programado. De tal maneira, que as diversas funções podem ser adstritas ao computador. O trabalho é composto, e existe uma ligação e subordinação total entre as diversas máquinas o que permite, através

UTOPIA 19 23

de diversas sequências, obter-se o trabalho final (agrafado, encadernado e expedido) com o recurso a um número mínimo de operários.

Onde ainda continuam a existir operários à moda antiga (com todas as melhorias introduzidas pelas novas tecnologias) é na secção de impressão. No resto, o computador, quase anulou o montador. Hoje já não se cortam e colam papelinhos, da mesma forma que já não se põem chumbinhos em pé. O trabalho tornou-se mais limpo e menos pesado na exigência do esforço físico. Mas, oficinas com mais de cem operários, passaram à história. O computador (informática) alterou drasticamente a execução do trabalho.

Um pormenor histórico de grande importância que, também se tornou obsoleto, foi a informação política e social que o operário possuía. Não esquecer que a oficina de artes gráficas era um alfobre de revolucionários ou, pelo menos, de indivíduos que estavam mais conscientes das misérias do mundo. Agora existe um controlo mais apertado e o «operário» pode ser facilmente substituído, criando insegurança na manutenção do posto de trabalho.

Hoje, a execução de um livro, folheto, jornal, está muito facilitada e não comporta nenhum perigo. Com o sistema tipográfico, o trabalho era pesado e exigia muitos cuidados. Quando se passou para a *off-set*, embora não se prescindisse da tipografia, o trabalho desta

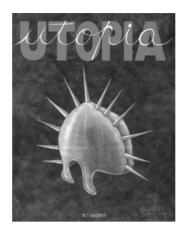
foi bastante melhorado e facilitado. Deixou de se fazer uso da secção de gravura que foi substituída pela secção de fotografia.

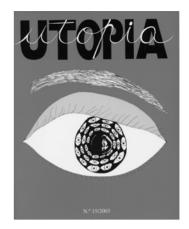
Muito mais haveria a dizer sobre a evolução da profissão de tipógrafo. No entanto, penso que aflorei alguns dos aspectos principais sem negar o valor das novas tecnologias que tornaram quase obsoleta a nomenclatura antiga. Quero, antes de terminar, fazer uma pequena observação:

Hoje só se dá o nome de oficina à secção de impressão que engloba as secções de encadernação, acabamento e expedição com os seus operários, tudo o resto pode ser visto como trabalho de escritório e os respectivos operadores.

Note-se, por exemplo, a origem do conceito tipografia que significa escrita com tipo. Este era o chumbinho com o formato de um paralelipípedo em que num extremo estava desenhado o olho da letra. O tipo, independentemente da sua espessura, podia variar em função do corpo da letra e obedecia a uma altura padronizada de modo que, quando o rolo da tinta passava, fizesse uma distribuição uniforme na superfície que iria ser de leitura. A impressão-reprodução off-set ir-se-á manter no futuro e a única evolução que visiono será tornar obsoleto o processo de passar à chapa o original para imprimir. ■







ASSINATURAS

Entre várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada.

Nome:	
Morada:	
Assinatura anual (2 números)	Portugal 10,00 Euros
	Estrangeiro 13,00 Euros

Pagamentos através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de **Associação Cultural A Vida**Apartado 2537

1113 Lisboa Codex - Portugal

http://:www.utopia.pt E-mail: culturalvida@sapo.pt

UTOPIA 19 25

DIREITO AO TRABALHO? NÃO, OBRIGADO



Hadores Contra o Tra

Eles atacam o inatacável! Tempos mistificados

"O tempo é tudo, o homem já não é nada; é quando muito a carcaça do tempo"

Marx, Miséria da Filosofia (1847)

Uma manifestação virtual para uma contestação virtual

Os sindicatos apelam a greves de forma dispersa (a 18 de Janeiro nos Correios, a 19 de Janeiro nos Caminhos de Ferro e na Electricidade e Gás, a 20 na Educação e para o conjunto da Função Pública), não tendo outros resultados senão colocar em evidência a impotência que reina. Frustra-se a ira, contêmo-la, impedimo-la de se exprimir, organizando manifestações e lançando palavras de ordem contraditórias: eles associam deliberadamente a defesa das 35 horas ao aumento dos salários... enquanto que um dos efeitos principais da lei é justamente o congelamento de salários. Em contrapartida, quando se solta um desejo de combate que não se reduz à defesa de "direitos adquiridos" que deixaram de existir, quando existe uma vontade real de encontrar outras soluções e outros meios para se sair deste mau estar, os sindicatos sabotam o movimento social, como se viu com os professores na Primavera de 2003! O único conteúdo destas manifestações salsichada que eles organizam, é levar-nos às eleições! A única escapatória que nos propõem é votar por aqueles que há alguns anos nos impuseram habilmente as "35 horas" em troca de um salário que não evoluiria e de postos de trabalho que nunca foram criados, de qualquer forma uma partilha da miséria.

"A exploração, é quando quiserem, onde quiserem!"

O que são as "35 horas" senão, para a maioria de nós, a semana das 4 quintas-feiras(*)? Uma degradação acelerada das condições de trabalho pela sua intensificação e empobrecimento real. A anualização do tempo de trabalho é a sua flexibilização acrescida, é a obrigação para

os assalariados de trabalhar ao ritmo da produção e segundo os constrangimentos da empresa (trabalho nocturno e fins-de-semana); é também uma reorganização completa e eficaz da organização das tarefas para aumentar a produtividade do trabalho, com uma caça aos tempos mortos, aos tempos de pausa, aos postos "duplos", ao absentismo e, no fim, uma pressão temporal cada vez mais forte para responder aos prazos de produção e aos clientes. Esta lei apenas fez acentuar a multiplicação dos empregos baratos, precários, pagos à produção ou à tarefa num contexto de progressão constante do número de acidentes de trabalho em determinados sectores, como a construção ou os serviços.

As "35 horas de esquerda" são a combinação da flexibilidade induzida pela anualização do tempo de trabalho e do congelamento de salários. Este "passo de esquerda" é seguido do "passo de direita" que é denunciado hoje pelos sindicatos. Ele é, pois, apenas o prolongamento do movimento que a esquerda iniciou: um suavizar acrescido da gestão do tempo de trabalho e uma submissão total dos assalariados às variações da produção.

Isto começou pelas 35 horas pagando 39 (mas sem aumento de salário), depois, muito rapidamente para os novos assalariados, passou a 35 horas pagando 35; no futuro, será para muitos 37 horas pagando 35, etc. E, em todos os casos, sem aumento de salário. Dado que isto não chega, o decreto sobre o Domin-



go de Pentecostes introduziu o trabalho gratuito de um dia por ano (como nos antigos países ditos socialistas). Por fim, a nova lei das reformas introduz a obrigação de trabalhar mais tempo em prol da "salvaguarda das reformas". Note-se que vivemos numa época em que é necessário "salvar" tudo, as reformas, a segurança social, os empregos e mesmo as 35 horas! Com efeito, de forma como vão as reestruturações e os despedimentos, não nos deixarão oportunidade para trabalharmos além dos 60 anos (embora francamente não tenhamos vontade disso): mostrar-nos-ão a saída antes, dizendo-nos para sobrevivermos com uma reforma de miséria. Aliás, "Pensem em subscrever o vosso PPR – Plano de Poupança Reforma – desde hoje!", dizem-nos os Correios, novo banco da moda.

O tempo escapa-nos cada vez mais

Se nos afundamos sempre no trabalho, deixaremos, cada vez mais, de termos o domínio do nosso tempo, por pouco tempo de lazer que nos conceda, de uma forma ou de outra, a sociedade capitalista em que vivemos. Antes da industrialização, a actividade em geral era a medida de tempo; com o capitalismo, a relação inverteu-se: é o tempo que se torna a medida de trabalho... e do não-trabalho. Tornámo-nos a "carcaça do tempo" industrial. E este tempo industrial marca-nos fisicamente, no nosso próprio corpo: quantos são os que trabalham de noite e não chegam a encontrar o sono antes da reforma? Quantos são os que se "aguentam" durante anos a ritmos infernais e cujo corpo descontrai depois de libertado do trabalho?

E ao mesmo tempo, ousam propor-nos lazeres, do pretenso "tempo livre" porque estaria separado do universo do trabalho. O tempo de lazer é desde sempre um tempo de consumo e de enlouquecimento sujeito aos mesmos ritmos, aos mesmos princípios de rentabilidade que os da produção. O Instituto de Estatística não mede "os orçamentos-tempo

das famílias"? Não propõem as empresas aos seus assalariados "contas-poupança-tempo" para "capitalizar" o tempo livre? Esta valorização-desapropriação do tempo toma formas ideológicas quando pretende oferecer-nos uma "autonomia" crescente e "potencialidades de realização pessoal" no trabalho e na vida. Esta separação aparente entre o tempo de trabalho e o "livre" nunca existiu desde o nascimento do capitalismo.



Novos direitos sociais?... O balcão das reformas está fechado!

O slogan "Trabalhar menos para trabalharem todos e viver melhor!" é bem mais que uma mascarada. Hoje, o problema já não é reivindicar uma redução sempre maior do tempo de trabalho.

Neste sentido, mudámos bem de época. As greves da Primavera de 2003 tiveram pelo menos o mérito de nos fazer compreender uma coisa: entrámos num novo período, em que já não se podem verdadeiramente obter reformas, novas protecções, novos direitos; face a isto, as últimas lutas reduziram-se, momentaneamente, a tentar conservá-los... Começámos a dar conta que é muito mais difícil recuperar direitos perdidos do que tentar ganhar novos direitos. E bem temos de nos esforçar face à sucessão, concentrada no tempo, de ataques

sociais que suportamos há já alguns anos, aqui como noutros países. Sentimos todos, mesmo que não consigamos sempre exprimi-lo ou a disso retirar consequências, que este sistema no qual vivemos já nada nos pode oferecer senão uma degradação das nossas condições de existência, guerras, desastres, uma regressão social generalizada; que nos divide e nos opõe cada dia mais, aqui e com os trabalhadores do mundo inteiro. Face a isto, não temos necessidade de especialistas que decidam em nosso lugar ou que nos exortem a obedecer-lhes (como um sindicato departamental da Electricidade e Gás que escreveu recentemente: "Vós quereis que os vossos sindicatos sejam eficazes... Então como em todos os bons exércitos, obedecei às suas palavras de ordem. Cidadãos de França, não faltem à acção de 5 de Fevereiro.").

Pelo contrário, precisamos de entender porque, à nossa volta, o mau estar social aumenta, porque somos cada vez mais os que não conseguem pagar a renda da casa mesmo trabalhando a tempo inteiro, porque é que as gerações futuras não têm nada a esperar senão sobreviver num mundo que nos desapropria de tudo, principalmente do nosso tempo...

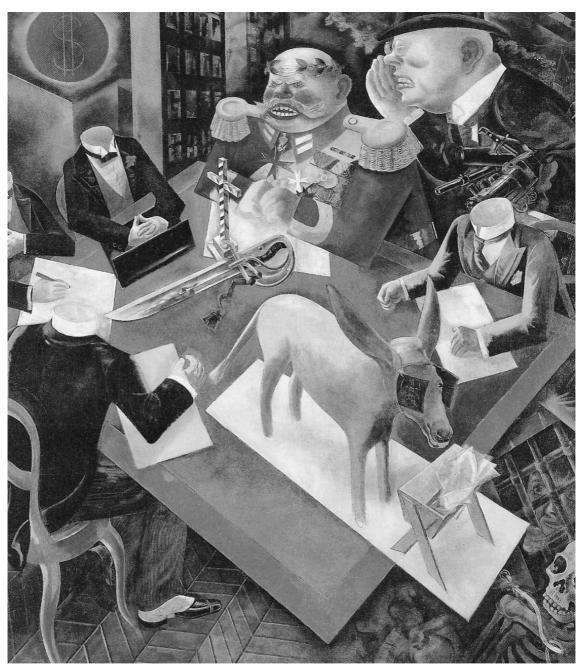
Procuremos antes de mais novas perspectivas... para não sermos mais "a carcaça do tempo", para nos reapropriarmos da nossa memória, da nossa história, da nossa vida!

(*) A expressão "semana das 4 quintas-feiras" tem a ver com o facto de, em França, durante muitos anos o dia de repouso escolar ter sido a quinta-feira. Actualmente, é a quarta-feira.

> Oiseau-tempête 21 ter rue Voltaire 75011 Paris oiseau.tempete@internetdown.org http://oiseautempete.internetdown.org

> > Traduzido por Guadalupe Subtil

UTOPIA 19 29



George Grosz, Eclipse do Sol, 1926

Os malefícios do trabalho na sociedade do espectáculo e da mercadoria

ATTILA TOUKKOUR

"Trabalho: operação pela qual X enriquece Y".

Ambrose Bierce,

Le Dictionnaire du Diable

Contrariamente à ideia espalhada pelos centros de controlo do espectáculo moderno, o trabalho não é uma catástrofe natural. É um mal social e o seu falso remédio, o desemprego, não faz senão piorar o estado do paciente e às vezes até acaba com ele.

Consideremos, primeiro, as origens do trabalho. Sabemos que a palavra deriva, em todas as línguas, do nome de instrumentos de tortura e é sinónimo de sofrimento, esforço extenuante, dor e aflição. A Bíblia faz dele castigo divino e os mitos universais falam de uma idade de ouro original, livre da obrigação de trabalhar. Foi precisamente o que a pesquisa feita com toda a seriedade por Marshall Sahlins sobre a pré-história veio confirmar. O caçador colector, anterior à invenção da agricultura, das classes e do Estado, não trabalha. Dedica-se às actividades livres do ser humano, que consistem em caçar e colher, comer, dormir, brincar e viajar.

O trabalho começa, historicamente, com a dominação de um homem sobre o seu semelhante, de uma classe sobre outra. Trata-se de uma classe não produtiva (sacerdotes e proprietários), que condena ao trabalho uma classe produtiva e rapina a sua produção. Dominação e exploração são uma e a mesma coisa. O que separa a actividade livre do trabalho desgastante é esta acumulação dos frutos da actividade de um indivíduo, constrangido por alguém que é alheio à sua produção, mas que depois se apropria dela. O trabalho cria riqueza, mas a riqueza de outrem. Sob o signo do dinheiro, hoje já não se trabalha para o rei da Prússia, mas para os reis do petróleo e do Texas!

Assim, o trabalho sanciona a passagem da liberdade original à escravatura, que recentemente deu lugar, para satisfazer as exigências do

comércio mundial (chamado globalização), a uma versão mais agravada: o salariado generalizado. Já Nicolas Linget, filósofo do Século das Luzes, via na escravatura assalariada uma forma agravada da escravatura antiga.

O trabalho não é penas a insegurança social; é, sobretudo, o suplício quotidiano do homem abrutalhado pela repetição de tarefas insípidas e alienantes. Trabalhar é uma fraqueza, se o podemos evitar e ir fazer qualquer coisa melhor: foi o que afirmaram ao longo da História as elites intelectuais que desprezavam o trabalho. As civilizações requintadas da Índia, da China e da Grécia antigas punham o trabalho abaixo de tudo. Os indígenas das Antilhas, no período da Renascença, preferiam deixar de se reproduzir a vergar-se ao trabalho imposto pelos Europeus e, ainda hoje, os habitantes do Sri-Lanka preferem mutilar-se e pedir esmola a sofrer o jugo do trabalho.

De resto, em todas as línguas existem provérbios que põem o trabalho no seu devido lugar: "Só trabalha quem não sabe fazer mais nada", dizem os Portugueses, enquanto os Russos afirmam que "a trabalhar, mais depressa se fica marreco do que rico"!

Hoje em dia, é a miséria geral, engendrada pelo mundo capitalista da produção forçada, que faz dobrar a espinha do escravo moderno, afogado nesta maré de trabalho. A ociosidade continua a ser o sonho impossível do proletário agrilhoado a horários extenuantes, infeliz, constantemente assombrado pelo fantasma da precariedade. O país mais "desenvolvido", os EUA, deu mais um passo em frente no caminho da abjecção, ao criar uma classe numerosa de "working poor": a massa dos que têm de dar no duro para não morrerem de fome, mas sem poderem escapar-lhe totalmente.

Enfim, o trabalho tornou-se na causa de todos os males que atormentam esta sociedade dita moderna, mas que é a mais degradante de todas as que se têm sucedido, desde a aparição do homem na terra. É ao trabalho, não só inútil como prejudicial, que se deve a poluição universal do planeta pelos produtos industriais, químicos, farmacêuticos, nucleares, etc. O envenenamento generalizado causado pelo trabalho, degenerou em epidemias que se julgavam já erradicadas e em pandemias novas, das quais a sida e a doença do legionário são tristes exemplos. A lógica louca do lucro conduz "naturalmente" à loucura massiva das vacas e infelizmente à extinção de espécies animais e vegetais. São ainda as sequelas do trabalho alienado que envenenam a água e tornam o ar irrespirável.

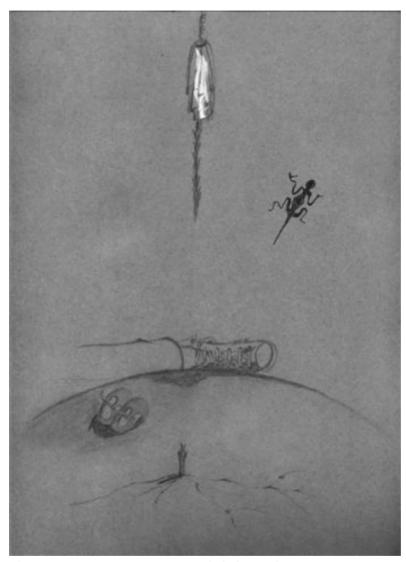
Em resumo, não é a ociosidade que é a mãe de todos os vícios, é o trabalho que é o pai de todas as desgraças. "Mens sana in corpore sano", o velho adágio dos nossos antepassados, que pugnavam por um espírito são num corpo são, não se pode conceber hoje em dia sem fazer apelo às virtudes da preguiça. É a ociosidade que tem de se reabilitar urgentemente, contra aqueles que nos roubam o nosso tempo, contra os vampiros que nos assassinam em fogo lento, em nome do mercado e do Estado.

É preciso considerar a preguiça como uma actividade criadora, a par da paixão destruidora tão cara a Bakunine. Como inimigo inquebrantável de um mundo que nos leva à morte pela miséria do trabalho e pelo trabalho de miséria, a preguiça serve excelentemente a qualidade do tempo reencontrado, de um presente que revaloriza os prazeres de uma vida intensamente vivida.

Morte ao trabalho. Acabemos com os malefícios de um mundo de labuta!■

Calcutá – Bombaim, 10-13 de Abril de 2005.

Tradução de Pulquéria Benevides



Alicia Zarate, Homenage a tantos jóvenes luchadores, s/data.



O planeta de bairros de lata*

Um bilião de seres humanos vive em bairros de lata

Philippe Godard

As megalópoles dos países do Sul são, na realidade, conglomerados de bairros relativamente extensos, de centros de negócios, de zonas industriais e comerciais, de portos, estações e aeroportos, nos interstícios dos quais imensos bairros de lata deitam as suas amarras. Assim, o crescimento de bairros de lata no planeta é um facto incontestável

As cidades, faróis do desenvolvimento

Nos nossos países ricos e desenvolvidos, o êxodo rural já não é senão uma velha recordação só para ser ensinada nas escolas. Nove franceses em dez eram rurais no momento da Revolução Francesa, hoje são menos de 5%. No entanto, cerca de metade da humanidade ainda vive hoje nos campos. É esta metade que alimenta a totalidade da humanidade e a veste em parte.

Ora, sob o efeito conjugado de vários factores, os camponeses do mundo inteiro estão em vias de diminuição muito rápida. Esta diminuição não corresponde a nenhum progresso da condição destes seres humanos que são excluídos do campo para desembocarem nas cidades. Abandonando o campo, contribuem para o progresso extraordinário das megalópoles do terceiro mundo. Todos os organismos nacionais e internacionais encorajam este fluxo e tentam canalizá-lo e organizá-lo. Desde o ministério francês da Administração do Território e do Ambiente, que se envaidece do duo "Cidades e desenvolvimento duradouro" (título de uma recolha oficial publicada em vários volumes entre 1998 e 2001), até aos defensores de um "mundo solidário", que nos exortam a "jogar a carta urbana". Assim, para todos estes peritos de direita como de esquerda, ou mesmo de extrema esquerda, a desertificação dos campos contribui para o que eles designam de "progresso" das cidades. Para todos, a urbanização é um dos objectivos próprios do desenvolvimento. As cidades são o símbolo do êxito de um país. Segundo o relatório da ONU-Habitat 2001 da, existe uma correlação forte e positiva entre a urbanização e o nível de desenvolvimento económico e social: quanto mais um país é desenvolvido, mais urbanizado é, e vice versa.

Terminou o êxodo rural?

Mas, para além do discurso, a realidade é outra: desde a década de 80 do século XX, que o êxodo rural contemporâneo contribui para o crescimento nunca antes verificado dos bairros de lata do terceiro mundo. Em 2001, havia, segundo a ONU-Habitat, 870 milhões de habitantes em bairros de lata de zonas urbanas. Segundo o relatório ONU-Habitat 2004-2005, existe hoje 1 bilião, isto é, cerca de um terço da população urbana mundial. Nos países menos desenvolvidos, mais de 70% da população urbana vive em bairros de lata (72% na África negra). Não é do progresso das cidades que se deveria falar, mas antes da explosão das periferias por todo o Sul.

Lembremos que um bairro de lata é um amontoado de casas precárias, sem água corrente nem escoamento de águas utilizadas, sem electricidade, nas quais sobrevivem seres humanos obrigados a suportar uma sujidade indescritível devida a uma promiscuidade inaudita e à ausência de qualquer tipo de ordenamento. É preciso passar pelos bairros de lata para perceber o significado destas palavras, não obstante o vazio de sentido dos superlativos mediáticos, quando aplicados a uma vida, a uma simples vida humana passada na miséria. Na vergonha também. Este último ponto não é o menos importante, porque é sobre a vergonha de seres miseráveis que se apoiam as religiões integristas cristãs, muçulmanas e outras que controlam as tensões nos bairros de lata. A este bilião de seres humanos que vivem em bairros de lata, irá juntar-se um segundo até ao ano de 2030. Serão 2 biliões, o que representará então mais de um quinto

da humanidade e quase metade da população urbana mundial. Nenhuma solução é proposta mas, como habitualmente, os peritos da ONU fazem a sua autocrítica. E como toda a autocrítica mais ou menos condicionada, esta é perfeitamente inútil. Porque ela limita-se ao reconhecimento de erros passados e à incapacidade dos peritos em prever esta explosão exponencial de crescimento dos bairros de lata no planeta. Mas ela apenas propõe prosseguir os programas em curso, tendo o cuidado de praticar "uma melhor governação urbana, melhores políticas urbanas e uma melhor integração das novas populações na economia urbana" (Daniel Biau, de ONU-Habitat, na revista Habitat Debate de Setembro de 2004). Palavras muito vãs, mas que parecem satisfazer os organismos internacionais.

Seria impossível prever a "bidonvillisation" do planeta? O contrário é que é verdadeiro, mesmo se a embrulhada das causas e das consequências da miséria que conduzem à aglutinação nas megalópoles seja muito complexa. Era uma desastre fácil de prever. Num planeta ainda maioritariamente rural na segunda metade do século XX, a introdução massiva da agricultura mecanizada, baseado no modelo da famosa revolução verde na Índia, não poderia produzir outra coisa senão o abandono dos campos pelos trabalhadores supra-numerários, já que esse era um dos objectivos. Tratava-se, de facto de aumentar os rendimentos agrícolas e de libertar a mão-de-obra disponível para a indústria nascente dos países ditos então "sub-desenvolvidos", depois "em desenvolvimento". O êxodo rural era pois um dos objectivos procurados. O único contraexemplo é sem dúvida o da África negra, onde o crescimento de bairros de lata advém apenas da miséria acrescida incessantemente graças aos governos locais, às instâncias internacionais e aos erros repetidos dos bons

samaritanos humanitários. Na África negra, nenhuma industrialização veio chamar a mão-de-obra rural para as cidades.

O crescimento de bairros de lata não era impossível de prever, salvo para os que previam que as cidades e as indústrias absorveriam este excesso criado deliberadamente por estas medidas massivas de gestão do rebanho humano. Mesmo as perspectivas desenvolvimentistas, ditas de "esquerda", prometem este desenvolvimento que conduz o mundo rural e camponês para um mundo urbano e industrial. Os peritos e os governantes podem assim desculpabilizar-se, uma vez que a quase totalidade dos homens políticos e as "sociedades civis" estão abertos a esta industrialização, enquanto base do progresso. Mas esta cegueira dos peritos, dos governantes e dos seus seguidores não deve enganar-nos. Podemos e devemos superar estes peritos, para os quais os números e as estatísticas devem convergir para os objectivos que eles fixaram em relação a outros conjuntos de números e de estatísticas, sendo o todo uma pura abstracção. Por exemplo, como as cidades são mais ricas que os campos, é preciso, segundo a maioria dos peritos, estimular a transferência das forças excedentárias dos campos para as cidades. Como se a realidade fosse assim tão simples, como a matemática e a estatística! Tais são os métodos que levaram este planeta a um impasse total. Esta forma de desenvolvimento dos anos 1960-1980 continua até aos nossos dias, sob nomes novos que vão de "crescimento duradouro" a "descrescimento", passando por "desenvolvimento sustentável"...

Na realidade, constatamos que as migrações em massa do campo para a cidade não dinamizaram o desenvolvimento industrial urbano nem o crescimento no terceiro mundo. Tiveram apenas o efeito de deslocar a pobreza dos campos para as cidades, segundo a expressão de Atiqur Rahman, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, que é uma agência das Nações Unidas encarregue de combater a pobreza rural nas regiões mais desfavorecidas do mundo. Com efeito, os campos permanecem terrivelmente pobres: três quartos dos 1,2 biliões de seres humanos que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia vivem em zonas rurais.



A Revolução verde na Índia, um exemplo!

O caso da Índia mostra bem que é a miséria que se desloca do campo para a cidade. Após a independência da Índia, em 1947, tratou-se, segundo os preceitos de Nehru, de fazer da Índia uma grande potência moderna, isto é, industrial. Era fácil em teoria, uma vez que bastaria mecanizar a agricultura (Estaline, entre outros, tinha mostrado a via). Até aos nossos dias, quase todos os peritos exaltam a experiência indiana. Sem a revolução verde, dizem eles, não tinham hipóteses de superar a fome. Para chegar a esta conclusão, é preciso esquecer algumas coisas. Na realidade, a produção de arroz e de milho aumentou certamente tanto quanto a população, mas o consumo de arroz e de milho, que mede verda-

deiramente o estado alimentar da população, não aumentou nada. Pelo contrário, baixou. Eis os números: de 17,5 kg de cereais por pessoa e por mês em zona rural em 1961-1962 para 13,4 kg em 1993-1994, e de 12,5 kg em 1961-1962 em zona urbana para 10,6 kg em 1993-1994 (Madhura Swaninathan, Weakening Welfare, Delhi, 2000). O mais preocupante para o desenvolvimento físico das crianças e a saúde dos indivíduos é que, segundo as estatísticas do próprio governo, os indianos consomem hoje duas vezes menos legumes e frutos que na época da independência. Na actualidade, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), o número de indianos subalimentados cresce de novo fortemente: mais 19 milhões entre 1995-1997 e 1999-2001, para um total de 214 milhões de pessoas subalimentadas, ou seja, 20% da população (com os critérios já muito baixos, porque outras estatísticas, na Weakening Welfare, dão taxas de 70% de crianças severamente ou moderadamente subnutridas). Este duplo fracasso provém da prioridade dada, durante a revolução verde, aos cereais e ao arroz, em detrimento dos frutos e legumes, cuja produção decresceu. E no que respeita ao consumo de cereais, a baixa provém essencialmente do desmantelamento do sistema de distribuição de alimentação pelas práticas neo-liberais no fim dos anos 90 e início dos anos 2000. Um estudo recente (Food Insecurity Atlas of Urban India, 2002), sobre todo o País, isto é sobre um bilião de seres humanos, mostra que a situação dos pobres nas cidades é pior em todos os aspectos do que a dos pobres nos campos. Os camponeses desapropriados da sua terra pela revolução verde, que não tinha necessidade dos seus braços, encontram-se todos nos bairros de lata de Bombaim, Delhi e Calcutá, onde as condições impostas aos habitantes são infra-humanas.

Tal é a realidade do exemplo da revolução verde. Que belo exemplo! Era perfeitamente possível prever este êxodo rural massivo. Os peritos retorquirão que acreditaram, na época, que a indústria desenvolvendo-se, a riqueza criada favoreceria todos. Mas, quanto mais os peritos envolvem o mundo numa tentativa de concretizar um modelo cada vez mais complexo, mais o mínimo imprevisto e desregulamento tem consequências enormes, ao ponto de provocar o fracasso do modelo. Esta é uma regra muito simples de qualquer sistema complexo: se se acumula a complexidade, o que é o caso de hoje, o mínimo obstáculo tem consequências incomensuráveis. É mais difícil reparar um automóvel que uma bicicleta. A "Megamáquina" é incontrolável porque os peritos e os políticos quiseram continuar a "afinar" os seus modelos, e porque, procurando redireccionar o rumo persistindo em querer atingir um objectivo sempre mais grandioso, acumularam erros, mas também – o que é mais grave – os obstáculos para uma saída do modelo. Do nosso lado, não temos ainda desenvolvida uma crítica do sistema que nos permita renunciar a tudo o que nos propõem, da electricidade ao avião passando por tudo o resto. Dizendo de outra forma, o Sistema colocou-se numa via única, e todos procuram apenas melhorá-lo.

Manter as formas ancestrais da agricultura

Como poderemos manter os camponeses nas suas terras? E será que teria sido rentável? Primeiro, a agricultura mecanizada não é mais produtiva que a agricultura ancestral, excepto se manipularmos os números: dividindo o número de quintais de trigo produzidos por hectare pelo número de camponeses necessárias

para esta produção. Então, com efeito, obtêm-se taxas fabulosas. Mas o camponês só e super equipado que explora 400 hectares não trabalha na realidade sozinho: foram necessários os engenheiros para conceber os tractores, os adubos e pesticidas que utiliza, operários para os construir, assim como hangares necessários para a conservação das colheitas, dos caminhos de ferro necessários para o seu transporte sempre mais longe dos centros de produção, já que o campo não consome quase nada, sem contar com o custo dos desgastes suportados pelos solos. La Beauce (região da França rica na produção de cereais) ou a Bacia do Pó (região de Itália) terão de esperar 3 ou 4 décadas para encontrarem de novo um bocado de terra arável: o seu solo no momento não é senão um pedaco de terra morta sobre a qual se expande pasto, pesticidas e sementes. O quadro aqui descrito é ainda pior, se imaginarmos uma invasão das culturas transgénicas: a produtividade baixa então ainda mais, na medida em que o custo das sementes, principalmente pelo facto do tempo e material científico necessário à sua concepção e sua produção ser ainda enorme, sem que os rendimentos directos medidos por hectare aumentem, como é largamente demonstrado pelos estudos de grande escala. Face a esta agricultura sobremecanizada, a agricultura ancestral obtém rendimentos por camponês mais elevados, por um custo social inferior, uma vez que os camponeses são mantidos nas suas terras e não vão engrossar os bairros de lata planetários (ver a este respeito o número de L'Ecologiste de Outubro/Dezembro 2004 consagrado à agro-ecologia, assim como a Histoire des agricultures du monde, de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart, "Point" Seuil). Mas isto pressupõe que não se corre atrás do "Progresso".



Um processo irreversível?

A função da cidade, a atracção que ela suscita, é central no processo complexo do êxodo rural contemporâneo. Os camponeses fogem dos campos porque são pobres e sem terra, mas como vimos no caso da Índia, nas cidades os pobres comem ainda menos que nos campos. Então, é necessário que a cidade proponha ou pareça propor qualquer coisa de melhor. Bem entendido, é a esperança que propõe a cidade. A esperança de sair da miséria. A esquerda autoritária é grandemente responsável por este mito, falso desde o início. Os populistas russos do século XIX compreenderam que terra e liberdade estavam completamente ligadas: a possibilidade de explorar colectivamente a terra sem qualquer imposto (logo, não apenas sem qualquer senhor, mas também sem Estado) oferecia um verdadeiro espaço de liberdade, porque não há liberdade para quem nada tem na barriga, sem desprimor para os românticos. Lénine e Estaline inverteram o processo: toda a terra para o Estado, e a liberdade seria construída na ponta de tanques e de tractores produzidos pelas fábricas. Fábricas! Logo das cidades... Sempre elas.

O processo de êxodo rural parece apesar de tudo irreversível: em 2007, ou talvez antes,

metade dos seres humanos viverão em cidades, e serão 60% dez anos mais tarde. Hoie, sobre estes 3,2 biliões de seres humanos urbanos. 1 bilião conhece a sobrevivência miserável nos bairros de lata. Assim, as cidades apresentam-se como verdadeiros instrumentos de dominação, de controlo e de repressão dos pobres. É ainda nas cidades que se concretiza a confiscação do poder (económico, financeiro, político, intelectual...). Em detrimento directo dos campos, absorvendo a mãode-obra pretensamente excedentária, mas também tornando improvável qualquer processo de emancipação, que passa, talvez, hoje, por uma reflexão sobre a repartição dos seres humanos à face do planeta. Sem que isto implique, na nossa ideia, uma adesão às teses malthusianas ou, pelo contrário, à sua recusa radical. Trata-se de expor primeiro um problema central da nossa época.

Da Cidade-Estado à aldeia global



Os teóricos políticos mais "modernos" chamam "aldeia global" às formas do Estado mundial unificado (sob a égide das Nações Unidas, do G8 ou de qualquer outro organismo, actual ou futuro). Isto significa que vivemos numa Cidade-Estado à escala de todo o planeta! Se esta Cidade-Estado não está realizada a todos os níveis, é, em todo o caso, um objectivo para o qual convergem em uníssono capitalistas e reformistas, de direita e de esquerda.

Alguns dos traços determinantes das primeiras Cidades-Estado de há sete mil anos permanecem verdadeiros. A começar pelo poder da cidade sobre os campos circundantes. Basta, para mostrar a grande similitude entre as Cidades-Estado antigas e a aldeia global actual, considerar a cidade-rede, que une de facto as forças vivas citadinas, de Nova Iorque a Tóquio, face aos campos que as alimentam. Já há sete mil anos, as Cidades -Estado da Suméria construíram o seu poder drenando os produtos do campo para os seus centros. Foi mesmo dentro deste quadro que foi inventada a

escrita, uma vez que as primeiras formas de escrita serviram para enumerar os carneiros e volumes de cereais transportados dos campos para os centros urbanos. Rapidamente, a escrita serviu apenas para contar os carneiros: os escribas meteram-se a louvar os dirigentes, reis ou imperadores, que, sempre, residiram nas cidades. A extensão das suas possessões conduzia finalmente à extensão das zonas rurais que controlavam.

Apesar disso, uma das funções mais essenciais

dos peritos urbanos do Banco Mundial ou dos organismos que se pretendem não governamentais (embora vivam todos sem excepção de subsídios dos Estados) é produzir louvores, já não do rei, mas do Sistema. Assim, cada época produz a teoria que justifica a continuidade desta história única, a ruptura cada vez mais profunda entre o homem e a natureza. Embora, precisamente, o aparecimento das Cidades-Estado seja contemporânea da revolução neolítica, não progredimos na compreensão deste lugar teórico, "qualitativo". Bastou de facto uma extensão quantitativa para nos satisfazer com uma perspectiva enganadora: Cidades-Estado sempre mais poderosas e sempre mais seres humanos como base do progresso. Porque a única lógica que guiou a humanidade ao longo desta história foi a extensão quantitativa e a expansão planetária de um único modelo: o "Progresso".

Mesmo durante o século XIX, período do florir das nações, as cidades continuaram a aspirar as forças dos campos. E assim que as nações europeias se confrontaram, durante a Grande Guerra, enviaram-se sobretudo camponeses para servir de carne para canhão em primeira linha. Os engenheiros das cidades colocavam os canhões, os soldados dos campos corriam à frente do "inimigo" para se fazerem ceifar como grãos de trigo. Todos concorreram com bravura e empenho para a aplicação da grandeza natural da concepção teórica do nacionalismo, tanto citadinos, como camponeses. Mas apenas os Estados disso retiraram vantagem, e continuaram a encarnarse primeiro e antes de tudo nas cidades. Só as cidades significavam o progresso e a modernidade, permanecendo os campos invariavelmente sinónimos de reflexos arcaicos e reaccionários. Não há uma ideologia precisa da cidade enquanto tal, da cidade que seria o instrumento de poder, mas é só a cidade que

encarna o ideal para o qual deveriam tender os rurais. A cidade, e assim as megalópoles, ou, mais precisamente, a rede mundial de megalópoles.

As cidades circundadas pelos campos?

Alguns quiseram exprimir esta relação conflitual cidade-campo como uma autêntica guerra. Mas as coisas não são assim maniqueístas. O caso da China é esclarecedor: enquanto que Mao queria "as cidades circundadas pelos campos", nos nossos dias – e já sob Mao – são as cidades chinesas que assentam o seu poder sobre os campos. Um viceministro da Construção da República Popular da China escrevia assim, na Habitat Debate, que, de 1978 a 2003, o número de rurais pobres caíu de 250 para 30 milhões. Trata-se na realidade de um toque de mágica estatística, já que os chineses transferiram com um toque de varinha mágica 220 milhões de pessoas que viviam no campo com menos de 1 dólar por dia para a categoria, sem dúvida mais folgada não duvidamos, dos citadinos que gastam entre 1 e 2 dólares por dia. O mesmo vice-ministro não via outra solução que atrair os pobres rurais para a cidade. Indica assim que as empresas urbanas foram "vigorosamente desenvolvidas e absorveram 120 milhões de trabalhadores rurais que não estavam envolvidos na produção agrícola". Supõe-se que estes rurais fazem apesar de tudo parte dos 220 milhões de pobres tornados quase ricos, mas, então, isto significa que 100 milhões se perderam na estrada ou nos meandros estatísticos. Inquietamo-nos sobretudo com eles porque, sempre segundo o vice-ministro, "a população rural foi transferida para as cidades segundo modos organizados". Sem nenhuma

precisão suplementar. Assim, estamos completamente dentro da visão do mundo descrita acima: tem-se um modelo, que postula a superioridade intelectual, sanitária, industrial e outra da cidade sobre o campo e conformamonos com isso, negando pura e simplesmente os problemas anexos: a desertificação dos campos e o crescimentos das zonas "informais" em torno das cidades. Ou seja, o crescimento dos bairros de lata e a explosão da precaridade em toda a China. É esta a realidade nua e crua da China contemporânea que não provoca, no entanto, nenhum remorso graças a uma verdadeira gestão do rebanho humano, como o mostra este vice-ministro. O "gado humano" deslocou-se em função dos pastos industriais disponíveis e não tem o direito de se reproduzir senão em função das previsões e das necessidades definidas pelo Estado, e não deve sobretudo mugir.



Controlar o nível de stress das populações

Os chineses fizeram-se de repente mestres na gestão de recursos humanos. Mas os outros países não lhe ficam atrás. Nas bairros de lata da Índia, o problema coloca-se em termos sensivelmente diferentes, já que o governo não tem nem os meios, nem, sem dúvida, a intenção de forçar as populações a trocarem o campo pela cidade (pelo menos a um nível

tão elevado, sendo o caso de uma barragem, como a de Narmada, quase anedótico em relação às deslocações forçadas de população na China). Assim, a questão na Índia é de evitar uma revolta dos habitantes dos bairros de lata, que representam entre um terço (Delhi?) e metade (Bombaim, Calecutá? os números são imprecisos) da população urbana das megalópoles deste país. As associações de habitantes das periferias, das quais a dedicação dos membros é, aliás, inegável, estão constrangidas a trabalhar para a perpetuação das periferias. Com efeito, a grande corrupção que reina na Índia (como na maioria dos países do Sul) e a incompetência fazem com que os créditos destinados à melhoria das periferias ou ao realojamento dos seus habitantes seiam desviados ou mal utilizados. As associações de habitantes dos bairros de lata (como Mahila Milan, "mulheres juntas" em hindi, Mahila Chetna, "o acordar das mulheres", ou a NSDF, associação nacional dos habitantes de periferias) uniram-se a organizações não governamentais (INDCARE ou SPARC, Society for the Promotion of Area Resource Centres) para participarem na concretização dos planos do governo. Os orçamentos afectados pelo governo são, assim, melhor utilizados e os habitantes tomaram uma parte activa, e sem dúvida eficaz, na melhoria das suas condições de vida. Desde os anos 90 que o esforço se dirige quase exclusivamente para os sistemas de captação de água corrente e de saneamento básico. Um programa mínimo. Mas, por outro lado, estas associações confirmam a incapacidade do Estado – ou mais amplamente ainda da sociedade, do Sistema - em lhes oferecer condições de habitação correctas.

Não se trata aqui de entronizar a estratégia do pior, que é errónea, como sabemos, pelo menos desde o fim dos regimes nazi e

estalinista. O pior não engendra a revolução. Mas, no caso dos bairros de lata, o seu crescimento rápido torna, a priori, impensável qualquer solução global e seria preciso deixar perdurar esta situação, contentando-se em melhorar os problemas mais gritantes, como o da água e casas de banho.

Para complicar ainda mais o problema, é necessário colocar em evidência a utilidade real das associações que antes referimos. Porque, sem a sua acção, é possível que a estratégia do pior, precisamente, sirva os grupos integristas e milenaristas, cristãos, muçulmanos ou outros. Com efeito, as seitas religiosas protestantes norte- americanas contribuíram já largamente para o fracasso das guerrilhas da América Latina e da teologia da libertação nos anos 1970-1990. Exaltando a passividade perante o destino que Deus reserva aos pobres ("Se sois pobres, é porque Deus quer que vós expieis os vossos pecados"), estas seitas já prejudicaram bastante os movimentos sociais e nos grupos revolucionários latino-americanos. Existe o mesmo risco noutros continentes e, principalmente, em todas as zonas onde o islão e o cristianismo estejam já presentes, como em África, Paquistão, Bangladesh....

Um Estado mundial está em formação sob os nossos olhos. Não é uma profecia, é uma constatação: uma rede de cidades tentaculares, não apenas monolíticas, mas elas próprias gangrenadas de imensos e extensos bairros de lata. Neste magma humano, a luta está por enquanto controlada por grupos sectários do tipo religioso (integristas cristãos-pentecostistas, muçulmanos, judeus, hinduístas e outros) que propagam a mensagem de um mundo melhor no outro mundo. O messianismo comunista, que postula um mundo melhor aqui em baixo, é inoperante porque os comunistas de toda a espécie, e aqui incluo os anarquistas, não fo-

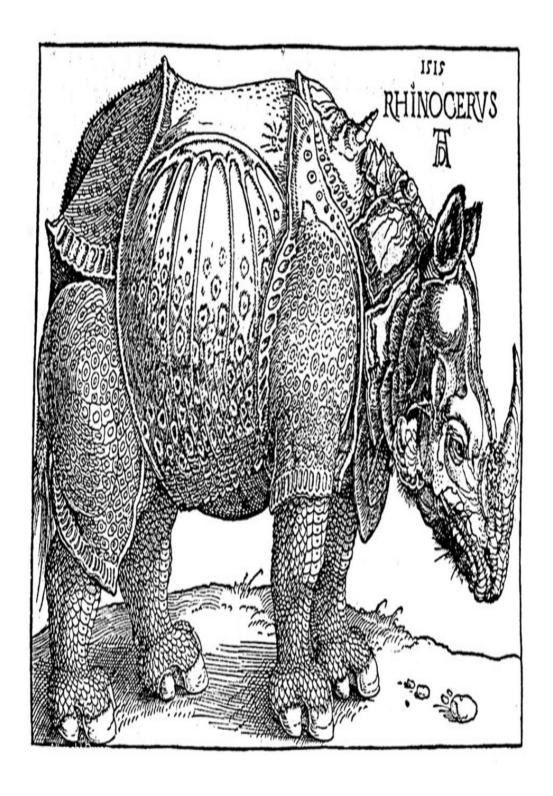
ram ao fundo na crítica do Progresso, da Ciência, do Estado e do Trabalho, tudo coisas das quais precisamos de nos desembaraçar sob pena de voltar a partir no mesmo sentido: se se quer o Progresso, se se quer a Ciência, se queremos conhecer a rapidez de expansão do universo e descodificar o genoma humano na íntegra, se pensamos que pelo trabalho iremos modelar a natureza, então teremos necessidade do Estado e das ideologias que justificarão os "desgastes colaterais". Mas acabaremos por destruir o planeta...

A crença no Progresso conduz à emergência de um modelo – é mesmo a definição do progresso da humanidade: convergir para um modelo superior. O Progresso não é outro, apenas a definição do termo "superior" é que muda, mas todos, comunistas autoritários, liberais e neo-liberais, têm um modelo que crêem superior e na via do qual nos querem conduzir. Hoje, sobre a via que conduz ao modelo dominante e único, o da sociedade hiper industrializada, com as suas mega cidades, com humanos ligados em rede mas apesar de tudo incapazes de comunicar entre si fisicamente, alguns estão mais avançados que outros. E como a realização do paraíso na terra se torna cada vez mais improvável, a solução proposta é de abandonar os que estão mais atrasados na via do Progresso.

Sob o jugo democrático, a vida humana não está cotada da mesma maneira em Wall Street ou nos pardieiros de Calcutá. E o fosso aumenta.

Tradução de Guadalupe Subtil

^{*} Artigo publicado na revista da Organisation Communiste Libertaire "Courant Alternatif", nº 147, Março 2005, pp. 8-11.



O paradigma daqueles que morrem a trabalhar e a agonia daqueles que procuram trabalho

José Maria Carvalho Ferreira

À escala planetária trabalha-se para sobreviver e para morrer. Extenuam-se a trabalhar. Esgotam-se à procura de um hipotético trabalho inexistente. Morrem para saciarem a fome do consumo de mercadorias que modela a sua estratégia de sobrevivência histórica. A actualidades deste dilema dos trabalhadores assalariados é, cada vez mais, representativo. Os que conseguem ascender ao estatuto de trabalhadores assalariados morrem a trabalhar. Morrem quando trabalham, morrem porque têm medo de perder o emprego e entram num estado de agonia progressiva quando enfrentam as vicissitudes de oferta e da procura de trabalho assalariado no âmbito do mercado mundial. Na ocorrência, o desemprego e a precariedade da vinculação contratual são o denominador comum. Por outro lado, os que aspiram integrar o mundo do trabalho assalariado, variadíssimas vezes, soçobram perante as incidências da concorrência, da competitividade, da atomização e da alienação gerada por um mercado de trabalho cada vez mais abstracto e complexo.

O trabalhador assalariado, ao transformar-se num mero objecto numérico no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo, adquiriu uma função primacial: produzir e consumir mercadorias. Quando produz, consome os seus neurónios, a sua emoção e o seu corpo. Aqui reside a probabilidade de morte quando trabalha. Quando consome mercadorias, consome os resultados da irracionalidade mortífera do seu trabalho inscritos no modelo de produção e de consumo vigentes, transforma o que personifica vida em morte, utilizando para esses efeito as espécies animais e espécies vegetais que ainda estão ao seu dispor. Por outro lado, transforma a matéria orgânica em matéria inorgânica, pondo seriamente em risco o equilíbrio ecossistémico do planeta Terra e, sobretudo, de si mesmo.

Os resultados desta evolução histórica revelam-se paradoxais, por diferentes razões.

Mantendo-se o actual modelo de produção e de consumo, o trabalho transformou-se num mero esbanjar de energias intelectuais e físicas sem nexo e sem sentido. A destruição do corpo, da mente e da psique é avassaladora. O corpo é mutilado quando é função de produção confinada a trabalhos qualificados e desqualificados. A mutilação do corpo inerente ao trabalho desqualificado é realizada através de linguagens comportamentais circunscritas ao esforço físico. O trabalho qualificado, ainda que implique pouco ou nenhum esforço físico, pela via de exigências competitivas levadas ao extremo, mutila a cognição e a emoção que orientam e dão sentido ao corpo. Corpo, emoção e cognição, em quaisquer circunstâncias, são uma função de produção de mercadorias que resulta na sua atomização e alienação.

Os trabalhadores qualificados e os trabalhadores desqualificados no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo são, por outro lado, uma função de consumo primacial das mercadorias. que produziram. Para que haja equilíbrio entre as funções de produção e de consumo que personificam, os seus corpos, emoções e cognições são sujeitos às mesmas lógicas de mutilação, de atomização e alienação. Projectam-se a consumir mercadorias de forma compulsiva, violenta e competitiva, destruindo o metabolismo celular dos órgãos dos seus corpos e dos seus órgãos sensoriais até à exaustão. Produção e



consumo de mercadorias revelam-se, antes de mais, na produção e consumo da mercadoria trabalho confinada à capitalização da mente, da psique e do corpo dos trabalhadores assa-

lariados. Esta capitalização é contínua e sistematicamente produzida e reproduzida durante 24 horas por dia, sem interrupção. As probabilidades de um espaço-tempo propício ao desenvolvimentos de pulsões de vida fora do contexto das funções de produção e de consumo de mercadorias é cada vez mais residual, senão impossível. Se bem que num contexto de extrema desigualdade económica, social, política e cultural, mesmo aqueles ou aquelas que estejam na situação de desempregados ou de trabalhadores assalariados com contratos de trabalho precários, nada mais lhes resta que integrar o mundo da economia formal e da economia informal atravessada por uma escravatura inscrita nos desígnios das pulsões de morte a produzir e a consumir mercadorias. O espaço-tempo para as pulsões de vida inscritas em relações sociais de cooperação, solidariedade, liberdade, amor e criatividade é, nestas circunstâncias, drasticamente reduzido ou funciona como um mero simulacro existencial.

No quadro da evolução da racionalidade instrumental do capitalismo, a produção e a reprodução da espécie humana e dos seres sociais só é possível nos parâmetros de funcionalidade e de eficiência do trabalho assalariado. Motivações, atitudes, objectivos, satisfação no trabalho, emprego, salários, promoções e necessidades de vária índole são sistematicamente programados e padronizados com base em expectativas racionais dos indivíduos que integram ou aspiram integrar o mercado de trabalho. Com ou sem trabalho, este transformou-se numa entidade mitológica de natureza divina. A luta pelo trabalho é muito mais importante que obter um emprego, porque este é um meio e não um fim. Ter trabalho é não cair no inferno dos indigentes, dos pobres e dos miseráveis que integram o exército dos escravos modernos do capital e do Estado.

Por que se tornou numa miríade, numa alucinação passageira, numa probabilidade de salvação terrena, o trabalho assalariado é cada vez mais atravessado por ritos, comemorações, manifestações simbólicas de um passado longínquo sem presente e sem futuro. O "Deus Trabalho" tornou-se omnipresente, omnisciente, omnipotente. Quem trabalha vem para o "céu", produzindo e consumindo mercadorias. Quem trabalha mas sobrevive com contratos de trabalho precários vai para o "purgatório", produzindo e consumindo mercadorias de forma irregular. Quem não usufrui destas hipóteses vai para o "inferno", sofrendo para o efeito das vicissitudes da miséria e da morte por não produzir e consumir mercadorias.

Pelas razões sublinhadas, desde que nascem, na família, no asfalto das ruas da exclusão social, na escola ou em outros grupos que possam servir de âncora social, como probabilidade histórica, todos os seres humanos são projectados para um processo de socialização, de aculturação e de aprendizagem social circunscrito aos ditames do trabalho assalariado. Estruturados, arregimentados e integrados num sistema societário progenitor e deificador do trabalho assalariado, todas as profissões induzidas pela lógica do trabalho assalariado, no dizer dos seus ideólogos, "são boas", desde que sejam passíveis de viabilizar a maximização do lucro de um capitalismo cada vez mais abstracto e sem rosto.

Este capitalismo, para além de abstracto e complexo, transformou-se no sentido da imaterialidade. A produção, consumo, distribuição, troca e consumo de mercadorias requer qualificações e competências profissionais de natureza analítico-simbólica. Não admira, assim, que o sector de serviços tenda a tornar-se o factor nuclear do crescimento económico das sociedades capitalistas mais

desenvolvidas e que as tecnologias de informação e de comunicação determinem a evolução dos diferentes perfis profissionais à escala global.

Quando os gurus do "management" destacam, nas virtualidades do trabalho assalariado actual, competências e qualificações assentes flexibilidade polivalência. empregabilidade, não exigem dispêndio de energias físicas decorrentes do trabalho manual dos sectores agrícola e industrial, mas sobretudo capacidades mentais e psíquicas de natureza comunicacional e afectiva adstritas ao sector de servicos. A produção, troca, distribuição e consumo de bens e serviços deste sector não pára de crescer. Tem uma plasticidade social gigantesca e inaudita na saúde e educação, nos "media", na guerra, no crime, na violência e na religião. Por outro lado, estes serviços dão origem a novas profissões reportadas à filantropia, controlo e integração dos seus efeitos perversos.

Estes anacronismos traduzem-se em duas vertentes fundamentais: desemprego e desvinculação dos laços sociais no seio da família, dos grupos de referência e da sociedade civil. Sem trabalho e sem emprego, não existe o espaço-tempo para dinamizar as pulsões de morte inscritas no carácter instrumental do trabalho assalariado quando produzia, trocava, distribuía e consumia mercadorias. Na impossibilidade histórica desta condição-função normativa, transformaram-se facilmente em actores individuais e colectivos desviantes. Estes desvios são visíveis em termos intrapessoais em desequilíbrios emocionais consubstanciados no consumo inaudito de fármacos e também na emergência da violência e crime nas relações interpessoais, intragrupais, intergrupais, intra-organizacionais, intra-societais e inter-societais.

O desemprego e a precariedade da

vinculação dos contratos de trabalho são outras das facetas históricas mais expressivas dessa evolução. O seu aumento tornou-se uma constante irreversível no contexto do mundo do trabalho assalariado. Sem trabalho e sem emprego perde-se a razão de ser e a identidade individual e colectiva do trabalho assalariado. Não só se perde o salário, como, ainda, a estabilidade psicossocial, já que nessa condição-função qualquer trabalhador assalariado é escorraçado pelos valores, a moral e as normas prevalecentes na sociedade.

Estamos perante uma normalidade quotidiana substantivada (ir)racionalmente pelo instinto esbanjador de energias fisiológicas e intelectuais, na qual o corpo, a mente e a psique são fundamentalmente a negação da vida. Não sabendo fazer outra coisa de que trabalhar, perdido na síndroma do tédio e da ociosidade, qualquer desempregado, perde também os diferentes laços de comunicação e identidade que mantinha com a sociedade. Os traumas e as frustrações provindas do seu estatuto de desempregado tornam a sua sobrevivência num drama de incidências totalitárias angustiantes. Não usufruindo do salário habitual, não consomem nem mortificam os seus corpos, as suas mentes e as suas psiques como desejam e aspiram. Não sabendo fazer outra coisa do que trabalhar, entram, facilmente, no desespero e miséria existencial.

A dimensão fenomenológica do problema do desemprego não afecta somente aqueles que emergem para uma situação de desempregados. Aqueles ou aquelas que ainda não o são e mantêm as prerrogativas de trabalhadores assalariados, pelos constrangimentos emergentes à volta do dilema empregado/desempregado, tornam-se também em vítimas potenciais do contágio psicossocial que a sociedade fomenta. Sendo membros da mesma identidade colectiva inscrita nos papéis e funções do

trabalho assalariado, considerando-se actores reivindicativos da condição de escravos modernos do capital, enquanto empregados/desempregados, face às contingências da inovação e mudanças provocadas pelas tecnologias de informação e comunicação, facilmente passam de empregado a desempregado ou viceversa.

O drama actual do trabalho assalariado reside na sua essência paradoxal. À força do hábito de reduzir as virtualidades criativas da espécie humana aos desígnios instintivos expressos no trabalho assalariado, tal facto, deu origem, por outro lado, à amputação e condicionamento drástico das pulsões de vida produtoras de lucidez, de criatividade, de amor, de liberdade, de solidariedade e fraternidade. Por essa razão, limitam-se a sobreviver na condição de embrutecidos, estupidificados e escravizados, esperando um dia trabalhar e usufruir de um emprego.

1. O paradigma histórico do trabalho assalariado

No quadro das diferentes sociedades e principalmente na sociedade capitalista, o imperativo histórico da conservação e reprodução da espécie humana tem sido sempre equacionada no sentido da transformação e da dominação da natureza.

Aliando a força física com a inteligência, o homem e a mulher, através de constrangimentos e vicissitudes várias, de necessidades físiológicas, psíquicas e mentais, tem sabido socializar o seu espaço de intervenção societária, como, ainda, dominar a natureza em seu proveito próprio. A espécie humana ao considerar-se uma entidade antropocêntrica, para esse efeito, também tem sido constrangida a trabalhar. Mesmo que a riqueza existisse em estado

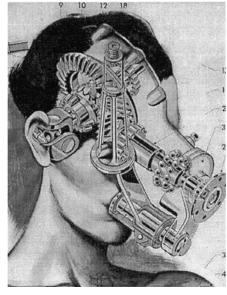
bruto na natureza (caça, pesca, frutos e plantas selvagens, etc.) em quantidade ilimitada e sem ter sido ainda objecto sócio-institucional de apropriação privada, tudo isso, não obsta a que o género humano pudesse prescindir de utilizar sempre a energia fisiológica e intelectual - trabalhando -, caso quisesse sobreviver como espécie. Porém, a originalidade deste tipo de trabalho, nos seus primórdios, não se coadunava com pressupostos esclavagistas. A identidade entre o produtor, o produto e o consumo era quase total, ou pelo menos só não o era acidentalmente nas relações interpessoais de dominação mediadas pela força física da espécie humana. Trabalhava-se quando se queria, quando se podia ou quando se sabia. A acumulação de riqueza tinha como princípios a reprodução de cada agregado humano e nunca o enriquecimento de alguns e o empobrecimento de muitos, como acontece nas nossas sociedades modernas.

Entretanto, a espécie humana, na sua evolução milenar, alterou, revolucionou e adulterou a identidade que persistia casuisticamente entre o produtor, o produto e o consumidor e,

logicamente, a sua relação de identidade que mantinha com a natureza. O egoísmo, a agressividade, as características e as culturas específicas dos indivíduos, assim como as dificuldades de socialização dos clãs e das tribos e o aumento da densidade populacional, para além de outros factores, deram origem à instauração da propriedade privada, do Estado, do trabalho assalariado, da guerra e do genocídio entre famílias, comunidades e sociedades. Cada um desses factores, por outro lado, através da divisão do trabalho e da autoridade hierárquica vão contribuir para a destruição e atrofiamento das virtualidades espontâneas e informais da espécie humana inerentes a processos de socialização e de sociabilidade inscritas em relações sociais de solidariedade, fraternidade, liberdade e cooperação. Desenvolve-se, desse modo, através das sociedades esclavagistas de diferentes tipos, a institucionalização e a formalização da violência, do crime, da competição, da concorrência, da dominação e da exploração do homem pelo homem. Os exemplos das civilizações clássicas do oriente e do ocidente, com a emergência das cidades-estado e dos impérios que entretanto apareceram.

Os indivíduos ao integrarem grupos, comunidades e sociedades são, antes de mais, seres sociais. Os processos de socialização e de sociabilidade passam a ser mediatizados com base na existência de burocracias, castas, classes sociais. Conforme os papéis e funções que exercem no quadro das relações sociais de produção, na divisão do trabalho e na estrutu-

ra da autoridade hierárquica formal, assim usufruem de privilégios, poder, riqueza, salário, lucro, "status" e propriedade. Por outro lado, todas as espécies animais e vegetais, enquanto matérias primas, servem como instrumentos de transformação e produção de mercadorias, quer para o factor de produção trabalho quer para o factor de produção capital. Se bem que entre estes subsista a dominação e a exploração na sua condição-função de seres sociais, o mes-



mo não se poderá afirmar quando discernimos na sua condição-função de espécie humana. Quer um quer outro são pulsões de morte em relação às espécies animais e espécies vegetais, porque só assim se enquadram no modelo de produção e de consumo emergente.

Desde então, a partir fundamentalmente do século XVII, o corpo, a mente e a psique dos seres sociais são objecto de uma institucionalização e formalização sem precedentes. A primazia do controlo e da integração social no sentido da opressão e da exploração é determinado por aqueles que não trabalham (classes sociais dominantes e opressoras) e aqueles que trabalham (classes sociais oprimidas e exploradas). É esta a génese do capitalismo e do Estado. É a partir desta génese que a histórica moderna, cada vez mais complexa e abstracta, do trabalho assalariado pode ser compreendida, interpretada e explicada. A sua maturação, porém, não foi pacífica.

Previamente, o período histórico da extinção dos resquícios do feudalismo perdurou durante séculos, por motivo das resistências aristocráticas e religiosas. Expropriando e racionalizando todos os espaços de intervenção económica, social, política e cultural, o capitalismo vai conseguir transformar e integrar o trabalho assalariado na sua lógica opressiva e exploradora. Ao privatizar em seu beneficio (como do Estado e da Igreja) exclusivo a acção lucrativa do trabalho assalariado, ao mesmo tempo, transforma-o num mero escravo produtor e consumidor de mercadorias.

Na Europa Ocidental, aquando da sua institucionalização e formalização do trabalho assalariado, uma parte do operariado insurgiu-se e rebelou-se contra os malefícios da exploração e opressão capitalista, enveredando por tentativas de revolução social e de greve geral. Tendo embora presente as suas funções positivas no imaginário colectivo da eman-

cipação social, no entanto, todas essas tentativas soçobraram. A partir dos meados do século XIX, a burguesia triunfou, libertando-se definitivamente dos resquícios de feudalismo decrépito e potencia a revolução industrial e comercial em larga escala, prometendo fazer uma distribuição justa dos excedentes da riqueza social, mas, na realidade, pensando sempre fazer contas do lucro extorquido da grande massa de trabalhadores assalariados.

Concomitantemente, foram colocados debaixo da canga do trabalho industrial acelerado, os escravos da gleba e os desperdícios da mestrança artesanal, assim como as mulheres e crianças de tenra idade, não deixando nada ao acaso, chegando mesmo ao ponto de adaptar as máquinas às formas do corpo humano. Inicialmente, as iornadas de trabalho activo oscilaram entre 14/16 horas diárias, não respeitando mulheres grávidas, velhos ou crianças, que com o esforço desumano a que estavam submetidos, contraiam toda a espécie de doenças e esperavam que a morte os libertasse de tão horrível tortura imposta pelo trabalho assalariado. A rapina capitalista tinha dado os seus primeiros passos na destruição do corpo, mas ainda de forma incipiente à mente e à psique do trabalhador assalariado.

Ao mesmo tempo que se processava o crescimento e o desenvolvimento da actividade industrial e ao processo de urbanização das sociedades, emerge uma minoria de proletários conscientes que, aceitando os princípios filosóficos progressistas da época, criaram os primeiros sindicatos e associações identificados com os interesses específicos da classe trabalhadora. Do desenvolvimento dos princípios científicos da "Enciclopédia", dos sábios e filantrópicos utópicos, emerge uma vasta gama de socialistas, sindicalistas revolucionários e anarquistas que defendiam e praticavam a

acção directa. Ë do conjunto destas opções que em 1864 nasce a A.I.T. (Associação Internacional dos Trabalhadores), sendo seu primeiro secretário, o economista Karl Marx.

A famosa e temida Associação não conseguiu, entretanto, resistir à repressão das forças do capital e do Estado. Para esse efeito também contribuíram os conflitos gerados entre a corrente marxista autoritária e as correntes anti-autoritárias anarquistas e sindicalistas. Para vencer a contenda, resolveu Karl Marx, não sem burla, transferir o secretariado para a América, para assim impedir que a Associação caísse em poder dos seus adversários, o que provocou a sua morte, pois que passava a estar em terreno diferente do espírito de quem a animava - a Europa capitalista mais desenvolvida. É em função dessa realidade que Karl Marx e os seus correligionários dão mão a um tipo de acção política reformista e partidária, fundando para o efeito, diferentes partidos socialistas na Europa sob sua égide. Mais prejudicial que a formação de partidos políticos foi a introdução, no seio da classe trabalhadora organizada sindicalmente, da cizânia política. A divisão no seio das massas trabalhadoras pela via dos esquemas partidários e ideológicos passou a ser um factor determinante. Enquanto que os socialistas parlamentares se esforçavam, inutilmente, por combater a exploração capitalista através do parlamento, eram os anarquistas e sindicalistas revolucionários, que no campo da luta chamavam a si o peso e a responsabilidade da acção directa, da acção individual e colectiva revolucionária.

Foi nesta tremenda luta, sem tréguas, nem cobardias, que caíram os heróicos mártires de Chicago, decorria o ano de 1886. Mártires, diz-se agora pela força da influência duma falsa piedade religiosa, mas perante os vindouros do Mundo inteiro e a sua História, foram grandes e predestinados heróis. Os mártires

de Chicago sofreram e morreram, então, na luta operária pela conquista das oito horas de trabalho. Na sua grande maioria revolucionários, eram partidários da acção directa e anarquistas. Nesse tempo, não havia políticos ou sindicalistas que manipulassem ou explorassem essas motivações. Os partidos do socialismo parlamentar tinham expressão social nas cidades, mas sem grande capacidade de mobilização das massas operárias. Os anarquistas, não obstante serem minoritários, e os sindicalistas revolucionários pugnavam na luta diária pela melhoria das condições de trabalho e, por outro lado, aspiravam construir uma sociedade sem deuses e sem amos, através de greve geral e da revolução social.

As reivindicações revolucionárias dos trabalhadores, porém, confrontadas com a dinâmica das reformas capitalistas, posteriormente, vão esbater-se e integrar-se normativamente nos parâmetros instrumentais do Estado e do capitalismo. A revolução russa de 1917 e a revolução espanhola de 1936-39, não obstante a sua diferença substantiva, marcam sobremaneira esse epílogo histórico.

Com base nas transformações económicas, sociais, políticas e culturais introduzidas pelo marxismo-leninismo na revolução russa em Outubro de 1917, a ditadura sobre o trabalho assalariado acentuou-se e foi objecto de uma grande mistificação ideológica. O socialismo de tipo soviético extremou, em termos opressivos e exploradores, a existência daqueles que diziam, em princípio, defender. Mais do que preencherem os requisitos históricos de escravos modernos de uma máquina estatal totalitária, para os trabalhadores assalariados dos países que enveredaram pelo modelo socialista soviético, o capitalismo revelava-se um modelo de exploração e de opressão mais ajustado às suas aspirações históricas reivindicativas.

No fundo, a revolução russa de 1917 e os seus prolongamentos históricos noutros países da Europa do Leste, China, Cuba, Vietname, etc..., revelou-se uma manifestação da ideologia da "revolução popular" e um simulacro histórico em relação aos objectivos de emancipação social do trabalho assalariado. Por outro lado, o modelo de crescimento económico do capitalismo ocidental, estimulado por uma capacidade inaudita de produção e consumo gigantesco de mercadorias, anestesiou e atomizou a acção individual e colectiva dos trabalhadores assalariados numa função da sua estabilidade normativa.

Esta evolução foi bastante visível na Europa Ocidental e nos Estados Unidos através das reivindicações dos trabalhadores assalariados confinados ao aumento dos salários e a uma maior dignificação política, social e cultural nas instituições e organizações da sociedade vigente. Das poucas tentativas revolucionárias levadas a cabo pelos trabalhadores assalariados contra o capitalismo - Comuna de Paris em 1871, revolução russa de 1917, revolução espanhola em 1936-39, Maio de 1968 em França e outras que se lhe seguiram - todas elas, sem excepção, soçobraram porque nelas participaram somente uma pequena minoria dos mesmos. A grande maioria, na temporalidade histórica dos seus efeitos revolucionários, demonstrou-se esfomeada de consumo mercantil inaudito e, em vez de se tornar o coveiro histórico da sua negação, transformou-se no sujeito histórico de adaptação e solução momentânea da crise, do capitalismo e do Estado.

Face à manifesta incapacidade dos trabalhadores assalariados em realizarem os seus objectivos históricos de emancipação social, até à queda do muro de Berlim, em 1989, eram constrangidos a seguir um dilema adstrito a dois tipos de sociedade - "socialismo real" e capi-

talismo ocidental. Esse paradigma do trabalho assalariado circunscrevia-se a uma predisposição para a aceitação e integração na sociedade vigente. O trabalho assalariado, como substância e essência do capital, atrofiou e deformou as mentes dos trabalhadores assalariados que se deixaram arrastar pela "melhoria do nível de vida" e pela necessidade de acumular e consumir maior numero possível de mercadorias. Tornaram-se, assim, produtores e também produto do processo de produção e de consumo mercantil, atenuando por essa via a sua lucidez e revolta que tinham acompanhado a acção individual e colectiva dos seus antanhos.

Em articulação estreita com essa evolução, torna-se necessário referir a acção colectiva dos trabalhadores assalariados no contexto da sua filiação político-sindical. A crença na liderança dessas instituições catapultou-os para papéis e funções das burocracias profissionais da actividade política e sindical. Enquanto líderes e decisores, para além de se transformarem nas vanguardas de reivindicações no quadro da estabilidade normativa do capital e do Estado, passam a defender interesses e objectivos distintos e opostos da grande massa de trabalhadores assalariados.

Desde então, o instinto de sobrevivência e as necessidades de desenvolvimento do capitalismo e das burocracias profissionais dos sindicatos e dos partidos transformou-os nos paladinos de comemorações dos heróis e situações revolucionárias do passado para obviar àquilo que não são nem podem ser – actores de emancipação social do trabalho assalariado. Por essa razão, ano após ano, realizam-se os desfiles de trabalhadores assalariados abrilhantados por lanches e espectáculos, onde nem faltam os mais fogosos artistas.

Neste domínio, às oposições sociais reais,

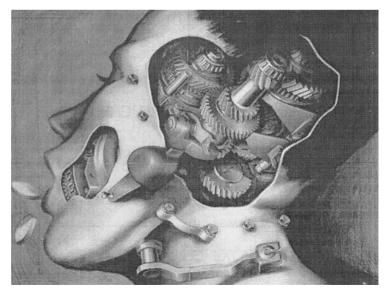
sucedem-se as falsas oposições entre políticos de esquerda e de direita. São estes cães de guarda do Estado e do capital que, se reclamando dos mártires assassinados por estes, estão na primeira fila dos apelos à contenção da indignação popular contra o actual processo de exploração e de opressão do capitalismo e do Estado e, por outro lado, estão contra qualquer acto de rebeldia ou de insurreição praticado pelos trabalhadores assalariados.

Contrariamente à visão maniqueísta da história das sociedades, esse processo de liderança sindical e partidário, estabelecido nos parâmetros do espectáculo mediático e do reformismo capitalista, não foi, nem é, um mero produto da "traição" e "burocratização" das diferentes instituições que dão vida e corpo a essa realidade. Na generalidade dos casos, o movimente social operário esteve sempre confinado aos objectivos da conservação societária vigente, impedindo, por essa razão, a consumação prática da extinção histórica do trabalho assalariado. Assim, por um processo cumulativo e simbiótico, a natureza da dinâmica "burocrática" e "traidora" das instituições

sindicais e partidárias explicamse mais pelo aquilo que o movimento social operário foi como expressão genuína da sua identidade conservadora, do que da acção resultante das manigâncias reformistas e traiçoeiras das burocracias partidárias e sindicais.

Nesta assunção, a crise capitalista e as suas manifestações negativas sobre a situação dos trabalhadores assalariados explicam-se, desse modo, pela causalidade inerente a uma multiplicidade de factores, entre os quais

se destacam dualismo causal, cuja integração e reciprocidade fundamenta sobremaneira os interesses e objectivos polarizados à volta das relações sociais entre explorados/exploradores, escravos/esclavagistas e subordinados/ chefes. Em vez de uma visão maniqueísta circunscrita ao carácter irredutível de factores determinísticos e antinómicos (reforma versus revolução, luta de classes versus colaboração de classes, capitalismo versus trabalho assalariado), emergem outras hipóteses de carácter não irredutível, cuja reciprocidade e identidade são bem visíveis na integração e controlo social veiculados pelas instituições e organizações da sociedade civil e do Estado. Comportamentos individuais e colectivos traduzidos em motivações, atitudes, interesses e objectivos de grupos ou classes sociais, neste aspecto, em vez de serem a expressão determinística do materialismo histórico e dialéctico, que induziria imperativamente os trabalhadores assalariados para a revolta e o conflito permanente contra a sociedade capitalista, são, pelo contrário, modalidades de uma realidade sistémica de interdependências e complementaridades, cujas sínteses conclusi-



vas se orientam no sentido da produção e reprodução do trabalho assalariado.

Perante a crise dos paradigmas societários persistentes, com especial incidência para o modelo de "socialismo real" ainda subsistente na China, na Coreia do Norte e em Cuba, o "capitalismo de tipo ocidental" revela-se cada vez mais totalitário e hegemónico à escala mundial. Por parte do exército de oprimidos e explorados decorrentes do trabalho assalariado, na actual conjuntura, não se vislumbra a dinamização de uma alternativa societária revolucionária credível. Como consequência, ao imaginário colectivo do mundo dos trabalhadores assalariados só lhes resta escolher o "menor dos males" entre os paradigmas societários que ainda são visualizados como modelos contrastantes de sociedade.

As preocupações centrais dos trabalhadores assalariados, nesse sentido, têm-se confinado a uma luta inscrita no medo de perder esse estatuto, na procura desenfreada de uma utilidade e funcionalidade que lhes permitam conservar-se e sobreviver nos parâmetros da estabilidade normativa do capitalismo, exigindo e reivindicando, para o efeito, o seu estatuto primacial de função de produção e função de consumo de mercadorias. Não admira assim que face ao problema irresolúvel do desemprego e da precariedade da vinculação contratual, a sua reacção consista em reivindicar o que o capital na actualidade não pode satisfazer: trabalho e emprego. Os traumas e os fantasmas históricos originados pelo desemprego agigantam-se de modo assustador e avassalador. Sem salário não há hipóteses de acesso ao consumo generalizado de mercadorias. Sem o consumo generalizado de mercadorias, não há estabilidade psicossocial, nem sobrevivência possível. Daqui surgem as diferentes rupturas dos indivíduos no tecido social onde estão inseridos - violência, crime, roubo,

droga, exclusão social, miséria, pobreza, etc...

Na actualidade, quando o indivíduo perde a sua condição e função de escravo do trabalho assalariado, perde, simultaneamente, todos os laços sociais de identidade com o outro, com a outra, com os outros, com as outras, ao mesmo tempo que procura acerrimamente, sem êxito, ancorar-se a um conjunto de normas, valores e cultura que não o entende nem o compreende, razão pela qual o considere uma entidade numérica para deitar no caixote do lixo da história do capitalismo e do Estado. Por tudo isso, em vez de visualizar a superação radical da sua miséria existencial, defende com "unhas e dentes" aquilo que o sustenta e dinamiza.

O trabalho assalariado, por estas razões, tornou-se no grande cancro social do século XXI. Se nos princípios da sua gestação, serse desempregado, significava, em muitos casos, morrer de fome ou morrer nas masmorras do poder instituído, hoje, não ter trabalho, para aqueles que sobrevivem como trabalhadores assalariados, pode significar morrer de fome para muitos, mas significa, sobretudo, morrer de tédio, de ociosidade e, para uma imensa maioria de vinculação contratual precária, enveredar por caminhos suicidomaníacos.

2 - Modernidade Crítica do Trabalho Assalariado

Sem entrarmos em determinismos fáceis, hoje, é lícito pensar que os problemas cruciais que afectam o mundo do trabalho assalariado, subsistem, basicamente, a nível das mutações tecnológicas e civilizacionais que estão a decorrer no globo. A tecnologia e a ciência estão a desenvolver-se de tal maneira, em termos de invenção, inovação e investigação, que as

indústrias mais representativas para o crescimento e desenvolvimento económico do capitalismo nos «trinta gloriosos anos» do capitalismo (1945-1975) revelam-se progressivamente obsoletas. As tecnologias de informação e de comunicação são a face visível das mudanças operadas nos perfis profissionais, nas competências e qualificações do trabalho assalariado. Ouando falamos ou discernimos sobra a informática, os "media", a microelectrónica, a biotecnologia, a telemática, a robótica, a "internet", na realidade apercebemo-nos de uma crescente integração da ciência e da técnica e sobretudo de um trabalho social resultante de milhares de anos e de milhares de milhões de horas de trabalho traduzidas em linguagens analítico-simbólicas automatizadas e padronizadas.

A plasticidade social dessas mudanças afecta sobremaneira a cognição, a emoção e as linguagens comportamentais do trabalho assalariado, em termos de energia, informação e conhecimento da multiplicidade de papéis e fun-

ções inscritas nos vários perfis profissionais do mundo do trabalho assalariado. Não obstante a sua natureza abstracta e complexa, as mutações originadas nos comportamentos humanos são de tal envergadura que, novas expectativas, novos desejos, novas motivações e novas necessidades passam a fazer parte da estrutura psicossocial dos indivíduos, realidade essa que está a abalar todo o sistema civilizacional vigente.

Pela especificidade das suas contingências, esses factores têm articulações estruturais e institucionais profundas no mundo do trabalho assalariado. Por um lado, grande parte da energia, da informação e do conhecimento adstrito ao saber-fazer dos perfis profissionais dos trabalhadores assalariados são desnecessários, na estrita medida em que estão integrados nos mecanismos automáticos das novas tecnologias referenciadas. As competências e as qualificações exigidas são fundamentalmente de natureza comunicacional e afectiva, com especial incidência para funções e papéis circunscritos à emissão e recepção de informação e produção simultânea de conhecimento com carácter analítico-simbólico. As exigências de qualificações e competências para este tipo de trabalhadores assalariados é cada vez mais importante, daí que as hipóteses de emprego, de concorrência e de mobilidade à escala mundial sejam uma realidade cada vez mais representativa para perfis profissionais reportados à gestão, análise, programação, concepção, planeamento, coordenação, manutenção, controlo e integração so-



cial associada à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços das tecnologias de informação e comunicação.

São bens e serviços de características imateriais. São produzidos, trocados e consumidos através de redes abstractas, cuja geografia e temporalidades integram a coincidência e a instantaneidade entre o tempo virtual e o tempo real.

Não obstante a persistência de milhares de milhões de trabalhadores assalariados nos sectores agrícola e industrial das economias informal e formal, a tendência é para a sua diminuição drástica, atendendo aos efeitos contingentes da racionalidade instrumental do capitalismo à escala global. Estes trabalhadores assalariados, perante as exigências de qualificações e competências das tecnologias de informação e comunicação, só podem evoluir como meros apêndices funcionais dessas tecnologias e limitam-se a esbanjar energias circunscritas a linguagens comportamentais, na medida em que as exigências cognitivas e emocionais são nulas ou extremamente reduzidas. São trabalhadores assalariados desqualificados e, como tal, estão incapacitados de concorrer e de competir no actual mercado do mundo do trabalho assalariado, razão pela qual são escorraçados das redes abstractas e complexas do capitalismo globalizado e, por via disso, integrem o contingente dos milhares de milhões de trabalhadores assalariados no desemprego e com vinculação contratual precária.

A natureza desta evolução é irreversível no mundo de hoje e de amanhã, enquanto persistir a lógica da racionalidade instrumental do capitalismo. Esta só é possível com base na produção e consumo de novas tecnologias. Para esse efeito, o trabalho assalariado no seu conjunto é um meio, não uma grande finalidade societária. Enquanto tal, tal como as maté-

rias primas e as máquinas, o factor de produção trabalho é objecto de aperfeiçoamento sistemático, e como tal é entidade numérica, cuja finalidade é maximização do lucro, consubstanciado sempre na máxima probabilidade de produtividade mercantil.

Nestas condições, o desemprego e a precariedade da vinculação contratual é uma realidade histórica inelutável da lógica (ir)racional da lógica do capitalismo e do trabalho assalariado. Por isso é contraditório opor o capitalismo ao trabalho assalariado, como o empregado ao desempregado, o trabalhador qualificado ao trabalhador desqualificado, na estrita medida em que todos são cúmplices e partes integrantes da mesma racionalidade instrumental.

Por outro lado, as contingências das tecnologias de informação e de comunicação afectam enormemente o actual modelo de organização do trabalho. A institucionalização e a formalização da cognição, da emoção e dos comportamentos energéticos dos papéis e funções dos trabalhadores assalariados não se coadunam com as exigências de codificação e de descodificação das linguagens analítico-simbólicas inscritas no processo de tomada de decisão, do processo de liderança, no controlo e coordenação de execução das tarefas de qualquer organização e instituição da sociedade civil e do Estado.

Deste modo, o carácter prescritivo e padronizado dos gestos, movimentos, tempos e pausas inscritos na divisão do trabalho e da autoridade hierárquica formal na actual organização do trabalho revela-se contraproducente em relação aos imperativos temporais e espaciais da espontaneidade e da informalidade cognitiva e emocional dos actores individuais e colectivos. Sem uma margem de manobra, sem liberdade e autonomia dos trabalhadores assalariados, estes vêem-se constrangidos a

reproduzir mecanicamente as linguagens comportamentais que foram objecto de institucionalização e formalização prévia. Neste domínio, a emergência do "big brother" no espaço-tempo da actual organização do trabalho resulta, em grande medida, da incapacidade manifesta do capitalismo em circunscrever as exigências cognitivas, emocionais e comportamentais de características espontâneas e informais aos desígnios e constrangimentos institucionais e formais do trabalho assalariado no contexto da eficácia da sua racionalidade instrumental.

De qualquer forma, só com a eficácia organizacional do mundo do trabalho assalari-

assalariados não são e jamais poderão ser uma entidade quântica, desprovida de subjectividade, de sentido analítico-simbólico assente na liberdade, na autonomia e na emancipação social. É esta a força das pulsões de vida ado nas organizações, instiestimuladas pela espontaneidade e a informalidade que pode emergir contra as pulsões de tuições civis morte institucionalizadas e formalizadas no espaço-tempo do trabalho assalariado. Para extinguir de vez esta probabilidade histórica, ao capitalismo e ao Estado só lhes resta criar um "chip" e introduzi-lo na cognição e na emoção dos trabalhadores assalariados. Todavia, se é facto que em termos de linguagens compor-

EXAMPLE OF SEVERAL DEVICES CONTAINED ON SEPARATE SHEETS, EMPLOYED

BY LEONARDO IN HIS STUDIES IN THE MECHANISM OF FLYING.

UTOPIA 19 57

e estatais, existe a probabilidade de aumentar

a exploração e a dominação sobre o trabalho

assalariado. A solução provinda das actuais

mudanças na organização do trabalho, com especial incidência nas transformações operadas

pela flexibilidade, polivalência e

empregabilidade do factor de produção tra-

balho, se bem atenue os conflitos e as perver-

sões emergentes, não resolve as antinomias e

as contradições subsistentes. Enquanto espé-

cie humana e seres sociais, os trabalhadores

tamentais físicas a domesticação e o controlo do trabalho assalariado evolui a um ritmo acelerado, o mesmo não podemos afirmar em relação aos domínios cognitivos e emocionais. A historicidade e a durabilidade das novas tecnologias e profissões emergentes, tornando-se precárias, vão, simultaneamente, obrigar à substituição e reciclagem permanentes

dessas mesmas tecnologias,

competências e qualifica-

ções profissionais. Nesse capitulo, ninguém poderá ter a celsitude e expectativas racionais em relação à estabilidade e manutenção do seu trabalho e da sua profissão.

As relações intrapessoais, interpessoais, intragrupais, intergrupais, intra-organizacionais, inter-organizacionais, intra-societais e intersocietais inscritas na divisão social do trabalho e na autoridade hierárquica formal, pelas razões sublinhadas, estão a ser objecto de mudanças complexas e abstractas, com consequências manifestas nas funções e papéis dos indivíduos e grupos que trabalham nas transnacionais, multinacionais, organizações e instituições das diferentes sociedades à escala planetária. Se bem que essas contingências sejam ainda substancialmente diferentes em sociedades capitalistas avançadas em relação às sociedades capitalistas mais atrasadas, as contingências da introdução generalizada do mesmo modelo de organização do trabalho, das mesmas tecnologias de informação e de comunicação, da mesma racionalidade instrumental do capitalismo, tornam a probabilidade totalitária da sua expansão e hegemonia cada vez mais relevante no mundo do trabalho assalariado.

A necessidade de uma maior maleabilidade e integração do trabalho assalariado nos modelos de produção e de consumo vigentes, face, ainda, à sua crescente atomização e destruição progressiva provocada, em grande parte, pela inovação e mudança tecnológica nos processos laborais e institucionais do mundo do trabalho, por outro lado, vai implicar a necessidade de uma maior "democracia" nas diferentes relações entre indivíduos e grupos que trabalham em qualquer instituição ou organização.

Perante as angústias e traumas provocados pelo desemprego, a precariedade da vinculação contratual, a reciclagem e a forma-

ção profissional, qualquer indivíduo que possa hipoteticamente integrar o imaginário colectivo do mundo normativo do trabalho assalariado emergirá para uma sobrevivência de natureza selvática concorrencial. A guerra civil interindividual começa com as estratégias e os fantasmas de sobrevivência do trabalhador assalariado, e prolongar-se-á dentro e fora dos locais de trabalho. São relações interpessoais de negação do outro ou da outra, dos outros ou das outras quando se torna parte integrante de um grupo, de uma comunidade ou de uma sociedade.

Contra estas hipóteses de morte lenta do trabalho assalariado no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo, que é já uma realidade insofismável em certos países capitalistas mais desenvolvidos, levantarse-ão os defensores de um "capitalismo eterno" e "reformista" ou, ainda, aqueles que subsistem na defesa dogmática do "socialismo real" em agonia.

Para ambos, sem excepção, a ideologia e o modelo societário que a sustenta são as terapêuticas milagrosas mais apropriadas para exterminar de vez com o cancro que, actualmente, aflige todos aqueles ou aquelas que são ou têm a expectativa de se tornarem trabalhadores(as) assalariados(as). Para uns, o remédio subsiste nível do "Deus mercado". Nesse sentido, basta que actores, por essência economicistas, ajam em consonância com as suas prerrogativas, escolhas e preferências circunscritas à oferta e procura de bens e serviços, que logo se estabelecerá a estabilidade normativa do capitalismo e do Estado. Para outros, o "Deus Estado" resolverá o problema de forma radical ao extirpar as mazelas do mercado, introduzindo para o efeito a estatização, a planificação e a socialização adequada do trabalho assalariado.

A verdade dos factos é, no entanto, possí-

vel a partir de uma outra leitura. Está demonstrado à saciedade que em ambos os modelos de sociedade impera a escravidão do trabalho assalariado, pese embora as diferenças salariais e organizacionais subsistentes entre eles. Seja pelas contingências provocadas pelo desemprego e a precariedade da vinculação contratual, seja pelo salário de miséria que os trabalhadores assalariados desqualificados auferem, seja ainda pelas pulsões de morte que desenvolve no espaço-tempo da vida quotidiana das massas trabalhadoras, o trabalho assalariado, na actualidade, é, antes de mais, um simulacro existencial, cuja angústia, insegurança, medo e salários de miséria indiciam a anomalia e a exclusão social.

Mesmo que uma parte dessa massa de trabalhadores continue a receber o seu salário e, por outro lado, saiba adaptar-se adequada e atempadamente às competências e qualificações resultantes das contingências das tecnologias de informação e comunicação, a grande maioria dos trabalhadores assalariados desqualificados não terá essas hipóteses.

Independentemente das conjecturas e especulações que se possam fazer, as diferentes mutações que estão a decorrer no globo, a nível tecnológico e científico, vão estruturar o mundo do trabalho assalariado de uma forma perversa, estratificando a sua condição-função em termos de competências, qualificações, salários, perfis profissionais, vinculação contratual e modalidades de emprego. A heterogeneidade a este nível é acompanhada por uma crescente atomização e alienação dos indivíduos no seio dos grupos, nas organizações e instituições onde trabalham. A estratificação e a heterogeneidade são, ainda, induzidas pela concorrência e a competitividade entre trabalhadores assalariados no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo.

Sendo uma racionalidade abstracta e exter-

na aos desígnios históricos dos trabalhadores assalariados, a história destes evolui no sentido de uma crescente dualização económica, social, política e cultural: emprego/desemprego, qualificação/desqualificação, estabilidade da vinculação contratual/precariedade da vinculação contratual, integração social/exclusão social.

Pese embora a sua função lucrativa, para os que evoluem no sentido do desemprego, da desqualificação, da precariedade contratual e culminam na exclusão social, a sua utilidade e funcionalidade, no domínio da produção e consumo de mercadorias e de capital tornam-se cada vez mais problemáticas no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. Esta, pelas suas características abstractas e complexas, exclui qualquer hipótese de intervenção e



de decisão exterior à sua razão de ser: o lucro. Se os capitalistas e os accionistas do capital tivessem a capacidade e a possibilidade concreta de dar trabalho a todos os seres humanos e a todos os seres sociais que têm a capacidade e a possibilidade de trabalhar fá-lo-iam, porque é essa a sua razão de ser. Se conseguissem tal desiderato histórico, o mundo do trabalho assalariado evoluiria para a estabilidade normativa. A mente, a psique e o corpo eram efectivamente capitalizados enquanto factores de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias.

No limite, pese embora os conflitos e as contradições que subiste entre o trabalho assalariado e o capital, quer um quer outro vivem os mesmos dilemas de sobrevivência histórica face à crise que atravessam. Sem capital não há trabalho assalariado, sem trabalho assalariado não há capital.

Quer queiramos, quer não, não é com "mezinhas" de ocasião que, de um dia para o outro, se conseguirá extinguir uma modalidade de aprendizagem social confinada ao trabalho assalariado enquanto produtor e consumidor de mercadorias, cujo corpo, mente e psique é objecto de uma racionalização instrumental por parte do capitalismo à escala mundial. Retirar-lhes esse factor de aprendizagem social da sua vida quotidiana é, no mínimo, para além da angústia e do "stress" em que já vivem, leválos ao suicídio. O seu imaginário colectivo não se coaduna com uma vida baseada na liberdade, na autonomia, no lúdico, no amor, na cultura e na imaginação utópica. A sua predisposição societária, por essa razão, incide mais em lógicas individuais e colectivas de tipo conservador do que de tipo revolucionário. O medo, a insegurança e a conservação no mundo do trabalho assalariado sobrepõem-se sobremaneira aos resistentes, àqueles e aquelas que primam pela lucidez e pela revolta, que no

fundo se recusam a ser um simulacro de vida.

O trabalho assalariado, nas circunstâncias, transformou-se numa guerra interindividual a nível mundial, induzida pela luta titânica, pelo emprego, pela qualificação, pelo salário, pela competição e a concorrência pautada pela lei do mais forte.

Não obstante persistir a miséria existencial do mundo do trabalho assalariado, os ideólogos, que dele vivem, continuam a defender as suas grandes virtualidades. Ideólogos de todas as matizes, de esquerda e de direita vivem e sobrevivem com base no trabalho assalariado, porque, em última instância, se transformam em actores consumidores compulsivos de mercadorias. Para o efeito, continuam a produzir toneladas de ideologia sobre "Deus Trabalho", confundindo-se com aqueles que persistem no lamaçal da trampa que os cerceia.

Os gestores e estrategos da passividade, do ciclo trabalha, come e dorme, são os primeiros figurões no palco deste drama - que na realidade virou uma tragédia – a querem fazer-nos engolir a sua verdade, porque segundo eles, sempre assim foi. Mas estes actores secundários da racionalidade instrumental do capitalismo, que a troco de benesses várias, do acesso ao "topo" do bem-estar aparente, sabem que são funcionários da política mercantil (de direita e de esquerda) para a manutenção daqueles que os escutam, alimentam e reproduzem. Assim, todos os figurantes neste processo esclavagista que integra o mundo do trabalho assalariado que não estejam, irremediavelmente, senis, devem crescer, mentalmente, até se constituírem, eles mesmos, como figuras de revolta e de lucidez, dessa outra peça que está por realizar, a que poderemos chamar – pulsões de vida como antídoto e como negação de um cadáver adiado: Estado, capital e trabalho assalariado.

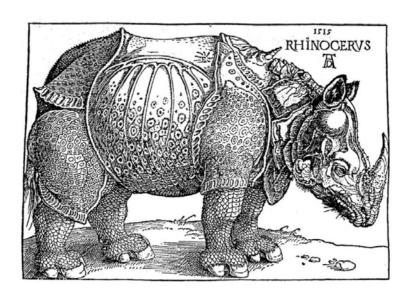
A maioria daqueles que embarcam na causa

da dispersão política, partidos e sindicatos incluídos, navegando nas águas do poder, irão naufragar com o mesmo. Todos os que correm o risco de ser atirados pela borda fora, era tempo de aprenderem a nadar para conseguirem chegar à margem. Mesmo as revoluções até hoje realizadas sempre foram e quiseram ser retrospectivas de anteriores, ou antíteses dos sistemas ate aí vigentes. Daí a sua pobreza, a sua recuperação, isto é, o seu falhanço. A nossa insatisfação face às ditas revoluções, e ainda o vazio próprio da mistificação subsequente, deve-se ao esvaziar qualitativo e quantitativo imposto pela aceitação da velha e podre relação económico-social até então existente, traduzida no refrear da autonomia do movimento social emancipalista. O sentido do imaginário colectivo perde-se. A multiplicidade de experiências esvai-se, perdendo-se a autonomia e a auto-organização, quase sempre em nome da recuperação da economia.

A transformação revolucionária deste mun-

do, neste momento em que os imperativo do novo salto desenvolvimentista do capitalismo se tornam insuportáveis, e de certa forma numa imprevisibilidade angustiante e mortífera, terá agora de deixar de ser uma boa ideia para passar a ser a primeira (pre)ocupação prática dos escravos modernos que o são, mas não o querem ser.

Todavia, se somos simultaneamente mais de seis mil milhões de seres humanos e mais de seis mil milhões de seres sociais, é preciso o modelo de produção e de consumo que dá corpo e vida ao cadáver adiado que personifica o capitalismo, o Estado e o trabalho assalariado na actualidade. Para os devidos efeitos, o fim da exploração e da opressão do homem sobre o homem não começa nem acaba na nossa condição-função de seres sociais, mas também como espécie humana no fim da relação de dominação e exploração mediatizada pelas nossas pulsões de morte em relação a todas as espécies animais e espécies vegetais. ■





Giacometti, Cabeça de Homem, 1947

Da natureza subversiva do anarquismo histórico à sua acomodação contemporânea

(*) MANUEL DE SOUSA

«Perder que importa o campo de batalha? Nem tudo se perdeu: a irredutível Vontade, e o estudo da vingança, o ódio Que não cessa, e a coragem que não cede Ou verga, e que a derrota, enfim, jamais Esmaga.» John Milton

Que as sociedades modernas são agitadas por ciclos ondulares, de marés altas e marés baixas, que vão da revolução à restauração, do radicalismo ao conservadorismo, da mudança à tradição, parece não restarem dúvidas quando se olha para a história dos séculos XIX e XX. As últimas décadas, que se seguiram aos anos agitados e de mudanças, que foram os anos 60 e 70, caracterizam-se como um novo ciclo, que ainda não se encerrou, do mais atroz conservadorismo, um andar para trás reaccionário, em que o discurso dominante é o da ordem, do regresso dos valores mais retrógrados seja no campo político, dos costumes ou na cultura. Neste período, todo o peso das instituições tradicionais religiosas, económicas e sociais reaparece, tornando o discurso dominante um ritual de repetição quase unânime dos cânones doutrinários dos valores mais conservadores na linha da trindade Ordem, Família e Propriedade. Mas, nestes períodos, o próprio discurso das oposições e dissidências fica envergonhado da sua radicalidade e passa a aceitar como inevitável o peso do conservadorismo, recusando-se a assumir a recusa frontal, a ideia de ruptura e revolução, colando-se aos poucos ao discurso e às palavras de ordem ditadas pelo sistema. Como escreveu Pierre Bourdieu, um dos intelectuais que mantém alguma lucidez: «Em todos os países avancados, patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projecção nos media e jornalistas do top, estão de acordo em falar

uma estranha novilíngua cujo vocabulário, aparentemente sem origem, circula por todas as bocas: «globalização», «flexibilidade», «governabilidade» e «empregabilidade», «underclass» e «exclusão», «nova economia» e «tolerância zero», «comunitarismo», «multiculturalismo» e os seus primos «pósmodernos», «etnicidade», «minoridade», «identidade», «fragmentação», etc. A difusão dessa nova vulgata planetária – da qual se encontram notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade e tantos vocábulos decisivamente revogados sob pretexto de obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência – é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico...»

Mas, ao invés deste imperialismo linguístico indignar e incomodar os que não se identificam com esta ordem social dominante leva-os, de forma irresistível, a se acomodar às palavras – o que significa também submeter-se ao realismo político dominante – como se este fosse o único discurso possível e como se as palavras não carregassem em si o peso simbólico da realidade. Não é de estranhar

pois, que nessa trilha os exestalinistas passem a agitar bandeiras com foices e martelos azuis, depois dos punhos sociais-democratas se tornarem mãos rosadas floridas, e até os ex-esquerdistas fujam como o diabo da cruz de tudo que cheire a revolução ou, até, de palavras como revolta e ruptura, que apontam à necessidade de uma mudança radical das sociedades.

Numa época como esta o argumento fácil para justificar as cedências linguísticas de intelectuais e militantes – mas que são

um reflexo de concessões no campo dos valores e da prática concreta da luta social – é a acomodação do «outro», o cidadão anónimo, ocultando que o conservadorismo hegemónico se impõe a todos, e que a resistência tem de ser de cada um no seu quotidiano, até na verbalização diária das opiniões e na interpretação crítica do mundo, e que os primeiros responsáveis dessa aceitação passiva do discurso dominante são os que usam as palavras, de forma sistemática, na sua actividade social e política como se fossem neutras.

O reconhecimento deste facto, ou seja, de que a primeira ruptura se dá no campo da linguagem e do discurso, seria um passo fundamental para a autonomia dos indivíduos, que nasce de uma furiosa independência de espírito face à ideologia dominante, e da oposição social ao capitalismo e ao estado. Mas, ao que parece, poucos o reconhecem. Até mesmo os anarquistas e libertários se deixam, aos poucos, contaminar pelo realismo dominante e passam a falar e a escrever como se fosse inevitável aceitar o mundo tal como ele é, pois, impotentes para o mudarem, não vêm outra

> saída que não passe pela rendição. Como hoje é comum escutar aos ex-esquerdistas arrependidos, «na juventude acreditava que podia mudar o mundo, hoje só o quero melhorar...», atrás deste lugar comum ocultam a verdadeira questão que não é, ao contrário do que nos querem fazer crer, se está ao nosso alcance – de um indivíduo, de um grupo social ou de uma geração mudar o mundo, mas de saber se o mundo (ou seja as instituições sociais, que é disso que se trata) precisa de ser mudado e se nós queremos contribuir para isso, sa-



Giacometti, A perna, 1958



bendo que o ciclo das mudanças sociais não corresponde, quase nunca, ao percurso biológico de um indivíduo, mas se estende por várias gerações. Sendo, em última instância, um eterno retomar de cada geração disposta a agir voluntariosamente sobre a sua realidade social.

Também não está em causa a nossa incapacidade objectiva – e, tantas vezes, subjectiva – de enfrentar a vaga conservadora que nos enrola e derruba a cada momento, de forma que nem a capacidade de resistência impede o cansaço e o desânimo que se apodera de todos nós. O que está em causa é que aceitemos ser engolidos sem luta e que nos culpemos a nós próprios por estar envoltos em tal vaga. Que o mundo está como está é um facto e só os lunáticos ainda se vêem no meio de um imparável movimento revolucionário ascendente de destruição do velho mundo, como se estivéssemos nas primeiras décadas do século XX, mas, apesar disso, se o mundo está assim, e a sociedade portuguesa está ainda pior do que o mundo, porquê desistir? Acaso as classes dominantes tornaram-se fraternais confrades dos restantes cidadãos? Será que os currais do Poder não fedem? A política feita a partir do Estado não continua a ser a consagração dos interesses dos grupos dominantes? A ideologia do Poder deixou de ser a confrangedora estupidificação manipuladora dos indivíduos? Sendo assim, porquê abandonar a nossa cultura, a nossa tradição – que também a temos – e a nossa linguagem, submetendo-nos ao poder simbólico dos que mandam e porque mandam.

A linguagem, como todo o instrumental teórico, muda com a época e a cultura, mas é também, por sua vez, instrumento de mudança social. Quando se fala da necessidade da teoria e da linguagem acompanharem as mudanças das sociedades, alguns pensam na acomodação à cultura hegemónica do nosso tempo, no entanto, do ponto de vista do pensamento dissidente e libertário, outra coisa não se deveria pretender que não fosse uma maior radicalidade e autonomia crítica em relação à ideologia dominante e não a adopção, mesmo que parcelar, das teorias resultantes da reflexão estratégica dos donos do mundo ou, menos ainda, da imitação mimética da linguagem e tiques dos vulgarizadores da ideologia dos donos do Poder.

Podemos, e devemos, fazer a integração de novos conhecimentos e novas teorizações, do campo da ciência, da filosofia e da prática so-

cial, e, por essa razão, o cheiro a ranço e bolor, que tantas vezes se sente junto de alguns que se pretendem radicais, só pode incomodar os que são efectivamente libertários e, como tal, anti-dogmáticos por definição. Mas, nesse recriar permanentemente da visão libertária, não se altera o nosso quadro de valores, que são os que determinam, ao longo do tempo, toda a reflexão e acção dos anarquistas. Como resumiu Onfray: «Esta manifesta resistência, a essência da força libertária, pode ser activada em qualquer sociedade, quaisquer que sejam as geografias e a história. Numa ditadura ou numa sociedade liberal, num planeta devastado pelo mercado livre ou nos limites, marcado a arame farpado, de uma nação de poder totalitário, o libertário permanece sendo o homem da resistência e da oportunidade da insubmissão».1

O carácter subversivo do anarquismo está associado a essa sua essência dissidente e rebelde, ao afirmar o princípio e o desejo, que todos os homens podem ser livres e iguais e que nada pode ser entreposto entre a liberdade e a igualdade e cada ser concreto, recusando qualquer pacto realista com a «situação» instituinte das desigualdades. Ao tornar inegociável a liberdade de cada indivíduo e o direito à igualdade social e económica de todos, o anarquismo assume uma radicalidade que não permite adaptações, nem reformas. Ou se é anarquista, negando toda a forma de dominação e, consequentemente, a exploração, que é uma das formas de dominação, ou não se é. Por essa razão falta ao anarquismo a capacidade, que outras correntes da tradição socialista, em particular os marxistas tinham, de negociar com a realidade, adaptando-se tacticamente às situações. Esta é a fragilidade política do anarquismo, mas é simultaneamente, sua radicalidade social subversiva que o impõe como uma teoria e uma prática rebel-

de, para lá das situações e das épocas. A ideia de um partido anarquista ou de um estado libertário, de uma representação revolucionária, são antinomias flagrantes que expõem ao ridículo quem as propõe. Pode-se imaginar uma transição para o socialismo na teoria leninista, um partido de vanguarda que luta pela igualdade, um estado que antes de se extinguir se fortalece, sem encontrar uma incoerência evidente entre a teoria marxista e a aplicação leninista, pois a natureza intelectual do socialismo marxista consegue tecer argumentos teológicos justificativos para legitimar a aparente contradição entre meios e fins, entre as suas tácticas e a estratégia. Mas isso torna-se inviável para o anarquismo que pretende uma coerência entre fins e meios e exige, em cada luta concreta, tudo. O anarco-sindicalismo. mesmo sendo uma das expressões fulgurantes das ideias libertárias, esteve sempre ante um dilema, que resultou na sua força e na sua fraqueza: pretender na luta concreta pelas pequenas reformas, expressar o desejo de uma revolução radical. O resultado do precário equilíbrio nesse rumo é hoje conhecido e demonstrado pela evolução do sindicalismo. Na nossa época torna-se ainda mais difícil fugir da institucionalização das lutas sociais concretas - o caso do sindicalismo contemporâneo é exemplar – , e só é possível de o fazer a partir de lutas de base molecular, com uma dinâmica radical de confronto e usando a acção directa, caso contrário entra-se numa lógica de lutar por reformar o Sistema, o que significa transferir nossa luta para o campo da negociação política, onde não temos como concorrer com os herdeiros da social-democracia e do leninismo.

Não obstante esta evidência, o anarquismo, nas últimas décadas, não só esmoreceu sua radicalidade activista que tanto o caracterizou ao longo do século XIX e de parte do século

XX, como se vem acomodando também no seu discurso crítico, tornando-se ultimamente vulgar encontrar uma linguagem insípida, analítica, onde a realidade é analisada como de um objecto de estudo se tratasse. A revolta, raiva, indignação, em resumo, a paixão, que é, antes do mais, a característica fundamental do anarquismo militante de outras épocas, que pode ser encontrado na imprensa e literatura libertárias desses períodos, estão quase a desaparecer da escrita libertária contemporânea. A própria ideia fundamental de que existe uma contradição, um corte nítido, entre os que «detêm o poder, o amam, o desejam, o reclamam e que, frequentemente, dele dispõem» e «aqueles sobre os quais ele se exerce», como escreveu Onfray, está a desaparecer sobre a neblina de uma cidadania niveladora de matriz liberal, que perpassa o discurso dominante, influenciando até as franjas libertárias. A isso não é estranho o facto de o anarquismo ter estado vinculado a fortes movimentos sociais dos de baixo – espoliados, dominados e oprimidos – , e hoje ser uma teoria de sectores da classe média intelectualizada, sempre indecisos sobre o seu actual papel social e o seu próprio futuro. Talvez por isso mesmo seja tão flagrante a adaptação, mais ou menos inconsciente, de que falava Pierre Bourdieu, ao criticar o «imperialismo simbólico» que acaba sendo vinculado pelo discurso não só dos donos do poder e seus serviçais mais directos: intelectuais e jornalistas, mas também pela «esquerda» que se lhe diz opor. O anarquismo, que sempre se afirmou por estar para lá desta divisão espacial do espectro da representação, de esquerda e direita e da sua conotação histórica, não deixa, nem por isso, de estar imune à sua contaminação discursiva e teórica de onde resulta, em parte, também sua incapacidade de gerar uma teoria radical moderna e uma prática rebelde e dissidente adequada às sociedades actuais.



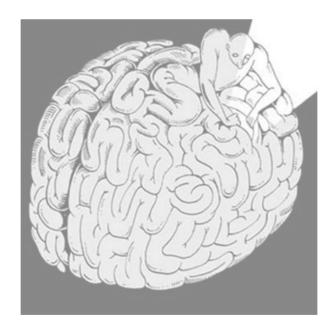
Muitos de nós sentimos alguma orfandade, ou nostalgia, em relação a esse passado histórico marcado por uma presença activa e massiva nos movimentos sociais, e tentámos descobrir, um pouco em vão, o caminho para um certo regresso a uma presença dos libertários nas sociedades contemporâneas. Nessa busca discutem-se estratégias e modelos organizativos, fala-se ainda de sindicalismo ou de novos movimentos sociais mas, talvez, a primeira questão que deveria merecer nossa consideração é a da teoria e do discurso libertário, interrogando-nos se são ou não adequados e pertinentes, como o foram em outras épocas. Ou seja, se continuam a ser uma

proposta de subversão da sociedade hierárquica e de destruição dos mecanismos de dominação e opressão - mesmo sabendo nós, depois de Foucault, que não existe um Poder monoteísta, mas múltiplos poderes –, constituindo-se assim como a negação global do sistema dominante e como uma hipótese desafiadora de um mundo diferente, independentemente da sua viabilidade como concretização histórica a curto prazo. Pois o anarquismo é, antes do mais, uma filosofia de valores, uma cosmovisão, uma recusa social, que está para lá da época e das circunstâncias e, por essa razão, reaparece com cada pessoa e cada movimento que se rebele contra a injustiça e a dominação. E como escreveu Bakunin "foi na busca do impossível que o homem realizou e

reconheceu o possível", o que é algo radicalmente diferente das estratégias reformistas.

Não sendo assim, abdicando o anarquismo desta tradição de resistência, insubmissão e rebeldia, querendo oficializar-se como uma corrente *política* aceitável ou como uma tendência especulativa académica desinteressada dos resultados que pode produzir, ou não, como efeito na realidade e, portanto, desligada da luta social, que desapareça, pois dele não sentiriam falta os anarquistas do passado, nem a sentirão os libertários do presente.

1. A Política do Rebelde. Tratado de Resistência e de Insubmissão. Michel Onfray. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.



Exmo. Senhor Director de Utopia

Vem o bispo da Igreja da Santa Cruzada do Caos Perpétuo (*) solicitar a publicação do texto anexo na revista que Vossa Excelência dirige.

Sem outro assunto de momento,

Atentamente

Abdul Affi (Bispo / Mago e poeta nas horas vagas)

Comunicado

Os irmãos reunidos em Conclave (Lisboa, Abril de 2005) decidiram transformar o Anarquismo Luso. O nosso programa aponta para uma cada vez maior radicalização de atitudes.

- 1. Actuem conscientes de que o racismo psíquico veio substituir a descriminação aberta e é hoje um dos aspectos mais repugnantes da sociedade.
- 2. Abandonem toda a pureza ideológica, abracem o anarquismo "tipo 3" (para utilizar a terminologia de Bob Black): nem colectivista nem individualista. Limpem os Templos, destruam os ídolos, desembarassem-se do velho, das relíquias e dos mártires.
- **3.** O movimento anti-trabalho ou "trabalho zero" é fundamental, incluindo o ataque radical e violento contra a educação e servidão das crianças.
- **4**. Substituam as tácticas caducas de publicação/propaganda pela pornografia e o entretenimento popular como veículos de uma reeducação radical.
- **5.** Na música, a hegemonia do compasso 2/4 e 4/4 tem de ser combatida. Precisamos de uma nova música, totalmente

disparatada. No entanto, confirmadora de vida. Potente, mas ritmicamente subtil. O mesmo combate deverá ser dirigido aos "performers" auto-flageladores. Morte à arte da mutilação! Viva a arte portadora de vida e de liberdade! Necessitamos de uma nova estética. JÁ!

- **6.** O anarquismo tem de se descartar do materialismo evangélico e do banal cientifismo bidimensional do século XIX. Os "estados mais elevados de consciência" não são mais meros fantasmas inventados por sacerdotes malvados. O oriente, o oculto, as culturas tribais, possuem técnicas que podem ser assimiladas de maneira verdadeiramente anarquista. Sem "estados mais elevados de consciência", o anarquismo consome-se (diluise) e seca num queixoso lamento. Necessitamos de um tipo prático de "Anarquismo Místico", isento de toda a merda pseudo filosófica e do deslumbramento do "New Age". Inexoravelmente herético e anticlerical. Ávido de todas as novas tecnologias de consciência e metanóia, uma democratização do chamanismo, ébria e serena.
- 7. A sexualidade foi assaltada, obviamente pela direita, mais concretamente pela pseudo- vanguarda da "pós sexualidade", e mais subtilmente pela recuperação espectacular nos media e publicidade. Chegou o momento da reafirmação explosiva do Eros Polimorfo, de uma glorificação literal dos sentidos queremos uma doutrina de gozo. Abandonemos a vergonha e todo o ódio pelo mundo.

- 8. Ensaiemos novas tácticas para ocuparmos a caduca mentalidade de "esquerdas". Enfatizemos os benefícios práticos, materiais e pessoais na criação de redes radicais. Os tempos não são propícios para a violência ou combatividade (directa), mas com toda a certeza a sabotagem e a imaginação têm sempre lugar cativo no "espectáculo". Trama e conspira, não te acomodes nem te lamentes!... O mundo da arte, em particular, merece uma boa dose de "terrorismo poético".
- 9. A sociedade pós industrial trás algumas vantagens (p.ex. criação de redes digitais), ainda que possa vir a manifestar-se mais opressiva. As comunas de 60 procuraram fazer frente às forças de opressão fracassaram. Como podemos separar o conceito de espaço dos mecanismos de controlo? Os gangsters territoriais, as nações estado, meteram a mão no mapa mundo (inteiro). Quem inventará para nós uma cartografia de autonomia? Quem pode esboçar um mapa que inclua os nossos desejos?

O anarquismo implica em ultima instância a Anarquia - e a anarquia é caos. Caos é o princípio da criação contínua... O CAOS não morreu.

^(*) A Igreja da Santa Cruzada do Caos Perpétuo é uma tribo que cresce... estamos a ocupar espaços de acção e em breve teremos o nosso Templo. Propomos entre muitas outras coisas: "Trabalho Zero", boicote total a todos os produtos "Light" e "Fast Food".

Depois de um bom almoço acompanhado de um bom vinho devemos repousar, olhar o Mar e construir poemas. O dia seguinte será ainda mais profícuo – a imaginação ininda a nossa mente, acordamos mais inteligentes e voltaremos a não fazer nada mais do que qualquer super homeme pede.

PARTICIPAÇÃO AOS INTERESSADOS

Na impossibilidade de contactar pessoalmente as pessoas envolvidas o padre Nuno Serras Pereira, sacerdote católico, vem por este meio dar público conhecimento que, em virtude do que estabelece o cânone 915 do Código de Direito Canónico, está impedido de dar a sagrada comunhão eucarística a todos aqueles católicos que manifestamente têm perseverado em advogar, contribuir para, ou promover

a morte de seres humanos inocentes quer através de diversas pílulas, do DIU, da pílula do dia seguinte — ou outras substâncias que para além do possível efeito contraceptivo possam ter também um efeito letal no recém concebido; quer por meio das técnicas de fecundação extra-corpórea, da selecção embrionária, da crio perseveração, da experimentação em embriões, da investigação em células estaminais embrionárias, da redução fetal, da clonagem...; quer através da legalização do aborto (votar ou participar em campanhas a seu favor), o que inclui a aceitação ou concordância com a actual "lei" em vigor (6/84 e seus acrescentos); quer, ainda, pela eutanásia.

O respeito pelo culto e pela reverência devida a Deus e a Seu Filho sacramentado, o cuidado pelo bem espiritual dos próprios, a necessidade de evitar escândalo, e a preocupação pelos sinais educativos e pedagógicos para com o povo cristão e para com todos são razões ponderosas que, seguramente, ajudarão a compreender a razão de ser deste grave dever que o cânone 915, vinculando a consciência, exige dos ministros da Eucaristia.

Da parte de Nosso Senhor Jesus Cristo convida todos ao arrependimento e à retractação pública, para que refeita a comunhão com Deus e com a Sua Igreja possam receber digna e frutuosamente o Corpo do Senhor.

Pe Nava Sernan Rensan
Pe Nuno Serras Péreira

Fonte: Público, Quarta-feira, 2 de Março de 2005, pag.16

Ao compulsarmos documentos antigos emanados das Cortes, deparámos com o seguinte que, pelo seu significado e oportunidade, resolvemos inserir no presente número da Revista UTOPIA.

No recuado ano de 1821 (24 de Julho) no Decreto das Cortes, emanado pelo Paço das Cortes, podemos ler o seguinte extracto, do qual mantivémos a mesma grafia:

(...)

Leu mais o senhor Borges Carneiro por parte da Commissão de Constituição o seguinte

Parecer

A Commissão de Constituição examinou os autos informativos, que processou e remetteu a este Soberano Congresso em officio de 10 do corrente mez de Julho o corregidor da comarca de Viseu, delegado da policia da Beira Alta: os quaes autos consistem na representação, que ao dito corregidor dirigio o juiz da vintena das Fragorellas; em quatro autos de exame de ferimentos; e na inquirição summaria de oito testimunhas, que o dito corregidor tirou sobre a referida representação. Por estes autos, e pelo unanime depoimento das referidas testimunhas, que jurão com toda a razão de saber, se prova legalmente o seguinte.

Os monges da ordem de S. Bernardo do mosteiro de Maceira-Dão situado na margem esquerda do rio Dão, e sobre o rio Seira, e confinante com a dita vintena das Fragorellas, não contentes de viver na ociosidade desfrutando grossas rendas procedentes do suor dos seus colonos e foreiros, exercitão sobre elles, e os mais moradores daquella visinhança um feroz despotismo, tratando-os como seus vassallos e escravos. Primeiramente pertendem, a respeito dos decretos das Cortes, cuja autoridade recusão reconhecer, sustentar com armas, e violencias as antigas, e

feudaes regalias de caçar exclusivamente em todo o seu couto, e de pescar no Rio Dão, estendendo esta ultima além da ametade do rio, que era o antigo limite da coutada, e ao excesso de impedir aos povos entrarem ou lavarem-se sem seu consentimento no rio, e fazerem aquelle uso das agoas, que pela natureza he franco a todos os viventes. Para esse fim rondão frequentemente o rio por ambas as margens delle armados, e seu criados de espingardas, e de toda a qualidade de armas defezas; espanção, ferem, prendem, e conduzem ao seu mosteiro, e cadeia delle a quantos surprendem pescando, posto que no lado direito do rio, e ordenão aos seus criados e vassallos que atirem, e matem aos que virem pescando ou uzando da agua do rio, e os lancem á veia d'agua, com promessa de que as mortes, e os livramentos correrão por sua conta. Deste principio tem resultado os horriveis ferimentos acontecidos por taes motivos em tempos anteriores, tornando-se mais escandalosos os dois, que se verificarão no mez de Maio passado, e no presente mez de Julho, como feitos em positiva desobediencia ao decreto das Cortes, e como precursores de outros similhantes, porque os frades renovão as suas ameaças contra os que intentarem caçar ou pescar naquelle districto, publicando que as Cortes não podião abolir a dita coutada, e o seu direito exclusivo da caça, e pesca. A Commissão não julga necessario referir individualmente cada um dos quatro casos, acontecidos, dois no verão do anno passado, e dois nos mezes de Maio e Julho do presente: elles são provados pela unanimidade das testemunhas, e pelos autos de exame, e se reduzem a que os miseraveis, que forão surprendidos com redes, mesmo no lado direito do rio, e fora do districto da coutada, tem sido gravissimamente espancados, e feridos, as redes cortadas com facas de ponta, elles amarrados com as cordas das propias redes, e conduzidos ao mosteiro ou á sua cadeia; factos praticados pelos frades ou por seus criados, e moleiros em sua presença, e de seu mandado, e revestidos ou de todas, ou de algumas daquellas circunstancias, e alguns de outras mais ferozes, qual a de segurarem pelos genitaes a um, que pescava nú, para o maltratarem, e a seu pai ao ponto de estarem, como ainda estão em perigo de vida, e de conduzirem a outro tambem nú, e amarrado com as cordas da rede até o mosteiro, e deste á sua cadeia, depois de o haverem forçado a passar a vão a cavallo os frades, que dirigiam aquelle acto; attentado commetido em Agosto do anno passado contra um pobre pescador, que deitava a sua rede no lado direito do rio no termo da cidade de Viseu, lugar fora da coutada do mosteiro.

Estes acontecimentos unidos á recordação de outros mais antigos de similhante natureza, e unidos á libertinagem, e lenciosa devassidão de costumes, em que vivem aquelles monges, tem concitado contra elles a indignação dos moradores visinhos; porém não ousão estes manifesta-la por viverem a maior parte em terras dos frades, e temerem ser privados da sua unica subsistencia, e expostos a outros effeitos da prepotencia. Chega esta ao ponto de que aquelles opprimidos colonos, e foreiros são condemnados a ver frequentemente affrontadas suas casas, e familias pelos frades, que pela sedução ou violência corrompem suas mulheres, filhas e criadas; levando sua immoralidade ao ponto de irem aos montes atacar as pastoras; acompanharem-se pelas estradas de meretrizes, fazendo ostentação de seu crime; e induzindo as raparigas de pequena idade a irem ao mosteiro onde pervertem seus costumes: do que tudo ha geral escandalo.

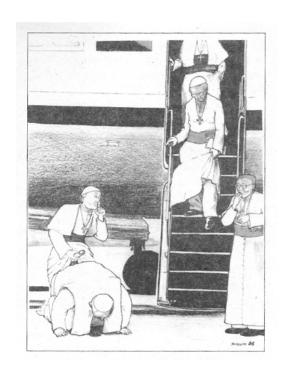
Parece por tanto á Commissão que para se desaggravar aquelles uteis lavradores, e pescadores de tamanha oppressão, e se tirar de

uma vez o escandalo publico, e a occasião de se repetir, e vista a inutilidade de um mosteiro, onde rezidem apenas seis até oito monges, deve ser supprimido o dito mosteiro de Maceira-Dão, applicando-se ao tesouro publico como bens vacantes e nacionaes os que delle forem proprios; com declaração que os foros e mais direitos, impostos áquelles moradores serão reduzidos em conformidade da lei geral, que se hade publicar sobre esta materia depois do exame dos foraes: e quanto aos frades existentes no dito mosteiro se ordene ao D. Abbade geral os retire para outros, devendo, quanto

áquelles que pelos ditos autos se achão implicados nos referidos crimes, mandar-se proceder na forma de direito dando-se conta ao Governo do procedimento, que se tiver com elles.

Paço das Cortes 24 de Julho de 1821. – João Maria Soares de Castello Branco. – Manoel Fernandes Thomaz. – Manoel Borges Carneiro. – Bento Pereira do Carmo. – José Joaquim Ferreira de Moura.

(...)



Teses sobre a visita do Papa

1.

Ó Estado, mais uma vez podes limpar as mãos à parede do cu do papa, ficarás com as mãos mais brancas para os teus crimes. Ó partidos, da esquerda e da direita, mais uma vez podeis beijar os pés ao papa, ficareis com a boca abençoada para mentir melhor. Explorados, escolhei o crime, escolhei a mentira. Sois livres. Tu poeta, range os dentes e indigna-te.

2.

Que o Estado venere a Deus na figura do papa, que os partidos venerem o Estado na figura do papa; que os explorados venerem a Deus, o Estado, o Partido – a trindade omnipotente. Enfim, o poder temporal subordinado ao poder sobrenatural. Nem Deus nem senhor? Maldita incurável doença infantil do Comunismo. Explorado, escolhe o explorador.

3.

O Estado que te submete é republicano e reverencia a Igreja, o Partido em que militas é marxista e felicita o papa, o Sindicato onde estás inscrito é revolucionário e saúda a reacção. A greve geral é uma arma que não deve ferir o papa. Nada contra o obscurantismo. Paz ao inimigo. Quem disse que a religião é o ópio do povo? Explorados, que escolheis?



UTOPIA 18 75

Sobretudo, nada de escândalo. Uma pedra branca sobre o crime, uma pedra negra sobre a crítica. Ecrasez l'infâme, dizia Voltaire. Uma pedra negra sobre Voltaire. O silêncio dos ateus é o ouro do Vaticano. Explorado, escolhe a pedra para a tua cabeça.

5.

Conquistar a liberdade de expressão para não usar a liberdade de expressão. Não denunciar o opressor, não ousar atirar-lhe à cara a revolta, sequer na forma de um cravo. Ver, ouvir, receber o papa com o medo do 24 de Abril. Explorado, por que não vomitas?

6.

Explorado, sê manso e obedece. Pode ser que entres no reino dos céus, de camelo ou às costas de um rico. Obedece. Pode ser que vás para a cama com a Pátria. Obedece. Pode ser que o teu cadáver ainda venha a ser estandarte glorioso do Partido. Nunca percas a esperança, explorado, jamais.

7.

Abaixo a união livre. Viva a coexistência pacífica. O casamento do capital e do trabalho vai ser o grande casamento do Século. Não haverá oposição dos pais nem da polícia. Sobretudo, tudo menos a erotização do proletariado. Felicidades, explorado.

8.

Ouvi falar de luta de classes e da revolução e do mundo que o proletariado tem a ganhar e nada a perder. Ouvi falar das armas da crítica e da crítica pelas armas. Ouvi falar em transforar o mundo e mudar a vida. Ouvi falar de que enquanto um homem, um só que seja, e ainda que seja o último, existir desfigurado, não haverá figura humana sobre a terra. Nunca tinha ouvido uma sereia assim. Ouviste, explorado?

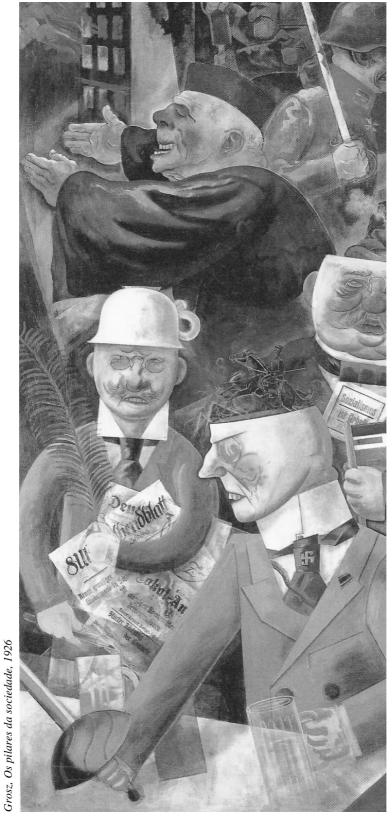
9.

O diálogo? Que diálogo pode haver entre o condenado a morte e o carrasco que o conduz ao patíbulo? O diálogo é entre amantes, entre amigos, entre camaradas. Fora disso não há diálogo. Tens a plavra, explorado.

António José Fortes (1931-1988)

in Uma Faca nos Dentes, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003.





Fátima: A empresa da Cova de Iria

TOMÁS DA FONSECA*

Quando em 1846 se desvendou a indecorosa mistificação de La Salette, levada a cabo por um pároco e uma ex-religiosa, o espanto foi grande, pois se julgava que, após a obra dos enciclopedistas e a proclamação dos Direitos do Homem, que aboliram o direito divino, a era das aparições tinha acabado no mundo. Não acabara.

Mas, se as mistificações continuavam, a reacção agora produzida não só era mais viva, como também melhor documentada, e por isso mais amplo o campo onde se debatia o problema em causa.

Não admira, pois, que a tal audácia respondesse uma bem numerosa e aguerrida falange, capitaneada por alguns dos mais brilhantes espíritos de França, destacando-se entre eles Anatole France, Clémanceau, Sebastian Faure, Littré e Alfonse Karr. Este principalmente, cuja vida esteve em risco, devido aos pormenores que desvendou e divulgou, em diferentes passagens dos seus livros.

Dessa campanha resultou serem chamados a juízo e condenados os principais empresários desse grosseiro embuste.

Não sabemos se o de Fátima acabará nos tribunais, onde há muito devia ter subido, se não fosse a doença epidémica do medo, que a todos fecha a boca e tapa os olhos. Mas, suba ou não aos tribunais civis, o processo, desde logo iniciado, vem sendo largamente discutido, a fim de ser julgado num tribunal maior: o da opinião consciente e livre, de que não pode haver apelação.

Efectivamente, se o delito premeditado e praticado em 1917, encontrou defensores, a princípio bem tímidos, encontrou igualmente acusadores, mas estes, desde a primeira hora, perfeitamente esclarecidos na matéria – e por isso a discutiram com elevação e veemência. Nenhum órgão da imprensa livre deixou de vir à estacada, apontando o fenómeno como impróprio da época e, até, do meio, apesar do atraso em que viviam e vivem ainda as populações onde ocorreu. Nesse linha de fogo, devemos salientar, além dos diários da capital – O Mun-

UTOPIA 18 79

do, A Manhã, O Debate, O Povo e A Batalha – muitos semanários da província, que denodadamente se bateram, em nome da razão e do bom-senso.

Ouvi, durante anos seguidos, a crítica serena de uns, os protestos clamorosos de outros e a ironia contundente de muitos. Ouvi e entrei também na ardorosa refrega, que bem cara ficou aos que desempenhavam cargos públicos. Muito se batalhou, uns por jornal e pelo livro, outros em conferências e comícios, todos no intuito, bem humano, de arrancar a gente simples, mormente os camponeses, ao suplício a que os obrigava a Empresa da Cova, em breve tempo auxiliada pelos bispos.

Infelizmente para a causa da livre expressão do pensamento, Roma tinha tomado já, sem que entre nós ninguém desse por tal, os principais, senão todos os postos de comando. E assim, a nossa obra de resgate foi não só detida, mas em parte anulada ou denegrida, e dispersos, por exílios e prisões, os mais zelosos contentores, quase todos já mortos. Mas se não lográmos, nessa altura, que a verdade triunfasse, pelo menos semeámos a dúvida em campos de tal fertilidade que, apesar da estação lhe ser contrária, nem por isso deixou de lançar raízes, que logo se afundaram e alargaram de tal modo, que já não há charrua nem tractor que consiga arrancá-las. Raízes que, por fim, vindo à superfície, rebentaram em caules, donde brotaram gomos e flores, e destas o copioso fruto que hoje circula, tanto aqui como lá fora, onde também gostosamente o saboreiam. Espalhada, pois, a dúvida, na largueza e profundidade que acabámos de ver, as consequências que daí resultaram são fáceis de avaliar.

Como V. Em.^a perfeitamente sabe, da dúvida à incredulidade vai um passo. E esse passo foi dado, não por algumas dezenas ou centenas, mas por milhões de portugueses, como

ambos nós sabemos, eu pela solidariedade que por toda a parte encontro, e V. Em.ª pela falta de assistência que verifica nos templos, aonde não vão cinco por cento dos crentes de outrora. Isto, apesar dos convites, das promessas e pressões de toda a natureza, porque sem estas nem um por cento lá iria.

A «Santa» que voara do Céu para a Cova de Iria, não obstante a protecção que lhe concederam, ao sair das nossas mãos ia já de asa ferida. Ferida que não cicatrizou ainda nem jamais há-de cicatrizar. Prova-o claramente a atitude que muitos católicos continuam mantendo perante o «fenómeno» da Cova. De facto, muitos ali têm ido, mas quantos desejariam erguer a voz para desafrontarem a pureza da sua fé? Não o podem fazer, mas também lá não voltam, chocados com a exploração mercantil que viram praticar. Dentre todos, permita que destaque um jornalista muito conhecido e respeitado, que, à profissão, que tem desempenhado com a maior honestidade, aliou sempre um carácter recto e uma nobreza de alma, hoje pouco vulgares.

Não façamos como os cronistas dos milagres de Fátima, ao aludirem a meretrizes e comunistas convertidos, sem lhes citarem o nome. O nome deste é Agostinho Domingues, o qual, à hora em que escrevo estas linhas, sulca os mares, a caminho da África Oriental, enviado em delicada missão profissional, pela empresa do jornal «O Século», de Lisboa, onde há bastantes anos honra a corporação de que faz parte. Melhor do que eu sabe V. Em.ª o que seja, não a falência duma alma, mas a evidência duma fraude posta em face duma consciência formada à luz da natureza e agindo em organismo são. Tal o caso de Agostinho Domingues. Estruturalmente justo e bom, mal descortina, no campo da sua fé, a primeira senda tortuosa que possa desviá-lo para o erro, não hesita: volta à primeira forma, a fim

de retomar o caminho da rectidão e do dever.

Ninguém, como ele, procurou viver o fenómeno de Fátima. Viu, ouviu, examinou. Foi uma, duas, três, cinco vezes. Mas tanto observou e analisou, dentro e fora da Cova, que acabou, não por saber tudo, mas por saber mais do que julgava ser possível saber-se. O administrador da «Voz de Fátima», Padre Manuel Pereira da Silva, além de seu amigo e conterrâneo, foi seu padrinho de casamento. Confessou-lhe suas dúvidas e anseios. E o bondoso homem da igreja, apesar da sua argúcia, não conseguiu argumentos com que pudesse, não direi já fechar-lhe os olhos da razão, mas, pelo menos, atenuar-lhe as dúvidas. Pelo contrário: acentuou-lhas mais, quando lhe

patenteou os Armazéns da Empresa, e Agostinho Domingues pôde ver a vastidão das suas transações e fraudes. A Cova – concluiu o jornalista – não era um santuário, mas uma casa de negócios. Não se pregava ali a doutrina de Cristo: mercajava-se com a fé da

gente rude. Não se ganhava almas para Deus: iludia-se o Povo. Os altares eram substituídos por balcões e os sacerdotes por verdadeiros traficantes.

Sabendo eu que ele redigira as suas impressões, não para lhes dar publicidade, mas para legar aos filhos, vali-me da mútua e viva simpatia que mantemos há anos, para que me deixasse folhear o seu «Diário», que melhor intitularíamos «Breviário duma Consciência». Ouçamo-lo:

«Fui a Fátima pela quinta e última vez, com uma peregrinação vicentina, em 1934. No santuário da Virgem encontrei, cerca da meia noite, a uma luz propícia à azáfama que a essa hora ia pelos confessionários, o meu antigo condiscípulo, padre J.F.O., então prior de Aljubarrota. Não nos víamos desde que eu, um dia de primavera de 1923, deixara, com grande surpresa sua e dos seus companheiros, o seminário de Leiria, onde então cursávamos filosofia. O encontro não foi muito efusivo, mas devido à severidade do meio. Mas recordo-me de ter-lhe ouvido, após um cordial abraço, estas palavras: «Folgo muito em ver-te. Tens sido muito lembrado pela constância da tua fé!» Nada lhe objectei; mas mal sabia ele que, precisamente naquele momento, eu acabava de perder a fé que me atribuía».

«De desilusão em desilusão, o meu espírito

após cerca de dez anos de fervor religioso e de apostolado activo, pela palavra e pela imprensa começara a sentir-se aguilhoado pela dúvida. A sensibilidade dos católicos ricos e de comunhão diária, perante a miséria que os rodeava; as injustiças

deava; as injustiças sociais que, em vez de remediadas, como eu esperava, por dirigentes católicos, eram cada vez mais agravadas; mil e um motivos, enfim, que não caberiam nestas linhas, levaram-me a duvidar da santidade da religião que professava e que nem sequer tornava melhores que os ateus os seus filhos mais dilectos...«Se um homem começa com certezas – diz Bacon – acabará em dúvidas; mas se de início se contenta com dúvidas, acabará sustentando certezas». Foi o que aconteceu comigo.

«Educado na religião católica, procurei sempre cumprir, sem os discutir, os seus preceitos, convencido de que tudo que ela me ensi-



nava, ou fora revelado por Deus, ou tão bem provado e estudado, que eu nada mais e melhor tinha a fazer do que seguir, submisso e alegre, os seus conselhos e doutrinas. Assim, pois, sem esforço — o que era óptimo para o meu feitio — aceitava como irrefutável e bom tudo o que a Igreja me dizia ser verdadeiro e bom, e como falso e mau tudo o que ela julgava menos verdadeiro ou mau. Que situação mais cómoda podia desejar a minha inteligência? Tinha quem estudasse e pensasse por ela...

«Mas, um dia – bem tardio, reconheço-o – a dúvida, como térmite roedora, penetrou, subrepticiamente no meu edifício espiritual, e minou todo o seu vigamento. Qual construtor que vê a sua obra ameaçar ruína, procurei escorar-me com os argumentos colhidas no estudo e na experiência. Apelei para a minha mestra, a Igreja, e pus, enfim, a postos as baterias da minha fé. Tudo em vão! Com grande surpresa e não menos pesar, vi alçarem-se a incomparável altura as ondas de argumentos, que embatiam violentamente contra o frágil batel da minha fé. E verifiquei então, com espanto, que, ao contrário do que eu piamente acreditara, nada, em religião, está provado. Tudo assenta em lendas ou princípios estabelecidos e modificados pelos homens, consoante os seus caprichos e interesses. Sendo assim, que diferença haveria entre a religião católica e as outras, algumas das quais mais antigas e com mais numerosos adeptos? Como distinguir de entre tantas a verdadeira, se todas se apregoavam igualmente divinas e salvadoras? E onde estariam a justiça e a bondade de Deus, se nos condenasse por não termos seguido um caminho que é uma encruzilhada, sem nos ter dado, a todos, ao menos, a inteligência bastante para não errarmos voluntariamente? Pensamentos como estes sucediam-se, quase se atropelavam, na minha cabeça, dia e noite, por mais que os combatesse.

É-me impossível descrever, nestas curtas páginas, o conflito que, durante meses, se travou entre os dois «eus» contraditórios, que se ergueram em mim: o crente e o descrente. De resto, a minha história é a história de todos aqueles que, não sendo caturras nem maus, arrepiaram caminho, cedo ou tarde, quando a sua consciência lho exigiu.

«Tudo isto vem a propósito para dizer que foi com ansiedade que resolvi tomar parte na peregrinação vicentina a Fátima. Era o último apelo, a tábua de salvação desejada pelo «eu» crente, que não podia conformar-se com a sua destruição completa, sem consideração por um passado que lhe dera fortes raízes. Fui. Pelo caminho, como todo o bem peregrino, cantei e rezei. Preparava-me, como os doentes, para o milagre da minha cura, não física, como a deles, mas espiritual. É que, de toda a minha fé do passado, restava-me apenas, a atestar a divindade da Igreja Católica, a inexplicação dos milagres que por seu intermédio se operavam. Não achara nunca, é certo, bastante extraordinárias as curas de Fátima, e, acerca das aparições da Virgem na Cova de Iria, sentira sempre, no meu subconsciente, a tentarem vir à superfície, algumas contradições dos «videntes». Mas, enfim, o hábito de confiar e crer no que a Igreja ensina levaram-me a acreditar em Fátima e até a defendê-la na imprensa. Ia, pois, ao encontro do milagre! Mas a desilusão foi completa. Como o padre Pedro Froment, de Zola, também o antigo seminarista, «desde que se encontrava em frente da Gruta, se sentia apoderado de mal-estar singular, de surda revolta que lhe gelava o entusiasmo da oração». Onde esperava encontrar calor e alento da minha fé, só encontrei frieza e tédio. Mas era preciso ir até ao fim. Por isso ainda me confessei e comunguei, como toda a gente. Foram essas, porém, as minhas últimas confissão e comunhão. As últimas e creio que as

únicas mal feitas, pois já não cria no que estava fazendo. Nesse dia nasceu em mim o desejo de esclarecer o caso de Fátima e explicar os milagres».

Efectivamente, num dos capítulos do Diário, essa explicação faz-se de maneira a não deixar dúvidas a ninguém. Afirmamos já que o jornalista não permite a publicação do Diário, pois o redigiu apenas no intuito de registar a evolução do seu espírito após o fenómeno de Fátima. É possível mesmo que, a estas horas, o manuscrito que me confiara tenha sido reduzido a cinzas, como outros têm feito, no receio de buscas domiciliárias, impostas pelo Santo

Ofício, à sombra da personalidade jurídica que lhe outorga a Concordata. Eu, porém, não lho restituí sem copiar certas passagens que vivamente me chocaram pela precisão com que alvejavam e atingiam em cheio os empresários da Cova. Exemplo: a «Santa» anunciou a Lúcia que

«se deixassem de ofender a Deus, em vez de acabar a guerra, começaria outra pior». E acrescentou: «Quando virdes uma noite iluminada por uma luz desconhecida, sabei que é o grande sinal que Deus vos dá de que vai punir o mundo pelos seus crimes, por meio da guerra, da fome e da perseguição à Igreja e ao Santo Padre». Comentário de Agostinho Domingues: «Como se compreende que a Senhora de Fátima ameace punir o mundo pelos seus crimes, com a perseguição à Igreja e ao Santo Padre? O sr. Bispo de Leiria terá meditado nestas palavras, antes de lhe dar publicidade? É que admitindo-se como verdadeiras, temos de acreditar que são a Igreja e o Papa os criminosos ou os responsáveis pelos crimes do mundo».

Outra passagem que diz do sentimento que ditou esse Diário: «Quando penso nos sacrifí-

cios inúteis e sem conta que fazem milhares de peregrinos, deixando os seus afazeres e percorrendo a pé grandes distâncias ou gastando dinheiro conseguido à custa de suor e lágrimas, para irem a Fátima; quando me lembro dessas legiões de desgraçados que abandonam os seus leitos de dor e, empreendendo viagens incómodas e perigosas, buscar, em vão, no santuário de Fátima, a cura para os seus males, ou refrigério para as suas amarguras – sinto que se não tentasse poupá-los, pelo menos, a mais esse engano da vida, já tão cheia de enganos, morreria de remorsos».

Fecharemos aqui as transcrições com este

comentário, também de Agostinho Domingues: «O meu caso é o daquele que andou muitos anos a ser ludibriado e que, acabando por descobrir o lôgro em que caíra, deseja desmascarar, já que não é covarde nem vaidoso, quem o enganou, e prevenir o semelhante, pois que tem sentimen-

tos altruístas».

A citação foi longa, porque foi intencional. É que um testemunho desta natureza vale por tudo o que possa dizer-se contra a mistificação da Cova. Foi um seminarista estudioso e disciplinado; um obreiro que, durante anos, lidou com a fé na vinha do Senhor. Incumbido de reportagens de responsabilidade, a que o levavam a sua pena fácil e o seu coração recto, acabou por ir também a Fátima, como jornalista, ao serviço da Igreja. Foi lá cinco vezes, como confessa, até que, durante as peregrinações, encontrou a sua estrada de Damasco. «Saulo! Saulo! Porque me persegues?» - clamava a voz do Céu. Nesta estrada, porém, a voz foi outra. Não lhe vinha do Céu mas sim da Terra, gritada pelos que gemiam e se arrastavam atrás duma ilusão. Voz dolorosa, voz profunda, que encontrou eco no coração dum

justo, filho do Povo, como eles. Nenhum depoimento, pois, se reveste de maior autoridade, constituindo por isso a mais grave condenação do embuste de Fátima.

* Tomás da Fonseca (1877-1968) o principal escritor anticlerical da primeira república, manteve ao longo de toda a sua vida, mesmo durante a ditadura fascista, uma intensa actividade de denúncia sobre o reaccionarismo da Igreja. Algumas das suas principais obras são sobre o embuste de Fátima. O presente artigo é extraído do livro «Na Cova dos Leões», onde na forma de cartas ao Cardeal Cerejeira denúncia a grande encenação feita na Cova de Iria. Os seus livros são hoje raridades bibliográficas e não foram até agora reeditados por oposição dos seus herdeiros legais!!!



Como o embuste de Fátima foi sendo elaborado

A aparição de 13 de Julho de 1917

Momentos depois de termos chegado à Cova de Iría, junto da carrasqueira, entre numerosa multidão de povo, estando a rezar o terço, vimos o reflexo da costumada luz e, em seguida, Nossa Senhora sobre a carrasqueira.

- Vossemecê que me quer? perguntei.
- Quero que venham aqui no dia 13 do mês que vem, que continuem a rezar o terço todos os dias, em honra de Nossa Senhora do Rosário, para obter a paz no mundo e o fim da guerra, porque só Ela lhes poderá valer.
- Queria pedir-Lhe para nos dizer Quem é, para fazer um milagre com que todos acreditem que Vossemecê nos aparece.
- Continuem a vir aqui todos os meses. Em Outubro, direi Quem sou, o que quero e farei um milagre que todos hão-de ver, para acreditar.

Aqui, fiz alguns pedidos que não me recordo bem quais foram. O que me lembro é que Nossa Senhora disse que era preciso rezarem o terço para alcançarem as graças durante o ano. E continuou:

- Sacrificai-vos pelos pecadores e dizei muitas vezes, em especial sempre que fizerdes sacrifício: Ó Jesus, é por vosso amor, pela conversão dos pecadores e em reparação pelos pecados cometidos contra o Imaculado Coração de Maria.

Ao dizer estas últimas palavras, abriu de novo as mãos, como nos dois meses passados.

O reflexo pareceu penetrar a terra e vimos como um mar de fogo. Mergulhados em esse fogo, os demónios e as almas, como se fossem brasas transparentes e negras ou bronzeadas, com forma humana, que flutavam no incêndio, levadas pelas chamas que delas mesmas saíam juntamente com nuvens de fumo, caindo para todos os lados, semelhantes ao cair das faúlhas em os grandes (incêndios) sem peso nem equilibrio, entre gritos e gemidos de dor e desespero que horrorizava a fazia estremer de pavor. (Deveu ser ao deparar-me com esta vista que

dei esse ai! que dizem ter-me ouvido). Os demónios distinguiam-se por formas horríveis e asquerosas de animais espantosos e desconhecidos, mas transparentes como negros carvões em brasa. Assustados e como que a pedir socorro, levantámos a vista para Nossa Senhora que nos disse, com bandade e tristeza:

- Viste o inferno, para onde vão as almas dos pobres pecadores; para os salvar, Deus quer estabelecer no mundo a devoção a Meu Imaculado Coração. Se fizerem o que Eu vos disser, salvar-se-ão muitas almas e terão paz. A guerra vai acabar. Mas, se não deixarem de ofender a Deus, no reinado de Pio começará outra pior. Quando virdes uma noite alumiada por uma luz desconhecida, sabei que é um grande sinal que Deus vos dá de que vai punir o mundo de seus crimes, por meio da guerra, da fome e de perseguições à Igreja e ao Santo Padre.

Para impedir, virei pedir a consagração da Rússia a meu Imaculado Coração e a comunhão reparadora nos primeiros sábados. Se atenderem a Meus pedidos, a Rússia se converterá e terão paz; se não, espalhará seus erros pelo mundo, promovendo guerras e perseguições à Igreja. Os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer, várias nações serão aniquiladas. Por fim, o Meu Imaculado Coração triunfará. O Santo Padre consagrar-me-à a Rússia que se convertará e será concedido ao mundo algum tempo de paz. Em Portugal se conservará o dogma da Fé, etc. Isto não digais a ninguém. Ao Francisco sim, podeis dizê-lo.

Quando rezais o terço, dizei depois de cada mistério, Ó meu Jesus, perdoai-nos, livrai-nos do fogo do inferno; levai as alminhas todas para o Céu, principalmente aquelas que mais precisarem. Segui-se um instante de silêncio e perguntei:

- Vossemecê, não me quer mais nada?
- Não. Hoje não quero mais nada.

Memórias da Irmã Lúcia. (Texto escrito em 1941 a pedido do Bispo de Leiria)



Clevelândia: uma Sibéria no Brasil

Com o título de "A Relação Sinistra", o jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, dirigido por Mário Rodrigues, publicava, em 9 de janeiro de 1927, uma coluna de onde se extrai este excerto:

"A lista das 208 [7 de janeiro de 1927] vítimas que outro dia publicou A Manhã, sepultados nos desertos inóspitos e pestilentos da Clevelândia, temos agora mais 404 nomes para juntar, não completando-a, porem, ainda. O numero exato das vítimas sobe a 500. O tempo se encarregará de completá-la. Os prisioneiros mortos, não é mais possível identificá-los, porque os livros de registro de óbitos desapareceram."

A relação dos mortos havia desaparecido, os registros não eram precisos, e muitas famílias jamais saberiam o real paradeiro de seus entes queridos. A Clevelândia, assunto de primeira página de todos os jornais nos primeiros três meses do ano de 1927, após o longo quadriênio sob o consulado de Arthur Bernardes (1922-1926), passado quase na íntegra sob o estado de sítio, também teria destino semelhante na memória histórica da República Velha no Brasil. O que teria ocasionado tamanha amnésia? Por que um episódio que chegou a ofuscar, em número de colunas nos jornais, a epopéia da Coluna Prestes desapareceu dos registros históricos apesar de tão intenso apelo dramático em seu tempo? Afinal, o que foi a Clevelândia?

Com a proclamação da República e a promulgação da Carta Constitucional de 1891, as questões relativas às áreas de fronteiras no Brasil assumiram novos contornos. Em conjunto com a imagem de uma República sólida, construída por meio de monumentos, logradouros públicos e da própria arquitetura de prédios oficiais, vinham também as medidas de caráter diplomático. Os limites do país deveriam ser melhor definidos, não apenas por razões técnicas, mas para que a política de relações exteriores encontrasse na cartografia nacional, as bases para a adoção de uma linha argumentativa consistente e em consonância com os interesses nacionais.

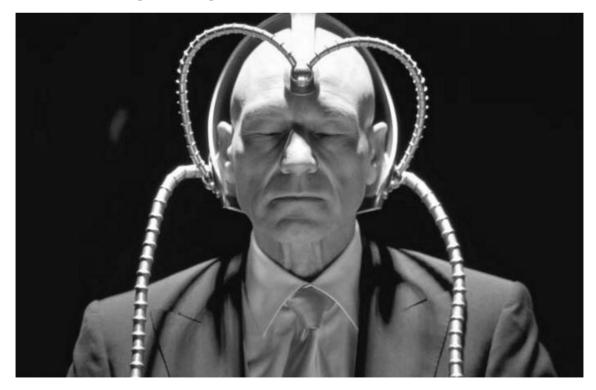
Já em 1890, os documentos públicos atestavam a necessidade de se colonizar a "Guiana Brasileira", para fins de "moralização" desta área, segundo a retórica oficial, "inerme do nosso território". Como resulta-

do da questão litigiosa com a França, em 1900, foi definido como marco divisório entre o território brasileiro e francês, no extremo Norte, o rio Oiapoque. A partir daí, alguns projetos seriam alinhavados para retirar esta região do "atraso em que se encontrava".

Assim, em 1922, após apelos insistentes do senador Justo Chermont, grande proprietário de terras na região do Oiapoque, naquela altura Estado do Pará, foi inaugurada a Colônia de Clevelândia. A vocação agrícola da região passou então a ser ressaltada pelos promotores da ocupação, com vistas a atrair famílias oriundas do nordeste do país que, invariavelmente, estavam chegando em número crescente a capital Belém do estado do Pará. Tais contingentes foragidos das secas endêmicas nos seus estados, aos olhos do governador Lauro Sodré — ironicamente, um dos responsáveis pelo Motim

da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904 — representavam um perigo acessório à ordem pública.

Dessa forma, a Colônia de "Cleveland". nome original dado ao campo de assentados, em homenagem ao presidente estadunidense Grover Cleveland, cumpria múltiplas funções. Era área-modelo para um projeto civilizacional, garantia a ocupação de uma região de contestado fronteiriço, aliviava tensões na área urbana paraense e homenageava um presidente identificado com o alinhamento, levado a efeito pelo Brasil, em sua política externa, aos EUA. Entretanto, a história da Clevelândia não foi o simples resultado de todos os elementos assinalados até aqui. O legado deixado pela memória dos acontecimentos dos anos de 1920 e, para sermos mais exatos, dois anos após a sua fundação, foi muito além do destino vulgar de uma área de colonização agrícola.



O governo de Arthur Bernardes foi marcado por uma repressão violentíssima aos políticos de oposição, lideranças operárias e setores insurretos das forças armadas. Por ocasião de seu mandato presidencial, foram deportados, presos e isolados em ilhas milhares de oponentes e suspeitos de conspiração contra o governo. No Rio de Janeiro, para tentar iludir os advogados impetrantes de habeascorpus, que buscavam a salvaguarda da liberdade individual de seus clientes, o governo fez das Ilhas de Bom Jesus. Rasa e das Flores verdadeiros campos de prisioneiros. Compuseram as longas listas de detidos nomes como José Oiticica, Maurício de Lacerda, Bartelet James, membros da família Bittencourt, proprietários do jornal Correio da Manhã, entre outros. As dependências das Casas de Detenção e Correção ficaram completamente lotadas de opositores do regime e prisioneiros comuns, arrebanhados nas ruas pelas famosas "canoas", levadas a efeito na Capital Federal pela polícia. O estado de sítio facilitava a ação da repressão que, em parceria com os órgãos de censura, principalmente após 1923, procuravam simular, sem sucesso, certa tranqüilidade social.

Tal situação era a conseqüência de diversos fatores, já verificáveis, antes mesmo da posse de Bernardes, em novembro de 1922. O movimento "tenentista" – revolta de jovens oficiais militares - já havia feito seu primeiro grande ensaio em 5 de julho de 1922; os operários mantinham suas greves em decorrência da carestia de vida e a oposição buscava apoio em todos esses setores para o desenvolvimento de uma sistemática política de desgaste do governo. Embora para a economia cafeeira o período fosse de certa euforia, na realidade, a situação política era bem diferente. Para tanto, ao assumir o cargo, o presidente Bernardes iria criar uma delegacia específica para o com-

bate aos inimigos do regime. A Quarta Delegacia Auxiliar vinha suprir uma lacuna importante na polícia carioca, além de inaugurar uma era de perseguições políticas com mais rigor e técnica.

E foi com esse aparato de repressão, espalhando agentes e "secretas" por toda a cidade, inclusive nas vias públicas, com relatórios diários sobre personalidades de oposição e líderes operários, que a polícia auxiliava o governo a evitar os levantes militares e greves insurrecionais. Prendendo operários e sindicalistas anarquistas sob as mais diversas acusações, as autoridades acreditavam impedir as convulsões sociais cada vez mais ameaçadoras. Tais temores, entretanto, se concretizariam no dia 5 de julho de 1924; um segundo levante "tenentista", dessa vez, na cidade de São Paulo. Sob o comando do General Isidoro Dias Lopes, as tropas amotinadas, com o apoio de parte da força pública paulista, tomaram áreas estratégicas daquela capital.

O levante paulista, que contou com batalhões estrangeiros e o apoio crítico de algumas organizações anarquistas, ensejou outra grande onda de repressão sobre os suspeitos de diversas partes do Brasil. No Rio de Janeiro, os agentes da Quarta Delegacia Auxiliar prenderam imediatamente os operários anarquistas mais ativos e, em poucos dias, estavam lotadas as celas do prédio da Polícia Central, onde se fixara o referido órgão. Dentro da "geladeira", espécie de porão escuro e úmido, onde ficavam sempre mais presos que a lotação máxima, a situação era ainda mais dramática. Segundo o militante libertário da Construção Civil, Domingos Passos, várias vezes "hóspede" da Quarta Delegacia Auxiliar, assim que um "preso social" entrava na "geladeira", os carcereiros avisavam aos ladrões que este possuía algum dinheiro, e logo se iniciava o espancamento. Os detidos por "delito

de opinião", não raro, encontravam em determinados presos algozes tão temíveis quanto os policiais do regime.

Os agentes do Rio de Janeiro, sob a tutela do chefe de polícia, Marechal Carneiro da Fontoura, alcunhado de "Marechal Escuridão" pelos seus inúmeros desafetos, haviam encarcerado centenas de trabalhadores. Os critérios para as detenções eram aleatórios; casos como o do espanhol José Maria que, depois de alguns minutos de caminhada, após saltar de um bonde na Galeria Cruzeiro, foi preso em plena Avenida Passos, eram comuns. José Maria, que, na ocasião de sua prisão, dirigiase à casa de um "patrício recém-chegado" ao Rio de Janeiro, havia mudado para a Capital Federal para trabalhar nas obras do Centenário da Independência, em 1922, e, com o fim das comemorações, conseguiu emprego na construção do Jockey Club. Como resultado de sua detenção, sem maiores explicações por parte dos policiais da Quarta Auxiliar, acabou parando na Clevelândia. Situação semelhante experimentou o carioca Arnaldo dos Santos, homem de saúde delicada, que, ao voltar de São Paulo, depois de perder seu emprego, encontrava-se há poucos dias no Rio de Janeiro. Santos, vivendo em condições aflitivas, saiu em uma manhã, muito cedo, e alertou a sua mãe, uma senhora viúva, para o seu paradeiro: "ia ver um emprego". Arnaldo dos Santos nunca mais voltou, foi também mandado para a Clevelândia.

Casos como estes e outros, de padeiros que eram presos e deportados por serem encontrados nas ruas pela madrugada, horário normal de seus turnos, eram comuns naquela época. Qualquer motivo era suficiente para uma detenção e posterior desterro.

Com o crescimento do número de presos, o governo Bernardes teve que buscar alternativas. Para tanto, em reunião com seus minis-

comtros, teria partido do titular da pasta da Agricultura, Miguel Calmon, a sugestão de enviar o excedente prisional para o Oiapoque. Afinal, deportar para áreas isoladas e com condições precárias de sobrevivência havia sido de largo uso no decorrer da história republicana. Assim, ficava decidido que a Clevelândia seria o endereço para o qual o governo iria remeter significativa quantidade de prisioneiros políticos e comuns, sem grandes credenciamentos sociais. Para lá iriam os desclassificados, a massa turbulenta que, por não possuir recursos pecuniários ou relações pessoais com figuras proeminentes, não requeria cuidados especiais por parte das autoridades. tros, teria partido do titular da pasta da Agricultura, Miguel Calmon, a sugestão de enviar o excedente prisional para o Oiapoque. Afinal, deportar para áreas isoladas e com condições precárias de sobrevivência havia sido de largo uso no decorrer da história republicana. Assim, ficava decidido que a Clevelândia seria o endereço para o qual o governo iria remeter significativa quantidade de prisioneiros políticos e comuns, sem grandes credenciamentos sociais. Para lá iriam os desclassificados, a massa turbulenta que, por não possuir recursos pecuniários ou relações pessoais com figuras proeminentes, não requeria cuidados especiais por parte das autoridades.

Mas antes do cumprimento de tal sentença, os prisioneiros passariam por uma "triagem". Assim, fundeado na Baía de Guanabara, estava o navio *Campos*, uma velha presa de guerra confiscada aos alemães, que serviria de presídio provisório aos "candidatos" à deportação. Em conformidade com o que já se passava na Polícia Central, também no navio-presídio os detentos eram submetidos a surras diárias e aos piores tratamentos. No "Navio Fantasma" ou "Navio Inferno", como ficou conhecido o *Campos* posteriormente, os pre-

sos, além dos trabalhos forçados, não tinham alimentação suficiente ou mesmo a mínima higiene. Segundo o testemunho de João Câncio, funcionário dos Correios, pobre, casado e com três filhos, os "vagabundos", como se verificaria na Clevelândia, eram encarregados das agressões aos demais prisioneiros, e agiam em conformidade com as ordens dos carcereiros e militares de serviço. Acrescenta que, depois de um banho de água salgada pela manhã, havia o "acelerado": "era uma corrida louca dos presos, dois a dois, entre pancadas, gri-

tos e troças da soldadesca e dos molegues escolhidos antes para petequeiros de tal circo, o Sete, o 59, o Bolina, o Bandolin, o Paulista e tantos outro." Fazem parte das recordações de Câncio episódios bastante constrangedores, como o do recolhimento dos dejetos dos presos, que eram içados dos porões do navio por um cabo, tendo na extremidade uma "lata de carbureto", os chamados "Tigres". Segundo o prisioneiro, os soldados, propositadamente, balançavam o cabo para que parte do fétido

conteúdo do recipiente caísse sobre os homens aglomerados no fundo da embarcação.

No final do ano de 1924, a primeira remessa de deportados partiria no vapor do Lloyd Brasileiro, o *Comandante Vasconcellos*, com operários anarquistas, trabalhadores desempregados, criminosos comuns, alguns estrangeiros e militares de baixa patente. Após uma viagem bastante desgastante, com episódios semelhantes aos relatados a bordo do *Campos*, o contingente de cerca de 419 presos, após troca de barco em Belém, desembarcaria nas imediações da Colônia de Clevelândia,

no dia 27 de dezembro de 1924. A Colônia, ainda com a presença de famílias assentadas, passaria a um regime misto, comportando estes e os prisioneiros recém-chegados. O campo era amplo, dividido em lotes para as famílias, mas sem alojamento para todos os deportados. Assim, por não haver local para abrigar a todos, muitos tinham que dormir sob o assoalho das poucas construções já existentes.

Logo nos primeiros meses o responsável pela Colônia, o engenheiro Gentil Norberto, um

> veterano das lutas pela conquista do Acre, definiu um regime laboral compulsório para os internos. Havia muito trabalho a ser feito, novos prédios deveriam ser construídos e era, segundo Norberto, dever patriótico levar a cabo tal tarefa, para resgate social das penas dos deportados na Clevelândia. Além da pequena guarnição de soldados, o administrador do campo pôde contar com a colaboração de alguns criminosos comuns que, desde a cadeia da Polícia Central e do Campos, mantinham-se fir-

mes no auxílio à vigilância e tortura dos demais presos.

Segundo o relato de operários deportados, nos primeiros dias da chegada ao campo, um dos prisioneiros de nome Adelino havia se queixado ao administrador contra as injustiças de que eram vítimas velhos e jovens. O diretor confiara ao prisioneiro "Coronel Bahia" a disciplina dos internos e, como tais violências partiam justamente do responsável pela vigilância, muito pouco se fez para que fossem minorados os atos de truculência. Tanto os protestos coletivos dos desterrados, como qual-

quer reação às agressões recebidas, eram punidas severamente com o auxílio de uma guarda armada de fuzil e baioneta. Domingos Braz, anarquista e tecelão de Petrópolis, ao protestar contra a agressão à um prisioneiro de alcunha "Construtor", foi, sem o menor constrangimento, "posto a ferros". Nicolau Paradas, igualmente um militante operário, mesmo do-

ente, era obrigado a abrir covas para os mortos de disenteria e malária, trabalho que o levou ao esgotamento total e à morte. O hospital da Clevelândia, o *Simão Lopes*, em pouco tempo havia se transformado em um necrotério, para onde os presos moribundos recusavamse a ir.

Aqueles que fugiam do trabalho forçado eram remetidos a uma "choça coberta de zinco", cujas temperaturas eram insuportáveis. Os suplícios cresciam na razão das "desobediências"; o conceito de insubordinação, entretanto, obedecia à lógica bastante particular da administração da Colônia.

Apesar de todos estes problemas e do envolvimento de "malandros" na vigilância dos demais internos, o anarquista Domingos Passos, então conhecido como o "Bakunin brasileiro", dizia que alguns presos comuns eram ladrões por culpa da sociedade, e que era necessário incluí-los entre os trabalhadores a serem convencidos da necessidade da luta organizada. Assim pensando, os anarquistas, em seu exílio involuntário, organizaram grupos de estudos de línguas estrangeiras; do idioma internacional, o esperanto, além de classes de alfabetização para os colonos ali residentes. As aulas eram ministradas no fim das tardes, após o labor no campo, nas obras do novo porto e demais edificações da Colônia, às margens do rio Oiapoque.

Com a situação já bastante ruim, a chegada do contingente de prisioneiros de Catanduvas,

viria a piorar muito a vida na Clevelândia. O governo não limitou as deportações ao primeiro grupo, o de dezembro de 1924. No ano seguinte, outras levas de prisioneiros chegariam à Colônia. Assim, logo no início de janeiro, praças do Exército e Marinha das revoltas no Pará e Amazonas, somariam ao contingente do ano anterior pouco mais de uma centena de prisioneiros. Em

junho de 1925, chegaria finalmente o grupo de soldados presos no cerco de Catanduvas, no Paraná, que, embarcados no Porto de Paranaguá, fizeram escala no Rio de Janeiro, sendo, posteriormente, remetidos para o Oiapoque.

Os soldados de Catanduvas eram, na verdade, membros de uma coluna de revoltosos de São Paulo que havia abandonado a cidade após in-

tenso bombardeio das forças governistas, e dirigiram-se para o Sul do país quando foram sitiados pelas tropas do oficial legalista Cândido Mariano Rondon. Presos e abandonados pelos seus superiores, sofreram diversas humilhações e, por fim, acabaram no "Inferno Verde" do Oiapoque. Em comum com os que lá estavam, possuíam a condição social. Eram todos de baixa patente e sem referências sociais que os distinguissem da "plebe ignara".

Entretanto, não foram apenas soldados os que lá chegaram nessa leva; ao passarem pelo Rio de Janeiro, embarcaram no navio *Cuiabá* alguns "malandros", "revoltosos" e "mendigos". Ao que tudo indica, era estratégia do governo enviar grupos mistos. Essa mescla era intencionalmente preparada para dar aos atos discricionários do governo uma aparência de medida de "profilaxia social". Como se fizera antes no Motim da Vacina e na Revolta da Chibata, aproveitava-se o momento para a deportação de grupos inconvenientes nos campos social e político, emprestando ao conjun-

to dos desterrados a pecha de "rebotalho improdutivo e turbulento".

Segundo o rebelde Lauro Nicácio, proveniente de Catanduvas:

"Quando chegamos [a Clevelândia], já lá encontramos marinheiros da revolta do Amazonas, do couraçado 'São Paulo', da Escola de Aviação Naval, praças do 27°B.C. de Manaus, bem como muitos operários juntamente com malandros da Capital da República. Uma terça parte desses desterrados tinha fugido ou passado à fronteira que nos separa da Guiana Francesa, em barcos de pescadores, pelo rio Oiapoque de largura imensa oceânica; outra terça parte já se achava enterrada; e a restante parte agonizava ajoujada ao trabalho e às febres malignas."

Dessa forma, as evasões de deportados para a Guiana Francesa teriam motivado o aumento da vigilância e o recrudescimento das penas de espancamento, principalmente após a troca da administração, em julho de 1925. Em conformidade com essa nova realidade, os suprimentos diminuíram e as mortes cresceram na proporção inversa. No hospital os serviços pioraram muito e, segundo Nicácio, uma única agulha "servia para dar injeções em 120 pessoas por dia!..." Nesse momento, a febre amarela, a malária e, principalmente, a disenteria bacilar ceifava dezenas de vidas na Colônia.

Nesse contexto de caos, o "Moleque Cinco", um dos malandros desterrados pela polícia que assumiu a chefia da turma de coveiros, passou a roubar os pertences dos mortos; alianças e qualquer outro valor. Ainda, segundo Nicácio:

"O número de falecimentos foi enorme. Já antes de nós chegarmos tinham sucumbido às levas de operários do navio Campos, os marinheiros da conspiração Protógenes [Guimarães], os praças revoltosos do Amazonas, os marinheiros do encouraçado São Paulo, além de várias levas de malandros deportados do Rio e dos Estados."

Sobre as fugas de desterrados, podemos afirmar que aconteciam, no início, com alguma facilidade e, até com a conivência das autoridades da Colônia, desde que o candidato à evasão possuísse algum valor. Uma certa indefinição sobre a atitude a ser tomada frente aos deportados, já que o governo federal não tinha orientado claramente sobre os critérios a serem adotados na reclusão, fazia com que o administrador legislasse, segundo sua conveniência, sobre a saída dos internos. Posteriormente, o quadro se altera e a fuga, se não impossível, torna-se muito mais dispendiosa e perigosa.

Alguns anarquistas que conseguiram escapar e chegaram a *Saint Georges*, na Guiana Francesa, passaram por experiências-limite, como atesta a correspondência de 2 de fevereiro de 1926, enviada ao militante Silvério de Araúio:

"(...) Quando chegamos em São Jorge, Guiana Francesa, ainda tínhamos alguns recursos mandados por vós. Porém depois de estarmos aqui um mês e tanto os ditos recursos se esgotaram. Ficamos numa situação crítica, não há trabalho. O nosso camarada Pedro A. Mota faleceu aqui a 12 de janeiro devido à falta de medicamento e alimentação como tantos outros têm falecido. (...) Antônio Salgado da Cunha baixou hoje mesmo ao hospital de Caiena em mísero estado com os pés quase podres de bicho, frieira e outras moléstias, original

(sic) daqui mesmo e nós estamos quase na mesma situação e só por este meio se consegue obter um lugar no hospital o q. quer dizer que quando o indivíduo já esta morto é que tem lugar no hospital; tal é, a situação miserável em q. nos encontramos aqui; estamos aqui José Baptista da Silva pedreiro sócio da Construção Civil Thomaz Borche e Manoel Ferreira Gomes."

Outros internos que tentaram fugir foram tragados pela densa floresta que cercava a Colônia, ou obrigados a retornar por força das enfermidades que tomavam seus corpos e arrefeciam o espírito de liberdade.

O balanço dos óbitos na Clevelândia seria feito com o fim do governo de Arthur Bernardes e da censura aos meios de comunicação. A imprensa, as liberdades restabelecidas no novo governo de Washington Luís, e a própria alcunha imposta pelos estudantes a Bernardes de "Presidente Clevelândia", ensejaram o princípio de um inquérito público que duraria todo o ano de 1927. Dos 946 desterrados, segundo os números apresentados pelo governo, 491 teriam sucumbido às doenças, maus-tratos e trabalhos forçados. Portanto, mais da metade dos deportados ficou enterrada enterrados nas covas rasas improvisadas pelas brigadas de sepultamento, no núcleo colonial.

O processo da Clevelândia iria obrigar até mesmo o ex-ministro Miguel Calmon, na tribuna do Senado, em fins de 1927, a fazer uma longa defesa de sua reputação. Ao buscar minorar o impacto do escândalo que envolveu a sua gestão no Ministério da Agricultura, o senador eleito pela Bahia, apresentou "provas" e arrolou depoimentos em seu favor. Também os comunistas, tendo em vista não terem militantes a prantear no episódio, em contraste com os anarquistas, reconheceram através de seu periódico A Classe Operária que: "vendo a

tormenta e não podendo afrontá-la, fizeram como o camelo: meteram o pescoço na areia e deixaram o simum passar... Esconderam-se para continuar o trabalho revolucionário".

Tudo no Rio de Janeiro parecia suscitar debates sobre o crime cometido contra tantos brasileiros e estrangeiros inocentes. No cinema Odeon, logo nos primeiros meses de 1927, foi exibido um documentário sobre a Clevalândia, a propósito da "grande tragédia nacional". Os jornais criavam epítetos para a Colônia: "Desterro da Peste e da Fome", "A Sibéria Tropical", "O Inferno Verde" e mais. O ator e compositor Mário Lago, em seu livro de memórias Na Rolança do Tempo, escreveria a respeito dos presos políticos na época de Arthur Bernardes: "Se sobrevivessem à brutalidade das torturas e espancamentos, regra geral durante os interrogatórios, aqueles que tinham a coragem de se opor ao governo eram enviados para a Clevelândia, inferno localizado no fundo da Amazônia".

Ainda nos anos de 1930, no governo de Getúlio Vargas, notícias sobre o envio de presos políticos à Clevelândia apareciam em panfletos comunistas. A Colônia Penal de Dois Rios, na Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro, era chamada, por força da memória, de a "Nova Clevelândia".

Mesmo após sua morte, em 1955, Arthur Bernardes continuaria associado aos acontecimentos da Clevelândia. Em seu velório, entre tantas outras homenagens, pôde ser observada uma grande coroa de flores com os seguintes dizeres: "Os sobreviventes da Clevelândia pedem perdão por terem se insurgido contra um governo tão honesto e um presidente tão digno". Ironia de um desafeto político, ou uma tentativa de dedica-

dos correligionários em reescrever a história? Difícil afirmar... Entretanto, o que se pode depreender do fato é que a lembrança da Clevelândia projetou enorme sombra sobre a carreira política de Bernardes, e não abrandou seus contornos, nem após a sua morte.

Muito tempo depois, nos anos de chumbo da ditadura militar, na década 70, alguns presos políticos foram torturados e mantidos incomunicáveis no quartel do Exército, construído sobre as edificações da antiga Colônia de Clevelândia, hoje localizado no Município de Oiapoque, no Estado do Amapá. *O* espectro parecia não abandonar o lugar. Os acontecimentos recuados no tempo insistiam em revisitar seus moradores, também naquele período.

A tragédia da Clevelândia, não obstante o número elevado de óbitos, permanece um dos mais obscuros acontecimentos da história da República brasileira. A despeito de toda a visibilidade que teve o episódio, veiculado pela mídia da época, pelos paralelismos posteriores, transformando-se, inclusive, em sinônimo de abuso e crueldade prisional. Não conseguiu a Clevelândia sequer uma nota menor na maioria dos livros e obras gerais sobre a História do Brasil. Dessa forma, fatos como os aqui descritos, por serem protagonizados pelos anônimos das ruas, operários e desviantes em geral tendem sempre a ocupar as franjas da memória histórica oficial.





Manuel Firmo

Um anarco-sindicalista ibérico

No dia 30 de Janeiro faleceu em Barcelona um dos últimos, senão o último, militante anarco-sindicalista português da CGT e combatente da Guerra Civil Espanhola.

Nascido no Barreiro em 1909, aderiu ainda jovem ao sindicalismo revolucionário, passando por várias profissões, corticeiro, contínuo da CUF, serralheiro, sempre com um activo envolvimento nas lutas sociais, tornou-se então também esperantista, como muitos outros militantes operários da época, membro da Sociedade Esperantista Operária do Barreiro. Em 1936, refugiou-se em Espanha, onde veio a se incorporar nas milícias da CNT combatendo na frente de Madrid. Acompanhou a retirada para Valência e, depois, para Barcelona, exilando-se após a vitória fascista em França onde esteve internado nos campos de concentração de Argelès-sur-Mer e Gurs, nos Pirinéus. Libertado, no começo da guerra, para trabalhar como mecánico, voltou a ser internado quando da rendição, decidindo então, ante a ameaça nazi, retornar a Portugal. Preso na fronteira, passou por diversas prisões do regime fascista, sendo enviado para o Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Após a queda da ditadura viveu entre Portugal e Catalunha, mantendo até à sua morte a defesa do anarco-sindicalismo.

O seu livro «Nas Trevas da Longa Noite» (Lisboa: Europa-América, 1978) é uma memória viva dessa militância.

A "mais antiga" do C.I.R.A. já não responde ao telefone

PIETRO FERRUA

Como resumir cinquenta anos de amizade? Como exprimir-me sobre o que se passou antes do nosso encontro, num momento em que Marie-Christine já tinha no seu activo cinco filhos e dois casamentos?

A sua vida foi rica em acontecimentos e poder-se-ia ter dela uma antevisão ao ler a entrevista que Bertil Galland lhe consagrou na coleção helvética de "Plans Fixes".*

Na sua entrevista, ela tem a bondade de declarar ter descoberto o anarquismo graças a mim. Ora isto poderia perfeitamente ser para mim um mérito, se não uma maldição, porque a vida de um militante típico está cheia de armadilhas, de perseguições, de azedume, mas pode-se também tornar uma fonte de alegria, de esperança e de equilíbrio no momento em que se procuram respostas vitais. Desejo que a sua vida, após a sua adesão às ideias, tenha sido enriquecida e apaixonante. Pode-se pensar, uma vez que ela se aventurou num terceiro casamento com Stoyadine, professor de matemáticas e refugiado búlgaro, vegetariano e libertário, que eu a introduzi (sem nenhum preconceito) no domínio de Beaumont, numa época em que todos os "vagabundos sem colarinho" aí chegaram.

O facto de, também, ter tomado as rédeas do C.I.R.A., após a minha partida forçada e inesperada para o desconhecido em Janeiro de 1963, e de o fazer crescer (graças também à ajuda competente e entusiasta da sua filha, primeiro, e de uma legião de voluntários que

ela soube reunir em torno de si, depois) até ao que se tornou, tem qualquer coisa de milagroso.

"Deixaste-nos um bastardo, a Mariana e a mim, e foste-te embora", dizia-me ela sorrindo.

Mulher dotada de uma cultura enciclopédica, exprimia-se com facilidade e em muitas línguas, com grande à vontade nos grandes salões mundanos e à mesa de bares com camaradas humildes, Marie-Christine sabia sempre guardar o seu equilíbrio em qualquer circunstância. Sabia, também, "marcar" a vida das pessoas que a procuravam, fossem elas estudantes estrangeiros ou exilados de uma das várias ditaduras que afligiam o mundo.

Marie-Christine já não responde ao telefone com a sua dicção de actriz (que ela poderia ter sido), não apenas na nossa memória reconhecida, mas também nos nossos corações enternecidos. Ela já não tem idade, o seu espírito permanecerá sempre jovem, a sua abertura de horizontes, o seu enorme entusiasmo, levar-nos-á sempre com ela numa corrida incessante pelos amanhãs que cantam.

Traduzido por Guadalupe Subtil

^{*} Marie-Christine Mikhaïlo. Da alta burguesia escandinava ao anarquismo por Bertil Galland, Suisse,, 1995, noir et blanc, 52'30. Ver o site "Recherche sur l' anarchisme" http://raforum.apinc.org/mot.php3?id_mot=1518.

Rebuliço no Passadiço

Notas pessoais sobre uma ocupação já despejada

Um conjunto de pessoas insatisfeitas com o panorama de uma cidade-capital onde impera o vazio e a preguiça, a par da ladaínha queixosa que não se transforma em acção, meteu mãos à obra em Dezembro de 2004. Num acto que nada tem de novo e que, em si, pouco tem de revolucionário, ocupou uma casa. Inovadora foi a investida policial que conduziu ao despejo.

O relato aqui exposto parte da visão pessoal de um dos intervenientes na experiência a quem, finda esta, sobram mais perguntas do que respostas. Mas permanece a certeza da expropriação de parcelas de propriedade privada como meio de acção antagonista e como potenciador, enquanto espaço de encontro e de confronto, de outras formas de combate.

O "modus operandi" das fases que levaram à ocupação foi o típico de um processo deste género: reuniões preparatórias, por vezes cansativas e desmobilizantes; escolha de um alvo e de alternativas; recolha de informação nos arquivos existentes; e ponderação dos dados disponíveis.

O número 26 da Rua do Passadiço, parte de um dédalo de ruas escondido por uma Avenida da Liberdade que já nem ela é vistosa, foi o escolhido. As informações que tínhamos, aquilo que era visível do exterior e aquilo que já sabíamos por surtidas anteriores no edifício, davam-no como de fácil entrada pelo abandono em que se encontrava.

A ocupação deu-se, então, a 8 de Dezembro de 2004, abrindo-se as portas de três an-

dares, sendo que as janelas do rés-do-chão estavam emparedadas e assim permaneceram, de um campo de futebol com tabelas de básquet e cinco oliveiras de grande porte. Logo no primeiro dia deparámo-nos com os miúdos do bairro, actores importantes desta história, que já usavam o edifício antes de nós e conheciam cada uma das entradas e ainda algumas das saídas.

As primeiras semanas são de limpeza e incerteza. Os proprietários aparecem e desaparecem para não voltar a dizer nada. O acolhimento popular é simpático face à perspectiva – que os vizinhos já conheciam - de "se não forem estes são outros...". As faixas penduradas em diferentes varandas desejam, num caso, um "bom dia!" em letras garrafais e, noutro, despejam um manifesto político que poucos terão lido.

No primeiro dia útil do novo ano, e depois de um "reveillon" a demonstrar a capacidade organizativa das gentes envolvidas, surge um representante da empresa imobiliária promotora do empreendimento que ali há-de nascer. O projecto de execução aguarda o parecer da autarquia lisboeta e o responsável acaba por dar uma implícita autorização para ali ficarmos na condição de zelarmos pelo magnífico tecto do salão que já tínhamos transformado em sala de jantar. O tecto é classificado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) como "elemento a preservar" e o promotor imobiliário, dizendo "podem continuar a vossa luta" (sic), avisa que

aguarda aprovação do projecto daí a dois meses, ou seja, inícios de Março.

Acção e dinamização

A partir daqui acentua-se o carácter da ocupação permanente da casa: afirma-se a vontade de habitar o piso superior e de ir criando o embrião de um centro social no primeiro andar, no pátio interior e nas salas anexas.

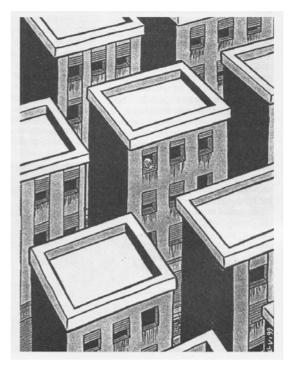
Como ponto assente surge logo a vontade de escapar à lógica do "squat-concerto-e-co-pos" – mesmo se a quase ausência de vizinhos e o muito espaço disponível garantissem o sucesso da criação de um "espaço alternativo" numa lógica de oferta cultural pronta-a-consumir que, de todo, não nos interessava.

A orientação a dar ao Passadiço, que teve a particularidade de não receber um nome oficial único, mas sim de ser apropriado, subjectivamente, por cada um – sendo conhecido por "Passadiço", "Paradiso", ou tão somente "Casa" –, foi sendo discutida.

A discussão fez-se quase sempre em assembleias que mudaram várias vezes de dia numa tentativa de adequação às diferentes agendas individuais. O modelo de decisão falhou muitas vezes, mas acabou por ir ganhando eficácia e utilidade.

Passados os meses de Janeiro e Fevereiro em que se continuou a limpeza e a estruturação de cada espaço da casa, começaram-se, paralelamente, a desenvolver as diferentes actividades. O Passadiço começou a ganhar uma certa constância.

Das actividades desenvolvidas, as mais concorridas terão sido os ateliers. Decorrendo de forma informal, mas orientados por pessoas que percebem de cada tema oferecido, desenvolveram-se sessões de malabarismo, kung-fu, yoga e canto coral. Provavelmente



falhou a capacidade de envolver as pessoas que participavam em cada um dos workshops de modo a se integrarem, de uma outra forma, num espaço que só estavam a utilizar pontualmente.

Nas primeiras semanas registaram-se, ainda, algumas sessões de cinema numa lógica de programação claramente politizada, com um projector de vídeo e um écran improvisado de grandes dimensões; um ciclo de debates sobre os temas que interessavam a quem os propôs – com o convite a pessoas exteriores que, no miserável meio activista português, trabalham questões como a imigração ou as prisões. Paralelamente, montou-se uma biblioteca, com o fundo proveniente de uma outra experiência de ocupação (Queluz, que se prolongou por três anos na sua "fase interessante"). Bastante marcado, ideologicamente, por uma linha de crítica radical, o acervo pretendia-se enriquecido com benévolas contribuições de cada um. A biblioteca, no entanto,

não passou da fase de instalação.

Em Março, e depois de uma ida à Assembleia de Freguesia para esclarecer os edis, a pedido destes, quanto aos objectivos da ocupação, os acontecimentos sucederamse. Se na apresentação pública das razões e fins da nossa acção se lembravam os exemplos de ocupações bem sucedidas e com uma acção política e social a par do envolvimento com a vida das populações vizinhas, bem como a memória do movimento de ocupações populares que se seguiram ao 25 de Abril, a verdade é que, a esse nível, pouco conseguimos fazer.

Se a "tasquinha do crepúsculo", organizada e de porta aberta em cada quinta-feira, se foi afirmando como ponto de encontro semanal para pessoas que não integravam, por completo, o projecto, foram surgindo algumas tensões. As férias escolares da Páscoa levaram ao absurdo de uma tensão latente com os miúdos do bairro de São José, que nunca conseguimos fazer participar completamente do espaço colectivo do Passadiço.

Em princípios de Abril propunhamo-nos reduzir o conflito com a miudagem e afirmar o espaço como centro social de utilização permanente. Mas acabámos por não conseguir organizar a abertura aos vizinhos que, repetidamente, planeámos quase desde o início. Nesta fase foi montada uma info-shop e uma sala de massagens. Foram, na recta final, surgindo propostas interessantes de gente de fora como um ciclo de história do cinema em colaboração com um cine-clube universitário, dois finsde-semana africanos com gentes de uma associação de imigrantes, a vinda de uma delegação de um movimento francês que abre casas para imigrantes em mais de duas dezenas de cidades e a solidariedade de um grupo de teatro instalado desde 1979 numa casa ocupada no Beato (Lisboa), ameaçada de despejo por parte da paróquia local.

A notícia, vinda por vias travessas, da existência de uma providência cautelar e da chegada da polícia a 18 de Abril levou à marcação de uma série de actividades finais e, sobretudo, de uma festa de despedida para 15 de Abril com perspectivas de rápida transferência para outra casa.

O despejo

Mas, depois de uma pré-festa, a 14 de Abril, as pessoas que tinham ficado a dormir no Passadiço foram surpreendidas por uma demonstração de força descabida e, também por isso, bastante ridícula. Diferentes corpos policiais juntaram-se para entrar às oito da manhã com passa-montanhas enfiados pela cabeça abaixo. Conhecedores das técnicas e tácticas ministradas pelas congéneres das forças especiais espanholas e italianas os senhores polícias tiveram o seu pequeno momento de diversão e treino ao vivo.

Brandindo os cacetetes elásticos oferecidos por alturas do Euro-2004 e caminhando aos gritos e empurrões os "agentes da ordem", acompanhados pelo cineasta de serviço que juntava plano após plano na sua câmara de filmar, reuniram toda a gente no pátio interior. Desde o sótão, com uma altura equivalente a um terceiro andar, jazia uma corda de rappel com que os senhores agentes se divertiram.

Dezassete pessoas foram levadas para a esquadra, assinaram termos de identidade e foram constituídos arguidos sob a acusação de "violação de propriedade privada vedada ao público". O caso segue dentro de momentos e não deverá ter consequências de maior nesta cidade em



que uma parte substancial do património imobiliário se degrada e é abandonado pelos tão ciosos proprietários que a lei protege.

O que tem consequências é o carácter inovador, para os costumes lusitanos, do tipo de intervenção dessa manhã. Fruto de uma paranóia e de um clima político favorável, criado no pós-11 de Setembro de 2001, os polícias tugas também já se julgam metidos em grandes filmes e seguiram alguns dos arguidos pelo menos durante esse primeiro dia pós-Passadiço. Três paisanos, depois de terem seguido algumas pessoas, tiveram a suprema lata de pedir a identificação e o contrato de arrendamento aos moradores de uma casa onde se foram colocar parte dos objectos pessoais que foi possível retirar da

Rua do Passadiço. A ironia maior é que, entre outras demonstrações da ineficácia policial, um companheiro conseguiu ficar escondido toda a manhã dentro da casa ocupada enquanto ouvia os primeiros passos de re-emparedamento da casa. De onde se conclui que a polícia tuga ainda tem muito que aprender antes de brincar aos agentes especiais.

O futuro é agora

Os grandes desafios de experiências futuras serão a compatibilização entre a vontade de habitar e a vontade de organizarmos coisas para nós próprios – sem medo do lado individualista que esta opção possa apresentar; a abertura ao bairro – ou, pelo menos, a fuga à hostilidade clara; e o envolvimento de pessoas dispersas que tenham vontade de participar num espaço, ponto de encontro e de discussão de alternativas políticas e sociais, onde a ocupação de casas devolutas surja como resposta prática aos problemas levantados pela sacrossanta propriedade privada e sua lógica especulativa e anti-social, contrapondo-lhe uma outra lógica dos "espaços libertados" para um uso social e colectivo.

A manter estão a surpreendente capacidade de, com pouca gente e quase sem meios, se conseguir montar iniciativas e momentos que resultam bem sucedidos. A manter está também a formidável união que se forjou nestes meses entre pessoas que, à partida, pouco se conheciam e a capacidade de lançar novas ideias e projectos megalómanos. E, sim, queremos uma casa no centro da cidade e com piscina.

Vladimir

Jean Vigo: A Câmara da Vida



A 26 de Abril de 2005 ocorreu o 1º centenário do nascimento de Jean Vigo (JV), nome de referência para todos aqueles que entendem o cinema como uma "sétima arte" e não como uma mera in-

dústria de entretenimento.

JV teve uma vida e uma obra em tudo semelhantes: ambas foram bastante atribuladas
e, infelizmente, muito curtas. A primeira foi
marcada pela saúde frágil, à semelhança aliás
do que acontecera com o seu pai e avô paterno, e pelas consequências traumáticas
provocadas pela morte daquele. A segunda foi
coarctada pela censura e pela incompreensão
dos poderes cinematográficos da época. Vida
e obra que se interligaram profundamente, com
alguns acontecimentos daquela a servirem de
inspiração para esta. Assim, para se entender
a obra de JV, é fundamental conhecer a sua
vida e a dos seus pais, pelo que dedicarei algum espaço a este aspecto.

Os pais de JV foram Emily Clero e Eugène Bonaventure Vigo, mais conhecido nos meios anarquistas por Miguel Almereyda. JV nasceu na miséria absoluta, provocada pela vida militante dos pais que, apesar de o levarem para todo o lado, pouco tempo lhe dedicavam, e cresceu rodeado de gatos abandonados que seu pai recolhia nas ruas. Esta recordação de infância irá ser por ele utilizada no filme "L'Atalante" ao povoar de gatos o camarote do Père Jules, dando-lhe assim uma carga eró-

tica e misteriosa. Na época, Miguel Almereyda era um dos mais conhecidos militantes anarcoindividualistas e antimilitaristas, várias vezes condenado a penas de prisão. Uma delas, em finais de 1905, por ter concebido e divulgado, juntamente com Gustave Hervé, o famoso Affiche Rouge, cartaz em que se incitavam os futuros soldados a revoltarem-se contra a mobilização militar. Mais tarde, funda, com Eugène Merle e Gustave Hervé, o semanário "La Guerre Sociale", continuando a sofrer várias penas de prisão, que irão agravar a sua saúde debilitada. Em 1912 começa a viragem ideológica e social de Miguel Almereyda. "La Guerre Sociale" rompe com os meios libertários e o trio fundador adere mesmo ao Partido Socialista. Almereyda vai "evoluindo" para posições menos radicais e mais comprometidas com o governo, modificando a sua maneira de pensar e de estilo de vida. Em 1913, sempre com Eugène Merle e Gustave Hervé, deixa o "La Guerre Sociale" e funda "Le Bonnet Rouge", jornal satírico, primeiro semanário e mais tarde diário, que, apesar de combater a direita monárquica, se viu envolvido, desde o seu aparecimento, em problemas financeiros e na dependência de subsídios do governo de Clémenceau. Para salvar o jornal e manter o estilo de vida a que entretanto ascendera, Almereyda entra por uma via de compromissos vários e nebulosos com os políticos republicanos, aceitando mesmo financiamentos de origem obscura canalizados pelo Ministério do Interior. O próprio administrador do jornal será preso na fronteira com um che-

que de origem alemã. Este facto, ocorrido em plena guerra, há-de conduzi-lo pela última vez à prisão, numa altura em que a sua saúde já se encontra em fase terminal, e à morte nunca esclarecida, em 14 de Agosto de 1917, com apenas 34 anos de idade. Como é hábito nestes casos, a versão oficial da morte foi suicídio, mas é quase certo que Miguel Almereyda foi assassinado ou pelos seus antigos inimigos, a polícia, ou pelos seus novos amigos para não revelar alguns "segredos de Estado" e documentos comprometedores. O nome Vigo-Almereyda torna-se sinónimo de traidor e um pesado fardo para o pequeno JV que, com 12 anos, vai viver para casa do padrasto do pai, Gabriel Aubès. Este homem bondoso terá uma grande influência na sua vida ao iniciá-lo nos segredos da fotografia e ao recolhê-lo sempre que necessário.

JV, que entretanto fora obrigado a adoptar o nome de Jean Salles, apelido de solteira da sua avó paterna, vai iniciar um percurso escolar de sete anos pelos liceus de Millau e Chartres, em regime de internato. Estes anos serão decisivos na sua formação. A memória do pai, o escândalo à volta da sua prisão e morte, a tristeza provocada pelas duras condições de vida nos internatos, tudo se conjuga para criar nele uma revolta que, mais tarde, será superiormente mostrada no seu primeiro filme de fundo "Zéro de Conduite", um filme profundamente autobiográfico.

Terminado o liceu, JV vai para Paris onde se chega a matricular em Filosofia na Sorbonne já com o seu verdadeiro nome. No entanto, o seu estado de saúde agrava-se e é obrigado a ir para o sanatório de Font-Romeu, no sul de França. Aqui conhece Elysabeth Lozinska, "Lydu", filha de um industrial polaco, também ela de saúde frágil, que vai ser sua mulher e de quem terá uma filha, Luce. Por conselho médico o casal vai viver para Nice.

Recorrendo a antigos amigos do pai, entre eles o pintor Francis Jourdain e Eugène Merle, e a amigos seus, JV conseguiu arranjar trabalho como 4º assistente de imagem num filme e assim estrear-se no cinema.

Terminadas as filmagens deste filme, e sem possibilidade de conseguir trabalho estável, JV utiliza o dinheiro do presente de casamento do sogro para comprar uma máquina de filmar usada e é com ela que vai filmar o seu 1º filme: um documentário sobre a cidade de Nice. "À Propos de Nice", iniciando assim a sua colaboração com Boris Kaufman, fotógrafo de origem russa, aparentemente irmão do célebre realizador Dziga Vertov (Denis Kaufman), fundador da escola do cinema-olho. Mais tarde, Boris Kaufman emigrará para Hollywood onde fará uma carreira notável como director de fotografia, nomeadamente em filmes como "Há Lodo no Cais" de Elia Kazan e com Sidney Lumet.

Este documentário de aproximadamente 25 minutos (é bom não esquecer que toda a obra de JV foi sistematicamente mutilada) é talvez o seu filme mais "negro". "Céu azul, casas brancas, mar deslumbrante, sol, flores multicores, alegria, assim se apresenta o ambiente de Nice. Mas tudo isso não passa de uma aparência efémera e fugidia de uma cidade de prazer que a morte vigia. Além desse aspecto mortal, os jovens cineastas quiseram desmontar o devir de uma cidade", é a descrição brilhante de Sales Gomes, in Jean Vigo. Rodado durante o Carnaval, centrado na célebre Promenade des Anglais, o método consistia em surpreender os factos, as acções, as atitudes, as expressões e em deixar de filmar no momento em que o alvo se apercebia de estar a ser filmado. De forma intercalada, foram introduzidos planos de animais, relevando assim a bestialidade de alguns comportamentos humanos. Apesar das poucas críticas terem sido favorá-

veis, este filme não teve distribuição comercial, sendo remetido para o circuito dos cineclubes.

Pode-se afirmar que o documentarismo não foi mais o mesmo depois deste filme de JV.

Para Luís Filipe Rocha in *Jean Vigo*, "é o primeiro filme, cronologicamente, a decretar o fim das pesquisas e a introduzir, no cinema experimental, o homem, o homem real". Com este documentário, JV realiza aquela que é considerada a primeira obra adulta do movimento *Avant-Garde*. Poucos anos depois, o então jovem cineasta Manoel de Oliveira vai realizar o talvez mais belo filme da cinematografia portuguesa, "*Douro, Faina Fluvial*", onde as influências de JV são notórias.

Segue-se uma encomenda formal: um documentário sobre Jean Taris, campeão de natação francês, "**Taris ou la Natation**", documentário de 11 minutos que nunca foi do agrado do realizador. Apesar disto, JV vai filmá-lo com todo o rigor, continuando a aplicar algumas das técnicas do movimento *Avant-Garde* e conseguindo cenas subaquáticas de belo efeito, mais tarde desenvolvidas no seu último filme.

Depois desta encomenda, JV conhece Jacques-Louis Nounez, um jovem empresário que deseja investir na produção de filmes. Apresentados vários projectos, a escolha final cai numa história sobre alunos de um colégio interno.

"Zéro de Conduite" (Zero em Comportamento) é, na sua essência, o filme mais libertário de JV. Muito sumariamente, trata-se do retrato da vida quotidiana num internato, da repressão exercida por professores e vigilantes mal formados sobre os alunos e que termina com a revolta de quatro destes, atirando projectéis do telhado às autoridades políticas, militares e religiosas locais durante uma festa, e consequente fuga para a liberdade. É um filme

profundamente simbólico, em que JV ataca uma ordem social injusta e autoritária que reprime tudo o que há de mais profundamente libertário em todos nós. A confrontação final resume a luta entre duas classes, a dominante e a dominada, no fundo, a luta entre duas concepções opostas de vida.

A censura atinge duramente este filme que será proibido em França até 1946. O seu visionamento só será possível no circuito de cineclubes ou no estrangeiro.

Apesar deste fracasso comercial, o produtor Jacques-Louis Nounez continua a manter a sua confiança em Jean Vigo, conseguindo reunir as condições mínimas necessárias para a realização de um novo filme. Chamar-se-á "L'Atalante" (A Atalante) e trata de uma história de amor de um jovem casal que começa a sua vida em comum numa barcaça que transporta produtos ao longo dos rios. O dono da barcaça (Jean) casa com uma camponesa (Juliette) de uma aldeia da margem do rio e trá-la para bordo, onde os esperam o imediato (Père Jules) e um jovem grumete. A vida a bordo é simples e rotineira e cedo a jovem mulher se começa a aborrecer. Numa das paragens, um vendedor ambulante desafia-a a conhecer a grande cidade, neste caso Paris. Juliette não resiste e parte à descoberta de uma realidade que não irá corresponder aos seus sonhos e desejos. Jean não espera por ela e levanta âncora. Juliette fica sem dinheiro nem trabalho numa cidade desconhecida. Jean torna-se infeliz. Mais tarde, a barcaça volta àquele

local e é o Père Jules que, contrariando as ordens de Jean, parte à procura da jovem mulher, encontrando-a e trazendo-a de volta para a barcaça. No entanto, nada será como dantes.

Perante o fracasso do fil-



me anterior, o produtor não quis arriscar e impôs a JV uma história escrita por outro e com todas as condições de sucesso comercial. No entanto, JV manteve toda a sua liberdade criativa e foi alterando progressivamente o guião como, por exemplo, trocando o cão do imediato pelos gatos da sua infância, facto já atrás referido. Também o sítio onde o imediato encontra Juliette é alterado, passando de uma capela para uma discoteca. Por outro lado, toda a equipa é praticamente a mesma do filme anterior.

Mais uma vez, o filme tem problemas com a grande distribuição, não sendo considerado suficientemente comercial. Apesar de ter sido seleccionado para representar a França no Festival de Veneza, o filme acaba por ser completamente retalhado pela Gaumont perante a fraqueza do produtor e a incapacidade de um realizador já em fase terminal de vida. Muitos anos depois, é a própria Gaumont que enceta um processo de recuperação do filme original, depois da descoberta inesperada em Londres de uma cópia não alterada. Marketing oblige e, na altura, JV já era um nome que "vendia" bem...

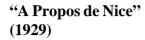
O cinema de JV estava muito à frente da época em que viveu, extravasando as fronteiras de qualquer corrente estética definida. Ao contrário de outro realizador de culto para os anarquistas, José Estivalis, conhecido como Armand Guerra (1886 - 1939), JV não foi um cineasta militante, não fez filmes de propaganda das Ideias, nem criou cooperativas de produção como "Le Cinéma du Peuple", se bem que tenha um papel importante no desenvolvimento do circuito de cineclubes em França pelo exemplo que deu na dinamização do cineclube de Nice. No entanto, o seu cinema é um cinema de compromisso social e político, de intervenção, como se verifica em "À Propos de Nice" e em "Zéro de Conduite",

embora utilizando as novas técnicas cinematográficas da época. A influência de Buñuel é notória, mas o contrário também se verifica. Separado dos surrealistas seus contemporâneos, JV afasta-se também do movimento de Avant-Garde pela tónica realista dos seus filmes. No fundo, é o início do movimento realista que se anuncia, sem abdicar contudo da beleza poética. Em JV o que conta é o seu estilo muito pessoal: um cinema transparente, selvagem mesmo, em que vida e arte são inseparáveis e do qual se encontram ausentes os efeitos de estilo, ou seja, há um aparente desprezo pelas regras básicas da linguagem cinematográfica, privilegiando-se a verdade documental ou poética.

Considerado por outro movimento, o da *Nouvelle Vague*, como seu predecessor, pelo realismo crítico e o encanto poético das suas realizações, JV foi um anarquista sem nunca precisar de o dizer.



Filmografia



Argumento: Jean Vigo Fotografia: Boris Kaufman Realização: Jean Vigo Produção: Jean Vigo

"Taris ou la Natation" (1931)

Intérprete: Jean Taris Argumento: Jean Vigo Fotografia: Boris Kaufman Realização: Jean Vigo

Produção e distribuição: Gaumont-Franco-

Film-Aubert

"Zéro de Conduite" (1933)

Intérpretes principais: Jean Dasté; Robert Le Flon; anão Delphin; Louis Lefebvre; Henri Storck; Gilbert Pruchon; Gérard de Bedarieux; Constantin Kelber; Léon Larive.



Argumento: Jean Vigo Música: Maurice Jaubert Letras: Charles Goldblatt Fotografia: Boris Kaufman Realização: Jean Vigo Produção: Jacques-Louis

Nounez e Gaumont-Franco-

Film-Aubert

Distribuição: Gaumont-Fran-

co-Film-Aubert

"L'Atalante" (1934)

Intérpretes: Michel Simon; Dita Parlo; Jean Dasté; Gilles Margaritis; Louis Lefebvre.

Argumento: Jean Guinée

Diálogos: Jean Vigo e Albert Riéra

Música: Maurice Jaubert Letras: Charles Goldblatt Fotografia: Boris Kaufman Realização: Jean Vigo

Produção: Jacques-Louis Nounez e Gaumont-

Franco-Film-Aubert

Distribuição: Gaumont-Franco-Film-Aubert

Mário Rui

livros & leituras

Estilhaços de Sonhos. Espaços de Utopia.

Uma colecção chamada «Biblioteca das Utopias» foi criada recentemente nas Edições Quasi e já nos proporcionou dois livros imperdíveis: «Utopias de Cordel e Textos Afins» de Jorge Bastos da Silva e «Irmânia» de Ângelo Jorge, uma das raras utopias portuguesas do início do século XX. O novo livro dessa colecção é «Estilhaços de Sonhos», uma antologia que reúne diversas comunicações apresentadas no ciclo de conferências sobre a Utopia, levadas a cabo na Faculdade de Letras do Porto em 2001. Em Portugal, até hoje, não vimos ainda editados alguns dos mais importantes clássicos do género, basta recordar o livro de Joseph Déjacque, «L'Humanisphère» ou as «Notícias de Lugar Nenhum» de William Morris, este publicado há pouco tempo no Brasil. Falta também em língua portuguesa a tradução de algumas das diversas histórias da utopia, de Max Nettlau, Marie Louise Berneri ou de Lewis Mumford, por isso torna-se ainda mais importante o trabalho deste grupo de pesquisadores universitários, que vem desenvolvendo um laborioso trabalho de estudo e de divulgação sobre a temática das utopias, e que promete fazer desta biblioteca uma colecção de referência sobre literatura utópica. Os investigadores defendem que o projecto pode funcionar como uma ponte de ligação entre «trabalho que nesse âmbito vão desenvolvendo e a sociedade em geral, promovendo a ideia da indispensabilidade do pensamen-

to utópico para a compreensão do nosso passado e do nosso presente, mas também - e sobretudo - para uma construção optimista do nosso futuro» e «assim, o projecto encarna uma ambição de pesquisa sistemática e exaustiva, implicando vários objectivos, designadamente: proceder a um levantamento exaustivo de textos de carácter utópico, portugueses e publicados ou com circulação em Portugal, da Idade Média ao século XX; publicar edições críticas de textos raros e relevantes para uma reapreciação da história do pensamento utópico em Portugal; reexaminar o lugar do pensamento utópico português no contexto mais vasto do pensamento ocidental, numa perspectiva comparatista.»

Neste último livro «Estilhaços de Sonhos» discute-se o conceito de utopia, o género literário, o caso das colónias da Virgínia e do Massachusetts, debate-se a existência de utopias portuguesas, um ensaio em que Maria Luísa Malato polemiza com o historiador João Medina, um texto que pode ser lido neste número da Revista Utopia, além de diversos artigos sobre utopias femininas, utopias na linguística e um conjunto de textos sobre a utopia na Antiguidade Clássica. Como afirma Fátima Vieira no prefácio «o mito da felicidade eterna, que, na Idade Média, transposto para a vida terrena, dá alento ao sonho do país da Cocanha; é, afinal, o sonho por que a humanidade tem esperado até aos nossos dias». Esta colecção, e o trabalho destes pesquisadores, vem contribuir para este sonho.

Vieira, Fátima e Castilho, Maria Teresa (Org.) (2005), *Estilhaços de Sonhos*. E*spaços de Utopia*, Famalicão: Edições Quasi.

Manuel de Sousa

Pequenas brochuras editadas pela index librorum prohibitorum

Em 1999, Rodrigo Rosa da Silva, São Paulo, Brasil, deu início ao lançamento da Índex Librorum Prohibitorum. Até hoje, já foram publicadas uma série de pequenas brochuras – Sobre o Individualismo, Marc Pierrot; Anarquismo Libertário e Revisionismo Autoritário, Errico Malatesta; O Anarquismo frente aos Novos Tempos, Murray Bookchin; As Prisões, Pior Kropotkin; A Tirania das Organizações sem Estrutura, Jo Freeman; Comunalismo: a dimensão democrática do anarquismo, Murray Bookchin; Movimento Fíctício e Movimento Real, Alfredo Bonano; Alforria Final, Diego A. Santillán; O Anarcosindicalismo no Brasil, Jaime Cubero.

Com esta iniciativa, a todos os títulos louvável, o progenitor desta ideia pretende divulgar os princípios e as práticas do anarquismo no Brasil, dando-lhe, para esse efeito, uma desejada visibilidade social. Todavia, esse esforço editorial nem sempre é plenamente conseguido, na medida em que algumas das edições enformam de uma ortodoxia exagerada e são contraditórias nos seus propósitos analíticos. Para demonstração do que acabo de referir, e por razões diferentes, vou cingir-me às leituras sintéticas das seguintes brochuras: a) O Anarco-sindicalismo no Brasil de Jaime Cubero; b) Sobre o Individualismo de Marc Pierrot; c) A Tirania das Organizações sem Estrutura de Jo Freeman.

Desde meados do século XX até à sua morte em 1998, Jaime Cubero foi um orador nato e um propagandista do anarquismo no Brasil como poucos o foram. No meu entendimento, seria muito importante que os seus escritos dispersos por jornais, entrevistas, debates, palestras e outros eventos fossem devidamente organizados e configurados num livro. Para aqueles que não puderem partilhar e viver com ele a sua lucidez, amizade e paixão por tudo o que personificava a anarquia, pela via do discurso narrativo escrito é uma hipótese que urge colmatar.

O pequeno trabalho que foi publicado sobre o anarco-sindicalismo no Brasil é um pequeno exemplo do que acabo de referir. A história das origens do anarco-sindicalismo na Europa e sua implementação no Brasil é realizada de uma forma simples e clara, destacando-se as diferentes influências do movimento social operário brasileiro na sua luta pela emancipação social, com especial incidência nas greves gerais realizadas em 1907 e 1917. Na acção colectiva e organizacional, para além de todo um processo de aprendizagem social, consubstanciada em jornais, revistas, bibliotecas, escolas, teatros, refirase o papel da COB (Confederação Operária Brasileira) na realização de três congressos operários até 1920. O sentido anarco-sindicalista da COB é bem expresso na moção aprovada no 1.º Congresso realizado em 1906: "O Congresso considera como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária, o método - federação – a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e como unicamente admissíveis simples delegações de função sem autoridade" (Cubero, 2004, pp. 8-9).

Em relação à pequena brochura *Sobre o Individualismo*, da autoria de Marc Pierrot, estamos perante um exemplo de pura ortodo-

xia. De facto, o autor limita-se a confundir e a interpretar o individualismo com base na crítica à argumentação liberal dos autores dos séculos XVIII e XIX que pugnavam pela expansão do capitalismo e a regulação da economia pelo mercado à escala mundial. A sua visão determinística do *homo economicus* tinha uma correspondência com uma acção individual pautada por interesse, escolhas e comportamentos de natureza egoísta, traduzindo-se sempre em comportamentos racionais e, logicamente, de oposição absoluta a acções com características altruístas e solidárias.

Todavia, ainda que seia compreensível esta crítica aos defensores do capitalismo e do Estado, a crítica de Marc Pierrot é feita de uma forma indevida e contraditória ao anarco-individualismo desenvolvido por Max Stirner, na sua obra maior o *Único e a sua Proprie*dade. Por outro lado, de uma forma indirecta, a análise de Marc Pierrot culmina na defesa intransigente da ortodoxia do anarquismo dominante na época que se enquadrava nos desígnios hegemónicos do anarco-comunismo e do anarco-sindicalismo no seio do movimento operário internacional. Estes pressupostos são bem visíveis quando afirma que os individualistas "desprezam os operários, porque estes devem "prostituir os seus braços", combatem os sindicatos, como se a associação para a revolta contra a exploração capitalista não fosse uma necessidade económica. Só eles são anarquistas, mas não nos dizem o que é preciso fazer para viver como anarquistas. Levaios à parede e pedi-lhes a receita para viver atualmente como anarquistas puros" (Pierrot, 1999, pp. 11-12).

Finalmente, importa referir o trabalho do sociólogo Jo Freeman sobre *A Tirania das Organizações sem Estrutura*. È evidentemente um retrato marcado por uma ideologia da produtividade do factor produção trabalho, no

quadro da racionalidade instrumental do capitalismo assente em relações sociais de tipo formal e institucional, nomeadamente nos domínios da autoridade hierárquica formal inscrita nas relações entre chefes e subordinados e entre colegas ou colaboradores, na divisão do trabalho no âmbito da organização do trabalho. Neste âmbito, as relações interpessoais e intragrupais de natureza informal e espontânea são as que podem, em certas circunstâncias, estimular a emergência de lutas ou reivindicações baseadas na autogestão e na acção directa dinamizadas por processos de liderança espontâneos e informais.

Ora este autor, ao caracterizar a estrutura informal e o tipo de liderança dos movimentos sociais feministas da década de 60 do século XX. infere que a mesma dá origem a manipulações das elites dirigentes desses movimentos, porque não possuem uma autoridade hierárquica e uma divisão do trabalho inerentes às estruturas formais de qualquer grupo. Esta posição, nem hoje é concebível no quadro das mudanças entretanto operadas na dinâmica de grupos, quer no contexto do funcionamento das organizações típicas do capitalismo quer nos movimentos sociais de cariz partidário ou sindical. No que concerne às premissas da anarquia e dos anarquismos, a argumentação de Jo Freeman colide frontalmente com os seus princípios e as suas práticas, na mediada em que é na emergência da informalidade e da espontaneidade, que a liberdade, a cooperação, a solidariedade, a criatividade e a responsabilidade individual podem emergir com a acuidade em qualquer dinâmica de grupo ou qualquer processo de liderança.

Índex Librorum Prohibitorum, Caixa Postal 4147 – São Paulo – 01061-970 - Brasil

José Maria Carvalho Ferreira

Anarquia, ética e existências no Brasil

Em boa hora, a editora Achiamé publicou a tese de mestrado de Nildo Avelino - Anarquistas - ética e antologia de existências. Com introdução de Edson Passetti e prefácio de José Carlos Orsi Morel, este livro, para além de importantes referências bibliográficas, é composto por três capítulos. O primeiro capítulo centra-se na análise da ética correlacionada com a construção do anarquismo no Brasil. O segundo debruça-se sobre a historicidade do Centro de Cultura Social sedeado em São Paulo. O terceiro capítulo resulta de uma análise biográfica de uma série de anarquistas que integram a história do Centro de Cultura Social – José Oliva Castillo, Diego Gimenez Moreno, Francisco Cuberos Neto, Jaime Cubero e José Carlos Orsi Morel – com os quais, através das suas existências. Nildo Avelino aprendeu a ética e a moral anarquista que hoje partilha.

No que concerne ao primeiro capítulo, deve-se sublinhar o trabalho exaustivo de investigação sobre as origens do anarquismo na Europa ocidental e a sua posterior influência no seio da sociedade brasileira. A emergência da anarquia como conceito e plasticidade social no Brasil, como noutros países, decorre do processo de industrialização e de urbanização dessa sociedade. Todavia, como muito bem Nildo Avelino desenvolve no seu livro, ainda que a introdução dos princípios e das práticas do anarquismo no Brasil decorra primacialmente da universalidade das contingências do socialismo utópico e da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), a imigração italiana, portuguesa e espanhola, dos finais do século XIX e princípios do século XX, teve uma influência preponderante na criação e divulgação do imaginário colectivo anarquista na sociedade brasileira, com particular incidência nos estados de São Paulo e de Rio de Janeiro.

Para Nildo Avelino, ainda que a influência do anarquismo cientista de Pedro Kropotkine e o anarquismo revolucionário de Miguel Bakunine estivesse presente por via do impacto da AIT. Errico Malatesta revela-se um autor básico na estruturação dos princípios éticos e organizacionais que irão formar uma plêiade de militantes libertários brasileiros. Para a demonstração inequívoca desse efeito, o autor faz uma biografia exaustiva da vida e da obra de Errico Malatesta, confrontando-a e comparando-a com as de Miguel Bakunine e Pedro Kropotkine. Neste domínio, a crítica ao cientismo deste último por Errico Malatesta é deveras relevante: "Malatesta insiste em dois erros de Kropotkine: o fatalismo e o otimismo. O primeiro se deve à filiação de Kropotkin com a filosofia materialista que predominou entre os cientistas da segunda metade do século XIX, de Moleschott, Buchner, Vogt, que tinham uma concepção do Universo rigorosamente mecanicista. Com isso se perdia algo que é caro a Malatesta: a vontade. No encadeamento mecânico das coisas, a vontade nada pode determinar na conduta dos indivíduos (...) Se, de uma lado, dirá Malatesta, Kropotkin se mostrava muito severo em relação ao fatalismo marxista, de outro caia num fatalismo mecanicista ainda mais paralisante. Assim é que a sua filosofia não poderia deixar de influir na sua visão do futuro. Tendo o comunismo anárquico que ocorrer necessariamente, as dificuldades suprimidas ou ocultadas na forma de um otimismo exagerado" (Avelino, 2004, p. 42).

Na opinião do autor, a visão ética e filosófica de Malatesta está na origem da formação pedagógica e da aprendizagem social que se traduziu na criação do Centro de Cultura Social de São Paulo. Assim, no segundo capítulo, Nildo Avelino, previamente elabora a his-

tória do movimento social operário no Brasil que precedeu a criação do referido centro, destacando o papel de militantes anarquistas na formação da COB (Confederação Operária Brasileira) e, logicamente, no desenvolvimento do anarco-sindicalismo no estado de São Paulo. Segundo o autor, a história do Centro de Cultura Social passou por três fases distintas. A primeira, que decorreu entre 1933 a 1937, expressa o refluxo do anarco-sindicalismo no Brasil conjugado com o ad-

vento da repressão trabalhista e o comunismo na URSS. Foi uma fase de criação de um espaço e de um tempo muito circunscrito a uma divulgação das ideias anarquistas e de resistência a um ambiente de grande repressão. A segunda fase que começa em 1945 e perdura até 1969, o Centro não obstante continuar a desenvolver actividades culturais e teatrais, debates, conferências e actividades de propaganda anarquista são drasticamente reduzidas pela via da repressão impos-

ta pela ditadura militar. A terceira fase da história do Centro de Cultura Social decorre desde 1985 até à actualidade. Diga-se, de passagem, que é uma fase quase sem história porque ela é remetida para a história da publicação do jornal *O Inimigo do Rei*, editado e concebido na cidade de Salvador, por um grupo de jovens estudantes da Universidade Federal da Bahia. Aliás, a inexistência de uma história recente exemplificada com actividades concretas não corresponde à verdade, na medida em eu próprio presenciei algumas e sei que foram realizadas muitas outras, sobretudo

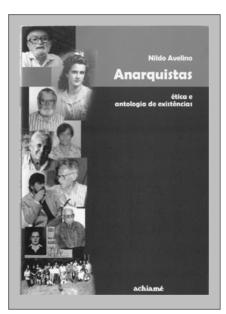
debates, cursos e inclusive sessões teatrais.

Por último, Nildo Avelino, através de entrevistas e depoimentos fez um trabalho meritório ao conseguir obter e divulgar um conjunto de informações sobre um conjunto de militantes anarquistas, cujas existências e exemplos éticos muito contribuíram para a divulgação das ideias e práticas do anarquismo no Brasil e do Centro de Cultura Social. Neste capítulo, em primeiro lugar, o autor faz uma inversão nas leituras sobre a moral e a ética anarquista na

actualidade, elaborando uma análise centrada em Michel Foucault, Stirner e Edson Passetti. Depois dessa leitura contemporânea dos pressupostos éticos e morais com que o autor se identifica, são enfim equacionadas as trajectórias existencias e os estilos de liberdade protagonizados por José Oliva Castillo, Diego Gimenez Moreno, Jaime Cubero, Francisco Cubero e José Carlos Orsi Morel. Para além destes dois últimos, que ainda continuam a lutar pelo ideal que abraçaram, é de

destacar os testemunhos éticos e morais que foram as vidas dos companheiros José Oliva Castillo, Diego Gimenez Moreno e Jaime Cubero.

De facto, qualquer um desses personagens foram importantíssimos para a plasticidade social das ideias e das práticas do anarquismo no Brasil. Por outro lado, nos nossos dias, há que reflectir seriamente sobre o estado de arte da anarquia em relação à inexistência de um movimento social emancipalista. Não existindo este, é no dia a dia da vida, na construção social da amizade, da solidariedade, da cooscial da cooscial emancipalista.



peração e da liberdade que a anarquia é vivificada, através de existências concretas atravessadas por uma ética e uma moral baseada na autenticidade e individualidade de cada um de nós, como foram as trajectórias desses companheiros libertários.

Avelino, Nildo (2004), *Anarquistas – ética e antologia de existências*, Rio de Janeiro, Achiamé.

José Maria Carvalho Ferreira

A Desobediência Civil – a melhor forma de demonstrar a qualquer governo que não nos governa

Thoreau era um homem que sabia muito bem o que queria e o que não queria, sabia bem o que em termos sociais era bom para a maioria das pessoas e o que, politicamente, era muito mau para essas mesmas pessoas. Não temia dizer o que pensava nem que para isso tivesse de ir parar à prisão. A prisão, aliás e à data em que escreveu este seu livro (1848), seria o melhor sítio para se viver numa época em que a escravatura tinha força de lei, no "(...) tempo em que o progresso dos Estados Unidos estava dependente do trabalho escravo (...)". Tais eram as injustiças praticadas que Thoreau questiona: "As leis injustas existem. Devemos nós contentarmo-nos com obedecer ou devemos antes fazer tudo para as emendarmos? Deveremos cumpri-las até conseguirmos emendá-las ou deveremos transgredi-las sem mais?". Chega mesmo a afirmar na página 20 e 31 que "(...) nem por um só momento posso reconhecer como governo meu uma organização que é igualmente governo de escravos. (...) Com um governo que prende alguém injustamente, o lugar do homem justo é na prisão. Hoje em dia, o único lugar que Massachusetts destina aos seus espíritos mais livres e rebeldes é a prisão, onde ficam encerrados, longe do Estado, por obra do mesmo Estado, eles que, pelos seus princípios, já há muito vivem longe do estado. (...) É nesse chão isolado, mas afinal livre e honroso, que o Estado planta aqueles que não estão com ele mas contra ele." Thoreau não tem dúvidas de que o Estado é um deficiente mental, "receoso como uma mulher que vive sozinha com as suas pratas, incapaz de fazer a distinção entre amigos e adversários." Por essa razão, deixou de ter qualquer respeito pelo Estado passando, antes, a ter pena dele, porque o Estado jamais consegue agredir o sentido moral ou intelectual de um homem, apenas o corpo e os sentidos. E isto porque não tem uma inteligência superior (como muitos acreditarão), nem tem sequer honradez, dispõe apenas de mais força física. Daí que para Thoreau "o melhor governo é aquele que não governa (...) porque o governo torna tudo pior."

Vêm todas estas afirmações a propósito da "raiva" que Thoreau sentia pelos governantes de então, governantes de uma América que vivia com e dos escravos e que não admitia que alguém pudesse ser anti-esclavagista. Então, como agora, eram poucos os que tinham a coragem de dizer o que pensavam contra os governantes, não se importando de passar uns dias na prisão se fosse caso disso, apenas por desobedecer justamente ao que a lei queria impor sem mais nem quê. Thoreau, foi um dos que passou um dia na prisão por se negar a pagar impostos que não lhe diziam respeito mas

sim ao seu pai. Por este último ter morrido e ter ficado com uma dívida para com uma igreja qualquer, Thoreau achava que não tinha nada de pagar esse imposto, devendo ser antes as igrejas que deveriam pagar aos fiéis. Diznos na página 35 "Há uns anos, o Estado foi, ao serviço da Igreja, procurar-me e intimarme a pagar determinada quantia devida a um clérigo a cuja pregação meu pai assistia e que eu desconhecia. «Pagas ou vais para a cadeia», ordenava a intimação. Eu

recusei-me a pagar.(...) Não vi porque havia um professor de ser obrigado a sustentar um pastor, em vez de ser o pastor a sustentar o professor, eu nem sequer era professor oficial, sustentava-me a mim próprio, vivia de subscrições voluntárias. Não vi porque não havia o meu colégio de intimar o governo e a Igreja a pagarem impostos."Para Thoreau, "incorrer no castigo, por desobedecer ao Estado, custa menos do que obedecer-lhe. Obedecer seria como confessar que nada valho".

A incoerência dos governantes é também uma das questões que Thoreau põe a nu neste seu livro. O que os governantes estão dispostos a (não) ser para se manterem nas suas funções de poder é algo ignomioso, que qualquer pessoa com sentido de justiça deveria repudiar com os melhores meios que encontrasse, por exemplo, desobedecendo às leis que nem sempre (ou quase nunca) têm carácter justo. Sobre os homens que servem o Estado diz Thoreau que "na maior parte dos casos, não fazem uso livre da inteligência ou do senso

moral; colocam-se ao nível da madeira, da terra e das pedras; um espantalho feito de pau cumpriria o mesmo objectivo. Não inspiram mais respeito do que um espantalho ou um monte de lixo. Não possuem mais dignidade que os cavalos e os cães. Mas acontece que tais homens são geralmente considerados bons cidadãos.

A segunda parte do livro "A Desobediência Civil" corresponde à defesa de um homem que foi condenado à morte só por ter

> ajudado escravos a encontrarem a sua liberdade. Nesta sua defesa Thoreau afirma que todos deveríamos ser como John Brown, um homem justo, bom, digno, um homem com H grande. Sem temer a morte John Brown em sua defesa apenas afirma "estar convicto de ser esta (morrendo) a melhor forma de servir o bem e a humanidade".

> O humanismo, o protesto pela injustiça praticada e a coragem de expor o que, à data, a muitos indignava (ser-se anti-esclavagista), eis o que mais retive da leitura deste li-

vro. Hoje, quando muitos pensam que a escravatura já não existe só porque qualitativamente é diferente, seria bom que lessem "A Desobediência Civil", afim de, por falta de argumentos de indignação, tomassem os de Thoreau que me parecem, ainda, bastante actuais.

Thoreau, Henry David (2005), "A Desobediência Civil", Editora Antígona, Fevereiro, 2ª edição.

Guadalupe Subtil



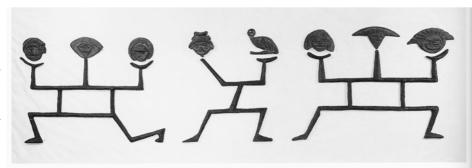
Errata sobre Louise Michel

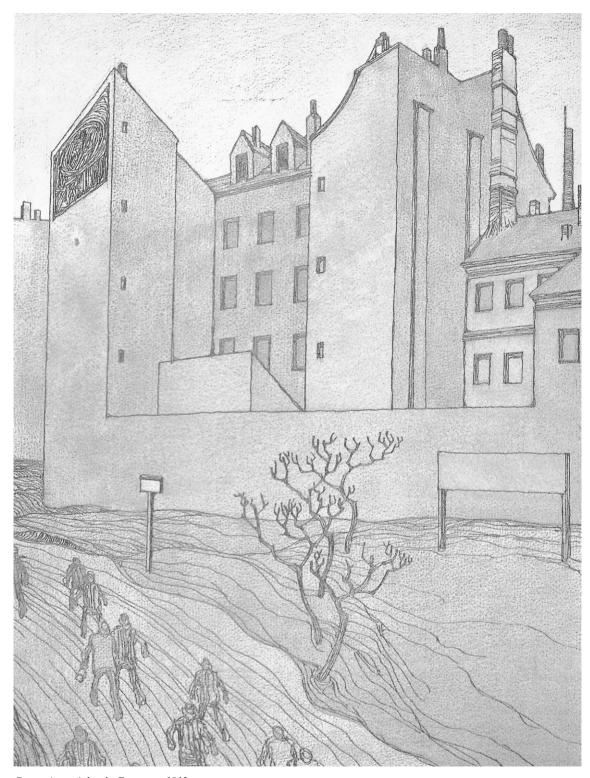
Por lapso nosso, no artigo de Claire Auzias – Feminismo, Anarquia – "A minha vida sem mim" – não conseguimos evitar um erro sobre a obra escrita de Louise Michel, como é possível observar na nota 32, página 27, da revista *Utopia*, n° 18, 2004.

Por forma a desfazer essa falha, podemos referir que Louise Michel nos legou uma série de publicações importantíssimas, entre as quais destacamos: Louise Michel (1976), *Mémoires*, Paris, Maspero; Louise Michel (1980), *Les crimes de l'époque*, Paris, Ed. les Feuilles Vives / Plasma; Louise Michel (1983), *Souvenirs et aventures de ma vie*, Paris, Maspero; Louise Michel (1998), *Premières et dernières amours*, Paris, Ed. Mauvaise Graine; Louise Michel (1999, *Prise de possession*, Paris, Ed. Jean Paul Rocher; Louise Michel (1999), *La commune – histoire et souvenirs de ma vie*, Paris, La Découverte.

32 NT **Louise Michel** (1830-1905) — Nascida em França, figura lendária do Movimento dos Trabalhadores, porta-bandeira do anarquismo, desloca-se para todo o lado, dá conferências, dirige escolas libertárias, é presa, deportada. Não deixou obra escrita, mas o exemplo da mais incansável militância. Ainda hoje é lembrada e dada como exemplo de luta e tenacidade.







Grosz, A caminho do Emprego, 1912.

Publicões Recebidas

Rivista anarchica mensile, anno 35, nº 1, Febbraio 2005

Do Sumário: L'Anarchenologo; Tsunami: Le ginestre dello Sri Lanka; Democrazia d'esportazione; Il Natale abolito; Il canto della terra; Dove va il mondo?; Fatti & Misfatti; Rassegna libertaria; Ritornare alla tavola proletaria; "La Question Sociale": il nostro progetto; Dossier: Anarchik; Fabrizio tra i canguri; Tam Tam; Racconto d'inverno; Signorina Anarchia.

Contacto: Editrice A, C.P. 17120, 20170 Milano, Italia; Telef: 39.02.2896627;

E-mail: arivista@tin.it; Web site: www.arivista.org

Agone

Philosophie, Politique & Sociologie, n° 33, 2005

Do Sumário: Les caractères de l'action directe; Le sabotage; Gaston Couté, la grève, l'action directe et les "chansons de la semaine"; La légalisation de la classe ouvrière; Nouvelle tactique: occupation des usines; Syndicats et comités d'entreprise; Dossier: les grèves de 1955 à Saint-Nazaire et Nantes/Histoire radicale: la grève générale révolutionnaire; La mission du prolétariat; Qu'est-ce ce qui a détruit la démocracie; La leçon des choses: En souvenir d'un révolutionnaire qui se posait des questions; Capital finacier et nouvelle philanthropie; Le capitalisme st son "éthique": une lecture de Max Weber.

Contacto: Agone, BP 2326, F-13213 Marseille cedex 02. France:

E-mail: agone@atheles.org;

Web site: www.atheles.org/agone

al margen

Portavoz del Ateneo Libertario, Ano XIV, nº 53, Primavera 2005

Do Sumário: Editorial: Urbanicidas; "Con el mono puesto": Priemr mundo y segundas residencias; Los Com el mono puesto; Les desurbanizadores; La terra, en mig de l'horta i el formigó; Als fills del Xúquer; El venenoso urbanismo; Urbe; La urbe totalitaria; "El diccionario del diablo": Urbanismo; Alberto Carsi (1876-1960); "Marroski": El negocio es el negocia; "EL INRI": Mira lo que han hecho los cochinos de los especuladores y arquitectos con tu ciudad.

Contacto: Al Margen, C/ Palma 3 - 46003 Valencia, España.

E-mail: atalmargen@mixmail.com Web site: www. nodo50.org/almargen

Black Flag

For Anarchist Resistance, Issue no 224

Do Sumário: Editorial; A year of our lives; Zapatistas put autonomy into practice; An interview with a *piquetera*; Mayday in Dublin; Spirit of Rebellion; Sucking the Golden Egg; Anarchy in Southern Africa; Anarchism and Community Politics; Books reviews.

Contacto: Black Flag, BM Hurricane, London WC1N 3XX, Reino Unido;

E-mail: Black_Flag@lycos.co.uk

CeNiT

Organo de la C.N.T.-A.I.T. – Regional del Exterior, Nº 955, 22.03.05, Bimensuel Do Sumário: Editorial; Hacia una Europa fuerte; Consejo: El Gobierno aprueba una pensión anual de 6.090 euros para los "niños de la guerra"; El jugador; Carta a un amigo

para explicar la violación de correspondencia en EUA; Se dice que a todos los "cerdos" les llega su "San Martín"; De cara a un dudoso milenio; Efemérides; Novedades sin reflexión; Arte y Cultura; El sueño; De lo que se dice, de lo que se hace; Dichos y hechos.

Contacto: F. Alvarez Ferreras, 7, Rue des Chênes Verts, 66240 Saint-Esteve, França; Telef. / Fax: 33.468927513

Courant alternatif

Mensuel de l'Organisation Communiste Libertaire, n° 147, mars 2005.

Do Sumário: Editorial; Le printemps sera-t-il chaud?; Chausson-Outillage: Non à l'abandon des 35 heures; Un milliard d'êtres humains vivent dans des bidonvilles; Altermondialisation: Le développement a-t-il un avenir?; Petite histoire de l'extinction de l'ours brun dans les Pyrénées Occidentales; On ne pourra pas dire «on ne savait pas»!; Mutineries de la centrale de Clairvaux; Courrier; Argentine: Renouveau des luttes ouvrières; Flics, militaires, vigiles... au service des citoyens.

Contacto: OCL, c/o Clé des Champs, BP 20912, 44009 Nantes, France;

E-mail: oclibertaire@hotmail.com; Web site: http://oclibertaire.free.fr/

Drapeau Noir

Périodique du Groupe Proudhon de la Fédération Anarchiste, N° 29, février 2005 Do Sumário: Editorial; La décroissance à coups de lance-flammes; Rencontre avec Dominique Manotti; Télé-réalité au J.T.; Souvenirs anarcho-féministes: Louise Michel; Projet Fillon sur l'éducation; Nous avons reçu; Tant qu'il y aura des armé(e)s; Note de lecture. Contacto: Librairie l'Autodidacte, 5, Rue Marulaz, 25014 Besançon, França; Web site: www.lautodidacte.org

La Campana

Semanario anarcosindicalista - información y debate anarquista, IIIª Época, Número 16 // 14.03.2005

Do Sumário: Editorial; La religión fuera de la escuela; Metro y tranvías de Estocolmo: a la huelga; La semana; Debate al rojinegro: Frases que no harán historia; Antimilitarismo; El fraude de la regularización extraordinaria; Libros; El socialismo es la justicia/4; Balance de *El Libertario*; Publicaciones; Cine: Una Pelicula Hablada; Poesía; Anuncios, Convocatorias, Intercambios; Memoria Libertaria.

Contacto: C/ Pasantería, 1 – 3°, 36002 Pontevedra, Espanha;

E-mail: lacampana@lacampana.org; Web site: www.lacampana.org

La Question Sociale

Revue libertaire de réflexion et de combat, n° 2, Hiver 2004 / 2005

Do Sumário: Édito; Le champ d'intervention de l'État recule-t-il?; Dossier: Le syndicalisme institutionnel en France, Espagne et Italie; Le mouvement de lutte de l'Éducation nationale du printemps 2003 en Aquitaine; Les grèves des traminots en Italie, décembre 2003 – janvier 2004; Bolivie: «Guerre du gaz» ou guerre sociale?; Cynix et Citoyennix face aux hordes libérales; Fauteurs de troubles et facteurs de troubles; Fonds européens et stabilisation sociale en Espagne; Liberté pour Marco Camenisch; Piazza Fontana, 12 décembre 1969; Quand les patrons sortent les armes...; Le parti social-démocrate; Lire et relire.

Contacto: La Question Sociale, c/o Librairie Publico, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, França;

E-mail: laquestionsociale@hotmail.com



Le Monde Libertaire

Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, nº 1392, du 31 mars au 6 avril 2005

Do Sumário: Editorial; Collégiens menottés en classe: À quand les bébés?; La «culture de vie» de G. W. Bush; Dénucléarisons le monde!; La guerre des traités de non-prolifération nucléaire; Berlin: Lutte pour le maintien des «espaces libres»; Le développement durable; Italie: Manifestation antimilitariste internationale; Lettre aux femmes du XXIe siècle; Le féminin est-il soluble dans l'«universel»?; «Le chef de la femme, c'est l'homme»; Louise Michel: sa vie ardente et intrépide; Radio Libertaire; Agenda.

Contacto: Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France; Telef. 33.1.48053408

pandora

Periódico libertario y confederal, nº 43, Marzo 2005

Folha editada pela C.N.T. de Vitoria.

Contacto: Correría 65 bajo, 01001 Vitoria,

España; Telef. 34.945.282974;

E-mail: vitoria@cnt.es

Polémica

Informatión – Crítica – Pensamiento, Año XXIII, nº 83, Enero 2005

Do Sumário: Editorial; El fundamentalismo católico y su «guerra santa»; L'MRG: Una proposta de coordinació horitzontal; Outra de indios: el debate es más que actual; La energía. Crisis y perspectivas; El laicismo. Una moda o un cambio?; El lenguaje en la red; Dossier: Violencia – No violencia: Un debate sobre la acción política; La privatizatión de la Natureza: Cerco a la vida; Alemania: los años oscuros de una democracia; Entrevista a Joan Ullés Bascompte; Libros.

Contacto: Apartado de correos 21005, 08080 Barcelona, Espanha; E-mail: polemica@teleline.es; Web site: www.polemica.org



Política Operária

Nº 98, Janeiro / Fevereiro 2005, Ano XIX Do Sumário: Ponto de vista; Acusação da audiência portuguesa do Tribunal Mundial sobre o Iraque; 20 de Fevereiro: nova gerência; O estado da Nação; O reforço da pobreza; O país real; Fantasmas desvertebrados; A neutralidade não é possível; Palestina: Um só Estado, democrático, sem discriminações; Ucrânia: Mais uma "revolução tranquila"; Carta aberta a José Saramago: Nobel atacado de amnésia; A mentira da "luta contra a droga"; Direitos da mulher; Um viajante na Ibéria; Desprezo pela vida humana; Arquivos de Salamanca: A voz dos fuzilados; Bascos na ofensiva; A esquerda e o parlamento; 8 de Março: Trabalho, casa e filhos; Marxismo e terrorismo; Desvalorização social do trabalho e ilusória centralidade da educação; Porquê agora a sociedade do conhecimento?; Visor. Contacto: Apartado 1682, 1016-001 Lisboa, Portugal;

Web site: www.politicaoperaria.no.sapo.pt

Réfractions

Recherches et Expressions Anarchistes, n° 13, Automne 2004

Do Sumário: Présentation; Visages de la science; Voyage d'un ouvrier au pays de la génétique moléculaire; Au nom de la science; La psychologie est-elle soluble dans la science?; «French connection», domination et idées dominantes chez les intellectuels; X face à la critique: une vue de l'intérieur; Réflexions critiques sur la critique des sciences; Les règles générales de l'objectivité; De l'ojectivité en géographie; De la neuroscience aux sciences sociales: la continuité objective; L'epistémologie, c'est: «Comment faisons-nous?»;

La société, la pensée et le cerveau; Solve & coagula: vers une critique au noir et rouge de la raison et de l'objectivité; Le biologiste au carrefour du social, de l'économique et du politique; La guerre des sciences; Pour une politique scientifique anarchiste; En deuil de révolution? Pensées et pratiques anarchofatalistes; Le passage du siècle, un nouveau monde, une nouvelle guerre; Question d'éthique; Les livres, les revues.

Contacto: Les Amis de Réfractions, BP 139,

75966 Paris cedex 20, França; E-mail: refractions@plusloin.org;

Web site: www.refractions.plusloin.org

Umanità Nova

Settimanale Anarchico, anno 85, nº 11, 27 marzo 2005

Do Sumário: Il sapere rubato; Uno sguardo dal ponte; I "diritti umani all'epoca della guerra permanente; Verso lo Stato etico?; Sul libro "Memoria e Identità" di Karol Wojtyla; Lampedusa: L'isola dei deportati; Gli anarchici contro il fascismo: 1919 - 1922; Cecenia: l'assassinio di Maskhadov; Informazione; Rimini antimilitarista.

Contacto: c/o Federazione Anarchica Torinese. C.so Palermo 46, 10152 Torino, Italia;

E-mail: fat@inrete.it.

Verve

Revista do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária, PUC-SP, nº 6, Outubro 2004 Do Sumário (Número especial sobre Foucault e Kafka): O incômodo; História anômala e política de subjetivação; Do incômodo das imagens à inquietação do pensamento; Intensidades abolicionistas e cruel exposição da peste; A beleza terrível; Canibal; Drogas e liberação: enunciadores insuportáveis; incomodando; Revolta, ética e subjetividade anarquis-

ta; O corpo obsoleto e as tiranias do upgrade; Devires minoritários: un incômodo; Um incômodo: a acomodação; O inumano; A "mulher cordial": feminismo e subjetividade; Uniformidades e anarquia; Tecnologias de si.

Contacto: NU-SOL, Rua Ministro Godói, 969 - 4º andar, sala 4E - 18, São Paulo - SP Brasil 05115-001:

Web site: www.nu-sol.org

Outros documentos e livros recebidos

ABC do Sindicalismo Revolucionário

Edgar Rodrigues, Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 2.ª edição, 2004

Anarquistas- ética e antologia de existências

Nildo Avelino, Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 2004

Bibliografía del anarquismo español (1869-1975)

Salvador Gurucharri, Barcelona, Librería La Rose de Foc. 2004

Bollettino Archivio G. Pinelli

N° 24. Dicembre 2004

Boletim do Centro de Estudos Libertários Giuseppe Pinelli

Contacto: C.P. 17005, 20170 Milano, Italia;

Telef. 39.022846923;

E-mail: info@centrostudilibertari.it: Web site: www.centrostudilibertari.it



PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará oporse aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA. A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.

